

2ª Série, Ano 5 - Nº 9

Solstício de Verão de 2025

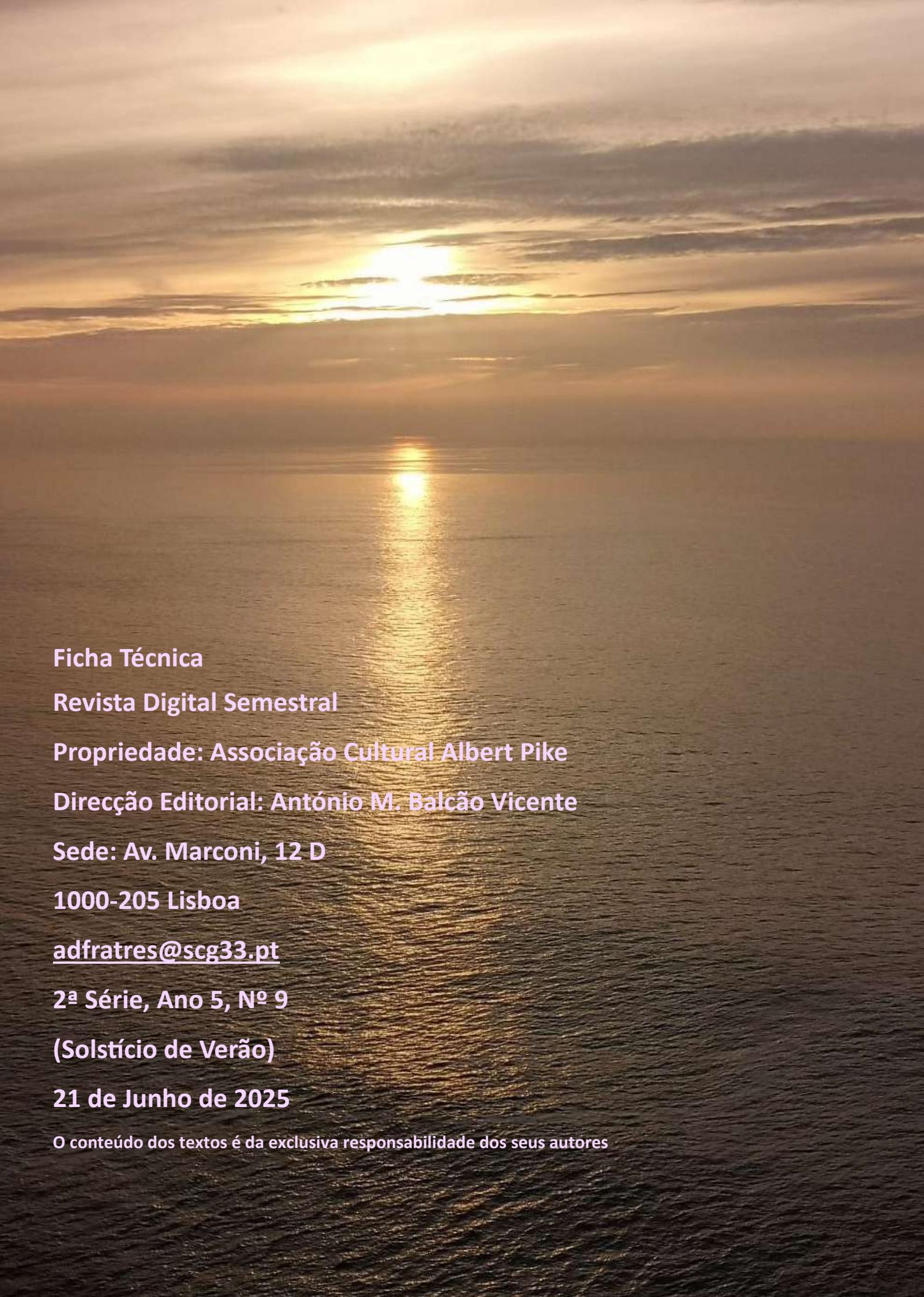
Semestral

# ADFRATRES



Revista do  
**SUPREMO**  
**CONSELHO**  
PARA PORTUGAL

9

A photograph of a sunset over the ocean. The sun is low on the horizon, creating a bright, shimmering path of light across the water's surface. The sky is filled with soft, golden clouds, and the overall color palette is warm and serene.

**Ficha Técnica**

**Revista Digital Semestral**

**Propriedade: Associação Cultural Albert Pike**

**Direcção Editorial: António M. Balcão Vicente**

**Sede: Av. Marconi, 12 D**

**1000-205 Lisboa**

**[adfratres@scg33.pt](mailto:adfratres@scg33.pt)**

**2ª Série, Ano 5, Nº 9**

**(Solstício de Verão)**

**21 de Junho de 2025**

**O conteúdo dos textos é da exclusiva responsabilidade dos seus autores**

## INDICE

<b>Editorial</b>	<b>5</b>
<b>Mensagem do Soberano</b>	<b>6</b>
<b>A Letra Z, a Arca da Aliança... e a chave de marfim: O segredo</b>	<b>8</b>
<b>O Painel do grau 4 do Rito Escocês Antigo e Aceite... A passagem do esquadro ao compasso</b>	<b>11</b>
<b>O Templo de Salomão e a Maçonaria: A morte de Hiram Habiff e Adonhiram</b>	<b>14</b>
<b>A Candeia da Verdade</b>	<b>23</b>
<b>A Aliança da trolha com a espada</b>	<b>25</b>
<b>Da Igualdade de oportunidades versus justiça social</b>	<b>28</b>
<b>D. Nuno Álvares Pereira – S. Nuno de Santa Maria; Da águia ao pelicano: Cavaleiro rosa-cruz “avant la lettre”</b>	<b>37</b>
<b>TAROT: Uma via de Iniciação?</b>	<b>45</b>
<b>Pontes de Luz: Sustentáculo do Grau 31, a Kabbalah e a Santíssima Trindade</b>	<b>49</b>
<b>A Maçonaria e o futebol</b>	<b>56</b>
<b>Esforças-te para alcançar o Real Segredo na tua vida e dentro de ti próprio?</b>	<b>60</b>
<b>Da Justiça e do Direito</b>	<b>64</b>
<b>A Banalidade do Mal</b>	<b>66</b>
<b>A Academia de Estudos Maçónicos do Supremo Conselho para Portugal é já uma realidade</b>	<b>72</b>
<b>Rito Escocês: Desafios, Oportunidades e Possíveis Soluções</b>	<b>80</b>
<b>Eventos</b>	<b>89</b>
<b>Leituras</b>	<b>103</b>

# Editorial

A actual edição da *Ad Fratres* surge quando, sobre o horizonte, se agigantam as nuvens tenebrosas de onde se teme possam surgir os quatro cavaleiros do Apocalipse.

A guerra, é certo, nunca abandonou totalmente o horizonte dos homens, transformada em algo banal que, à hora do jantar, nos entrava em casa pelo ecrã da televisão.

Os seus horrores transformados em notícia urgente, de tão repetidos, quase alimentaram a insensibilidade com que temos encarado a destruição, o sofrimento, a fome e a morte que, afinal... se passa lá longe, entre gente que apenas tem direito a rosto e a identificação se pertencer a uma determinada raça, a certa religião...

E, aos poucos, quase fomos aceitando com naturalidade a “Banalidade do Mal”.

E, subitamente, acordámos com a possibilidade da globalização da guerra, sem nos apercebermos que somos nós, com a nossa indiferença criminosa, quem alimenta a loucura dos aprendizes de feiticeiro que, impantes do seu orgulho insano, insistem em nos conduzir ao matadouro.

Somos nós que alimentamos o monstro. Quando perdemos a noção da tolerância fraterna em relação ao outro, porque tem um tom de pele diferente, porque reza a um outro Deus ou porque aceitámos o medo da diferença que, insidiosamente, alguns nos querem vender embalado em rótulos de fantasia.

Saberemos nós, Maçons imbuídos do espírito do escocismo, manter os nossos ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, erguendo a tolerância e a fraternidade ao cume da montanha que insistimos em alcançar?

A resposta, meu Irmão, está dentro de cada um de nós.

Como estive em cada um dos Soberanos Grandes Comendadores presentes na XXI Conferência Mundial de Supremos Conselhos, realizada em Bucareste, entre 7 e 11 de Maio, ao aprovarem o reconhecimento das duas jurisdições norte-americanas da Maçonaria Prince Hall, reparando uma injustiça com mais de dois séculos.

Como estive no coração dos Irmãos que, em 1841, pediram e obtiveram do Supremo Conselho dos Poderosos Soberanos Grandes Inspectores Gerais 33 e Último Grau do Rito Escocês Antigo e Aceite para o Império do Brasil autorização para o estabelecimento de um Supremo Conselho em Portugal.

Como estive no coração dos representantes dos Supremos Conselhos presentes na XXI Conferência Mundial de Supremos Conselhos ao reconhecer o Supremo Conselho para Portugal dos Soberanos Grandes Inspectores Gerais do 3º e Último Grau do Rito Escocês Antigo e Aceite como o herdeiro e continuador desse Supremo Conselho para Portugal, constituído em 9 de Novembro de 1841.

Saibamos ser merecedores e fiéis continuadores da obra, então, iniciada.

Ousemos!...



# MENSAGEM DO SOBERANO

*Meus Queridos Irmãos*

*À herança dos nossos Irmãos operativos das confrarias e corporações medievais fomos buscar os valores da Caridade e da partilha do Conhecimento. Aos rosacruzes do Século XVI que também evocamos, fomos buscar a ânsia da investigação e do conhecimento, partilhado anualmente em torno da mesa de Quinta Feira de Endoenças.*

*Nos ideais do Iluminismo que tanto influenciámos, fomos beber o conceito que definiu a divulgação generalizada do conhecimento como um desígnio fundamental, fazendo com que a Maçonaria deixasse uma marca significativa na vulgarização da educação pública.*

*Foi, no entanto, necessário ultrapassar a onda de intolerância que varreu a Europa durante o século XVII, opondo cegamente os seguidores dos diversos credos religiosos. Católicos, Luteranos e Calvinistas envolveram-se numa carnificina a que ninguém escapou. Campos agrícolas devastados e cidades saqueadas deram origem à terrível imagem de uma Europa representada pela mórbida dança dos esqueletos.*

*Oito milhões de vítimas era um peso terrível na consciência humana de uma Europa devastada pela fome e pela guerra.*

*Com o surgimento da Maçonaria Especulativa, na pegada dos pensadores iluministas ingleses e franceses, a promoção da liberdade de consciência e de expressão dentro da Loja, marcou presença nas Constituições de Anderson. A autonomia intelectual e a não imposição de crenças religiosas ou políticas reflectem uma abordagem baseada na ideia de que os maçons devem obedecer à lei moral e defender as suas crenças religiosas e políticas pessoais sem as impor aos outros, desde que estas não contradigam os princípios fundamentais da ética.*

*Trata-se de enfatizar a tolerância e a aceitação da diversidade de pensamento como um pilar central da Maçonaria, tão marcante no Escocismo, potenciadora do estabelecimento de relações pacíficas entre os povos e do progresso científico e social. Foram estes princípios que garantiram a nossa influência na formação das normas sociais, culturais e políticas, ao longo dos séculos XIX e XX.*

*Enquanto organização, promovemos valores universais essenciais para a construção de uma cultura de paz, como o respeito pela dignidade humana, a justiça social e a solidariedade. Promovemos o diálogo e o entendimento mútuo entre os membros de diversas cultu-*

ras e religiões. Como afirmou Ferrer Benimeli, os maçons têm participado em iniciativas de construção da paz, promovendo a reconciliação e a compreensão intercultural.

Citemos apenas o papel desempenhado por Franklin D. Roosevelt, fundamental na formação das Nações Unidas, dedicadas à promoção da paz e da segurança globais e hoje tão desprestigiadas por todos os que alicerçam o seu comportamento na intolerância e no ódio.

Lembremos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adoptada em 10 de Dezembro de 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, expoente máximo desta capacidade e vontade de intervenção em prol da sã convivência entre os povos e do reconhecimento da dignidade inerente e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os seres humanos, fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Entre os seus redactores se incluíam os maçons René Cassin e Charles Habib Malik, tendo recebido também a influência de Eleanor Roosevelt, enquanto Presidente da comissão redactora.

Sempre atenta às questões actuais, preocupada em contextualizar a sua actividade aos anseios modernos da sociedade, a Maçonaria mantém, hoje, ou deve manter, no enquadramento internacional, a crença de que pode e deve desempenhar um papel activo diante dos problemas que a humanidade enfrenta neste momento de crise. De entre eles, o avanço do fanatismo religioso e do terrorismo, do consumo de drogas, da desigualdade social, da crise climática e do desenvolvimento sustentável e sobretudo da Paz que tarda em se implantar.

Será a nossa voz suficientemente audível no contexto internacional? Estaremos a perder progressivamente a nossa capacidade de intervenção nos múltiplos fora (fóruns) de decisão mundial?

Perante a ascensão avassaladora de movimentos e correntes ideológicas caracterizadas por um extremismo violento, importa questionarmo-nos.

Quais os motivos que levam ao exponencial crescimento das igrejas evangélicas que já influenciam e determinam eleições políticas, enquanto as nossas Lojas têm cada vez maior dificuldade em recrutar membros entre a juventude?

Se os nossos princípios permanecem actuais e com validade universal, por que motivo vão perdendo atractividade

A resposta, meu Irmão, deverás encontrá-la no mais íntimo de ti mesmo



Grand Lodge of the East Star



ORDO AB CHAO

DEUS

MEUMQUE

IUS

# A letra Z, a Arca da Aliança...

## e a Chave de Marfim

### O Segredo

No REAA, os seus graus superiores começam no grau quatro, no qual é desenvolvido o simbolismo da reconstrução do psiquismo alterado do homem, através de alegorias e ritos vinculados ao funeral do Mestre Hiran e à punição dos seus assassinos. Neste grau o Mestre Secreto tendo transposto a primeira Câmara dedicada aos “pequenos mistérios”, graus simbólicos, propõe-se iniciar a escalada em busca dos conhecimentos dos “grandes mistérios”, graus filosóficos. Ao ingressar nos graus superiores recebe o título de Mestre Secreto (MS), pois é a partir desse degrau na escada de Jacob que começa a desenvolver o conteúdo esotérico da Maçonaria.

Para o maçom, as alegorias relativas ao encontro, sepultamento e homenagem prestadas ao Mestre arquitecto do Templo de Salomão, significam que irá iniciar uma viagem interna dentro de si mesmo e de um grupo em busca dos ensinamentos que não estando escritos foram conservados através de alegorias e símbolos.

#### LETRA Z

Na maçonaria, a letra "Z" associada ao grau de Mestre Secreto (MS) provém da letra hebraica Zaim, havendo uma grande controvérsia sobre o seu significado. No ritual de origem francesa, tem o significado de esplendor como alusão ao Criador e à sua Luz, capaz de criar todas as formas e iluminar o templo interior do MS.

Nos rituais de origem castelhana está associada ao sentido de uma flor, sendo que esta antecede o fruto sendo portanto ligada ao

processo da criação da natureza. Assim o MS também antecede os demais graus filosóficos.

É frequentemente associada a várias interpretações, dependendo do contexto em que é usada. Embora a interpretação possa variar entre diferentes rituais e obediências maçónicas, cabe a cada MS buscar um sentido para a letra Z. Algumas das associações mais comuns incluem:

**Zénite:** A letra "Z" pode representar o "Zénite", que é o ponto mais alto do céu. Simbolicamente, isso está ligado à busca pela iluminação e pelo conhecimento.

**Zelar pela Ordem e Justiça:** Também pode simbolizar a necessidade de zelar pela ordem, justiça e moralidade. Incentivar a agir de acordo com princípios éticos e a contribuir para a construção de uma sociedade justa.

**Representação de um Nível Elevado:** Em algumas interpretações, a letra "Z" pode estar associada a um nível de maçonaria ou grau elevado, simbolizando progresso e ascensão na jornada maçónica.

**Simbolismo dos Pilares do Templo:** A letra "Z" pode aparecer em contextos que discutem a construção do Templo de Salomão, onde ela pode simbolizar o equilíbrio e a harmonia que os maçons buscam nas suas vidas.

A letra Z tem a forma de um malhete, tendo o valor numérico de 7.

*O septenário é o número sagrado em todas as teogonias e em todos os símbolos porque é composto do ternário e do quaternário. O número 7 representa o poder mágico em toda a sua força: é a alma servida pela natureza; é o sanctus regium de que falam as clavículas de Salomão, e que é representado, no Taro, por um guerreiro coroadado, trazendo um triângulo na sua couraça, estando em pé em cima de um cubo, ao qual se acham atreladas duas esfinges, uma branca e outra preta, que puxam em sentido contrário e voltam a cabeça, olhando uma para a outra. Este guerreiro está armado de uma espada flamígera, e tem, na outra mão, um ceptro rematado por um triângulo e uma bola. O cubo é a pedra filosofal. As esfinges as duas forças do grande agente, correspondentes a Jakin e Boaz, que são as duas colunas do Templo, a couraça é a ciência das coisas divinas, que faz o sábio invulnerável aos golpes humanos; o ceptro é a varinha mágica; a Espada Flamejante é o sinal da vitória sobre os vícios que são em número de sete, como as virtudes; as ideias dessas virtudes e desses vícios eram figuradas, pelos antigos, pelos Símbolos dos sete planetas então conhecidos ”*

*Eliphaz Levi*

## ARCA DA ALIANÇA

A **Arca da Aliança** é uma relíquia sagrada mencionada na Bíblia, e tem uma história rica e simbólica

**Origem e Construção:** A Arca foi construída sob instruções de Deus dadas a Moisés enquanto os israelitas estavam no deserto a caminho da terra prometida após a saída do Egito. De acordo com *Êxodo 25*, Deus ordenou que a Arca fosse feita de madeira de acácia, revestida de ouro, e medisse aproximadamente 1,10 m de comprimento, 70 cm de largura e 70 cm de altura. Ela tinha uma tampa chamada "propiciatório", que era adornada com 2 querubins.

A narrativa bíblica, em *Êxodo 25*, traz os detalhes sobre a sua construção:

- *E farei um santuário para mim, e eu habitarei no meio deles.*
- *Façam tudo como eu lhe mostrar, conforme o modelo do tabernáculo e de cada utensílio.*
- *Façam uma arca de madeira de acácia com um metro e dez centímetros de comprimento, setenta centímetros de largura e setenta centímetros de altura.*
- *Revistam-na de ouro puro, por dentro e por fora, e façam uma moldura de ouro ao seu redor.*

- *Mandem fundir quatro argolas de ouro para ela e prendam-nas nos seus quatro pés, com duas argolas de um lado e duas do outro.*
- *Depois façam varas de madeira de acácia, revistam-nas de ouro e coloquem-nas nas argolas laterais da arca, para que possa ser carregada.*
- *As varas permanecerão nas argolas da arca; não devem ser retiradas.*



- *Então coloquem dentro da arca as tábuas da aliança que lhe darei.*
- *Façam uma tampa de ouro puro com um metro e dez centímetros de comprimento por setenta centímetros de largura, com dois querubins de ouro batido nas extremidades da tampa.*
- *Façam um querubim numa extremidade e o segundo na outra, formando uma só peça com a tampa.*
- *Os querubins devem ter suas asas estendidas para cima, cobrindo com elas a tampa.*

- *Ficarão de frente um para o outro, com o rosto voltado para a tampa.*
- *Coloquem a tampa sobre a arca, e dentro dela as tábuas da aliança que lhes darei.*
- *Ali, sobre a tampa, no meio dos dois querubins que se encontram sobre a arca da aliança, eu me encontrarei com o meu povo e lhe darei todos os meus mandamentos destinados aos israelitas.*

Segundo a descrição bíblica, ela só poderia ser transportada por membros da tribo de Levi (levitas tribo de Israel), descendentes directos de Moisés e de Arão e só podia ser transportada aos ombros sem que estes pudessem tocar nela, podendo apenas tocar nas hastes que permitiam erguê-la para seu transporte.

**Conteúdo da Arca:** O valor da arca não era a sua forma ou revestimento, mas sim o seu conteúdo. A Arca continha as tábuas da Lei, que eram as instruções dadas por Deus a Moisés, além de uma jarra com maná e a vara de Arão que floresceu (*Hebreus 9:4*).

Saber o seu conteúdo era para os hebreus o segredo dos segredos.

**Significado Religioso:** A Arca simbolizava a presença de Deus entre o povo de Israel. Era vista como o local onde Deus se encontrava com Moisés e lhe falava, e era usada em rituais religiosos, especialmente no Dia da Expição (*Yom Kipur*).

**Movimentação e Conquista de Canaã:** A Arca acompanhou os israelitas durante a travessia do deserto e na conquista de Canaã. Um evento notável foi a travessia do rio Jordão, tendo a Arca sido levada diante do povo, e as águas se separaram (*Josué 3*).

**Cidades e Tempos:** Após a conquista de Canaã, a Arca foi levada para vários lugares. Eventualmente, foi alojada no Tabernáculo em Siló. Mais tarde, foi capturada pelos filisteus durante uma batalha, tendo sido devolvida depois destes serem afectados por pragas (*1º Samuel 5-6*).

Estas pragas foram para os hebreus uma demonstração do poder de Deus sobre os deuses egípcios.

**Reinado de Davi e Salomão:** O rei David trouxe a Arca para Jerusalém, estabelecendo-a como um símbolo central de adoração. Incumbiu seu filho Salomão de construir um templo em Jerusalém onde a Arca ficou guardada no Santo dos Santos.

**Desaparecimento:** A Arca desapareceu após a destruição do Primeiro Templo pelos babilónios, em 586 a.C. O seu destino final permanece um mistério, gerando muitas especulações e lendas ao longo dos séculos.

A Arca da Aliança continua a ser um objecto de grande fascínio cultural e religioso, simbolizando a aliança entre Deus e o Seu povo.

## CHAVE DE MARFIM

Na maçonaria, o grau 4, conhecido como "Mestre Secreto", tem os seus próprios símbolos e significados. A chave de marfim é um dos símbolos associados a esse grau e carrega significados ricos e variados:

**Acesso ao Conhecimento:** A chave, em geral, simboliza o acesso a segredos, conhecimento e verdades ocultas. No contexto do grau de Mestre Secreto, a chave de marfim representa a capacidade de aceder a conhecimentos mais profundos e secretos que são relevantes para o desenvolvimento pessoal e espiritual do maçom.

**Protecção e Sabedoria:** O marfim, como material, é frequentemente associado à pureza e à sabedoria. A combinação da chave com o marfim pode enfatizar a importância de usar o conhecimento adquirido com responsabilidade e ética, protegendo os segredos e valores da maçonaria.

**Transição e Iniciação:** A chave de marfim pode simbolizar uma transição para um no-

vo nível de iniciação. No grau de Mestre Secreto, o iniciado é introduzido num entendimento mais profundo da maçonaria e dos seus ensinamentos, representando um passo significativo na sua jornada.

**Simbolismo de Liberdade:** Além disso, a chave pode simbolizar a liberdade espiritual e mental. No contexto maçónico, pode estar relacionada com a libertação do conhecimento e da verdade, que é um objectivo central da maçonaria.

**Importância do Silêncio:** A chave também pode ser vista como um símbolo que reforça a importância do silêncio e do sigilo em relação aos conhecimentos e rituais adquiridos neste grau, uma vez que os maçons são instruídos a manter em segredo as lições e experiências obtidas.

## O SEGREDO

O **segredo** do grau de Mestre Secreto na maçonaria é um aspecto fundamental do rito e ensina lições importantes sobre auto-conhecimento, moralidade e a busca da verdade.

Alguns dos princípios e conceitos geralmente associados a este grau são:

**Importância do Silêncio:** O Mestre Secreto é frequentemente ensinado sobre a importância do silêncio e da discrição em relação aos conhecimentos secretos da maçonaria. Este grau enfatiza que certos ensinamentos e rituais devem ser guardados em segredo e respeitados com reverência.

**Busca da Verdade:** O segredo do grau também está relacionado com a busca pessoal do maçom pela verdade e pelo conhecimento. Os Mestres Secretos são convidados a reflectir sobre os seus próprios valores, princípios e a natureza do conhecimento que adquiriram.

**Moral e Ética:** O símbolo do Mestre Secreto carrega uma forte carga moral e ética.

Os maçons que alcançam este grau são incentivados a agir com integridade e a aplicar os princípios maçónicos no seu quotidiano.

**Simbolismo do Conhecimento:** O grau de Mestre Secreto é considerado um rito de passagem importante que permite ao maçom aceder a níveis mais profundos de conhecimento.

**Relações com Outros Graus:** O grau de Mestre Secreto também pode servir como uma base para outros graus e ensinamentos dentro da maçonaria.



**Responsabilidade e Compromisso:** Ser um Mestre Secreto implica uma responsabilidade maior e um compromisso com a maçonaria e com os irmãos. Ao maçom é lembrada a importância de ser um exemplo dentro e fora da ordem, reflectindo sobre os ensinamentos que recebeu.

Em resumo, o segredo do grau de Mestre Secreto é um convite à reflexão, autoconhecimento e compromisso com princípios éticos. A natureza exacta dos segredos e ensinamentos varia entre as diferentes obediências maçónicas, mas todos compartilham um foco comum na busca por uma verdade mais profunda e pela construção de uma vida moral e significativa.

*Manuel Gameiro, 4º*

# O painel do Grau 4 do Rito Escocês Antigo e Aceite...

## A passagem do esquadro ao compasso

O Rito Escocês Antigo e Aceite, nos seus altos graus, tem início no quarto grau, no qual se desenvolve o simbolismo da reconstrução do psíquico destruído do homem, através da representação dos ritos vinculados ao funeral do Mestre Hiram e à punição dos seus assassinos.

Neste grau, o Mestre Maçom, atravessa a primeira câmara, que é a da Maçonaria azul, dedicada aos “Pequenos Mistérios”, onde inicia um percurso em busca dos verdadeiros conhecimentos esotéricos, que nas antigas disciplinas iniciais correspondia aos “Grandes Mistérios”. Por isso, ao ingressar nos altos graus, o iniciado recebe o título de *Mestre Secreto*, pois é a partir desse degrau da *Escada de Jacob* que ele começará a desvendar o conteúdo esotérico, propriamente dito, da Maçonaria, na forma como a coloca o Rito Escocês.

Os ensinamentos do quarto ao sexto grau repousam na alegoria do aperfeiçoamento do túmulo do Mestre Hiram, simbologia que significa que o iniciado deve cumprir as cerimónias devidas ao corpo do Mestre, para que, mediante esse processo ritual, o seu próprio psíquico seja convenientemente preparado para os ensinamentos que receberá nos graus seguintes. É um processo que se fundamenta nos antigos ensinamentos iniciais egípcios, mediante o qual Isis e os seus seguidores prestam aos restos mortais de Osíris o culto devido, próprio para atrair os influxos mágicos da energia cósmica presente nos céus e na terra, e com isso proporcionar a ressurreição do deus numa outra esfera de existência.

O fundamento inicial da lenda do Mestre

Hiram é uma tradição bastante antiga. Ela diz que, para que uma instituição tenha condições de sobreviver através dos tempos, é preciso que o seu personagem central desapareça de uma forma notável. Morto violentamente como Hiram Abiff; e outros exemplos como Jesus Cristo; Thomas A. Beckett; William Wallace ou Joana D’Arc; ou ainda misteriosamente como Enoque; Moisés; Robin Hood ou o Rei Artur.

Este tipo de desaparecimento faz parte da mística geral das lendas e é o principal responsável pela aura de romantismo que as cerca. Nas lendas da construção dos grandes edifícios sempre se integrou um componente de sacrifício ritual, que pode ser entendido como o “sacrifício da fundação, ou sacrifício da completação”. A Bíblia diz que na consagração do Templo, Salomão imolou vinte e dois mil bois e 120 mil ovelhas.

Descontando o exagero dessa informação, pois talvez nem em toda Israel da época houvesse um contingente de animais desse porte, ela dá-nos bem uma ideia da importância ritual dessa tradição.

Este ritual tinha a finalidade mística de dar estabilidade ao edifício e era realizado sempre que se iniciava um grande empreendimento, fosse ele de carácter arquitectónico ou político-social. Assim, as grandes edificações antigas, de uma maneira geral, tiveram as suas lendas em volta dos sacrifícios, da mesma forma que as realizações políticas que marcaram o estabelecimento das primeiras civilizações.

Então, a noção do deus morto e regenerado, que é arquetípico em várias religiões, é uma estrutura psíquica que tem a ver com o simbolismo da natureza nos seus ciclos regenerativos. Ele também se liga aos ciclos de poder, observáveis na estrutura das sociedades antigas, no sentido de que é somente pela morte do rei anterior que o novo rei pode assumir o trono. Sendo esta a razão do ciclo morte-regeneração-ressurreição assumir essa compostura arquetípica no Inconsciente Coletivo da humanidade e ser reproduzido em todos os chamados *Mistérios* celebrados pelos povos antigos.

Um outro exemplo são as lendas sobre as pirâmides egípcias acerca do seu arquiteto, Amenhutep, e os faraós que as patrocinaram; a Torre de Babel com a lenda de Ninrode; o rei babilónico que a mandou construir; o Pártenon com os seus arquitetos; o Castelo da Bastilha; o Louvre; o Teatro da Ópera de Paris e o seu fantasma, entre muito outros exemplos. É certo que nos grandes edifícios mortuários do antigo Egipto esse costume tinha um objetivo bem prático. Imolar o arquiteto e os seus construtores para que o segredo da câmara principal, onde o defunto e os seus tesouros eram depositados, não fosse violada. Cumpria-se, entretanto, com essa medida de cautela, o sacrifício da completção.

### **O Painel do Grau Quatro**

Contém o Círculo que se associa ao Universo, do infinito pequeno ao infinito grande, e é também elemento de união entre o espírito e a matéria, e da vida expressa em círculos, nos vários domínios da consciência. Recorde-se que o Mestre Secreto passou do esquadro ao compasso, estando agora apto a traçar círculos que movimentam os astros. O triângulo ou Delta é a representação geométrica do Ternário Divino. O Pentagrama, conhecido pelos pitagóricos

como Pentagramaton, representa o Conhecimento e a Sabedoria e nas escolas místicas e gnósticas, representa a Pentalfa, reunindo o macrocosmo ao microcosmo, sendo suas cinco pontas uma representação do homem.

IOD, décima letra do alfabeto hebraico e a primeira do Tetragrammaton significa o nome impronunciável de IHVH, possui um sentido esotérico de *falus* primordial, é cabalisticamente o elemento fogo; o passado e o presente e o futuro; o espaço multidimensional e todas as suas substâncias. O IOD que também simboliza o fogo que renova toda a natureza, exprime o início e o fim de todas as coisas pois tem o valor 10 onde o 1 significa a unidade e zero o nada, juntos significam a criação do Universo pela fecundação do Nada pela UM.

Pode ser representado como uma Virgula, um Ponto, com um olho divino que tudo se vê ou com a letra G, distintas e equivalentes variações do Princípio e Centro Criador, omnipresente, omnisciente e omnipotente.

### **BIBLIOGRAFIA:**

<https://www.freemason.pt/grau-4-mestre-secreto-reaa/>

<https://bibliot3ca.com/2022/12/26/o-essencial-do-grau-de-mestre-secreto-4o-grau-reaa/>

<https://ocultismopel.wordpress.com/2018/06/12/grau-4-o-grau-de-mestre-secreto-do-rito-escoces-antigo-e-aceito/>

*Carlos Santos, 4º*

# O Templo de Salomão e a Maçonaria

## A morte de Hiram Abiff e Adonhiram

### Introdução

Não existem evidências materiais de que alguma vez tenha existido o Templo de Salomão, o qual, segundo a tradição bíblica, foi uma estrutura monumental construída em Jerusalém no século X a.C., no Monte Moriat ou Monte do Templo, durante o reinado do rei Salomão.

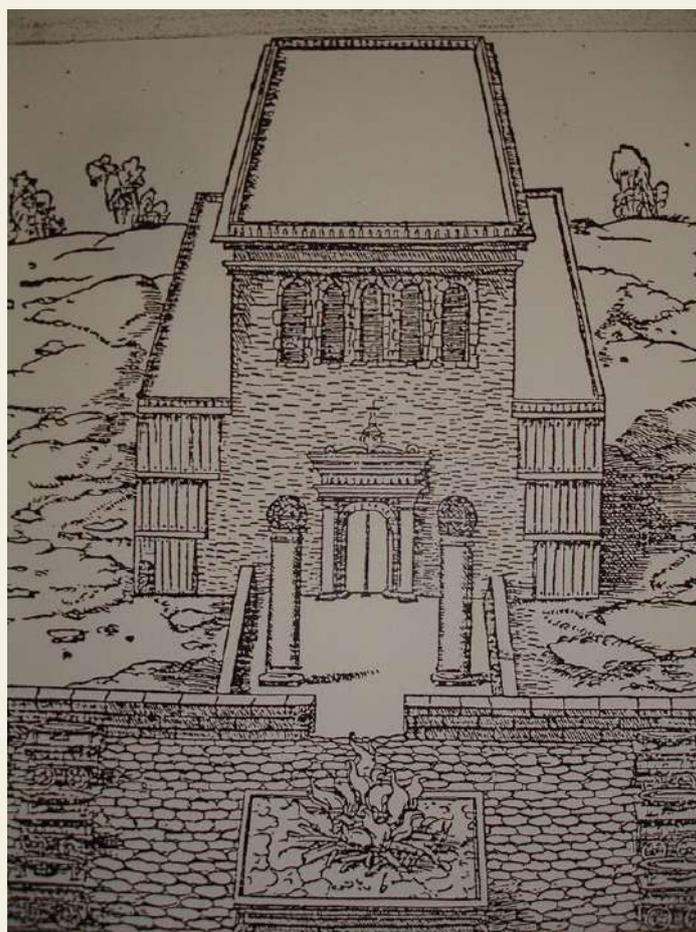
Na Bíblia, o Templo de Salomão é descrito como uma obra grandiosa, um lugar de culto que abrigava a Arca da Aliança, o objecto sagrado onde, segundo a tradição judaica, repousavam as Tábuas da Lei entregues por Deus a Moisés no Monte Sinai.

O Templo de Salomão ocupa um lugar central nas tradições judaico-cristãs e, sobretudo, na simbologia maçónica. Mais do que uma construção física, o Templo representa um ideal de perfeição espiritual e moral. Na Maçonaria, o Templo é visto como uma metáfora do aperfeiçoamento pessoal e colectivo, onde cada Maçon se vê como um “pedreiro” que trabalha incessantemente na edificação do seu próprio templo interior.

Figuras como Hiram Abiff e Adonhiram desempenham papéis fundamentais nos mitos associados ao Templo. Hiram Abiff, conhecido como o mestre construtor, simboliza o arquétipo do Iniciado que passa pela morte simbólica para alcançar a Luz Espiritual. Adonhiram, por outro lado, surge em algumas tradições como uma figura enigmática, com possíveis ligações ao esoterismo maçónico, sendo por vezes interpretado como o herdeiro dos segredos perdidos.

Neste balaústre pretende-se explorar o sim-

bolismo do Templo de Salomão na Maçonaria, a narrativa em torno da morte de Hiram Abiff e o papel de Adonhiram nesse contexto, destacando o impacto destes mitos na filosofia maçónica e nas práticas ritualísticas.



### Estrutura Geral do Templo de Salomão

O Templo de Salomão foi construído no século X a.C., em Jerusalém, sob as ordens do rei Salomão, utilizando materiais nobres e técnicas arquitectónicas avançadas para a época. Descrito na Bíblia como uma obra monumental, o Templo tornou-se um símbolo de aliança entre Deus e o povo de Israel, sendo considerado o centro espiritual e político do reino.

Até então, e desde o Êxodo do Egipto, por

mandato divino, o povo de Israel construiu um Tabernáculo para que Deus pudesse “habitar no meio deles” (*Êxodo* 29:46). Salomão pretendeu ter uma obra definitiva que substituísse a tenda itinerante.

A obra foi projectada de acordo com o modelo de um templo fenício e possuía uma configuração dividida em várias áreas, cada uma com um propósito específico. A estrutura era rectangular, com uma largura de 20 côvados, comprimento de 60 côvados e uma altura de 30 côvados (aproximadamente 9 metros de largura, 27 metros de comprimento e 13,5 metros de altura, respectivamente, considerando o côvado como uma unidade de medida antiga). O Templo foi dividido em várias seções principais:

### O Pátio Exterior

- **Área Pública do Templo:** Era o primeiro espaço pelo qual se passava ao franquear o Templo. Neste pátio externo, “as gentes comuns” faziam as suas oferendas e sacrifícios diários. Era um espaço amplo onde ocorriam actividades como o sacrifício de animais e outras práticas litúrgicas.

- **Altar dos Sacrifícios:** Nesse pátio estava o altar de bronze, onde os sacerdotes realizavam os sacrifícios de animais. O altar de bronze também é conhecido por Mar de Bronze, receptáculo de purificação, sustentado por quatro grupos de três touros cada um, voltados para os quatro pontos cardeais.

### O Santo Lugar (Primeira Câmara)

- **Área Sagrada:** Após passar pelo pátio externo, entrava-se no Santo Lugar, que era a primeira câmara interna do Templo. Apenas os sacerdotes poderiam entrar nessa área.

### Móveis e Objectos:

- \* **O Candelabro de Ouro (Menorá):**

candelabro de sete braços que representava a Luz de Deus. Estava localizado à esquerda da entrada.

- \* **A Mesa dos Pães da Proposição:** À direita da entrada, onde estavam os pães sagrados, que eram substituídos periodicamente, representando a aliança entre Deus e Israel.

- \* **O Altar de Incenso:** Um pequeno altar onde os sacerdotes queimavam incenso, simbolizando a oração dos fiéis a Deus.

### O Santo dos Santos (O Lugar Santíssimo ou *Sanctum Sanctorum*)

- **A área mais sagrada:** Era a câmara mais interna do Templo, separada por um pesado véu. Somente o Sumo Sacerdote podia entrar no Santo dos Santos, e isso acontecia apenas uma vez por ano, no Dia da Expição (*Yom Kipur*), para fazer a expiação pelos pecados do povo.

- \* **A Arca da Aliança:** O Santo dos Santos abrigava a Arca da Aliança, que continha as Tábuas da Lei. Admitia-se que sobre a arca se encontrava Deus, entre os querubins de ouro que pousavam sobre ela, com as suas asas estendidas, formando uma espécie de trono para a Divindade.

### Construção do Templo

A construção do Templo foi um grande empreendimento, feito com materiais nobres e mão-de-obra qualificada. Eis alguns detalhes:

- **Madeira de Cedro do Líbano:** Foi empregue madeira de cedro, a mais resistente e durável disponível na região. Para o seu corte e transporte contribuíram 30 000 operários, às ordens de Adonhiram e por acordo com o rei Hiram de Tiro, da então Fenícia, hoje Líbano, que tem o cedro como escudo de bandeira.

- **Pedras Lapidadas:** As pedras utilizadas no Templo foram esculpidas e cortadas fora

do local para garantir que não houvesse ruído de ferramentas durante a construção. Isso era visto como uma forma de garantir a pureza e a tranquilidade do espaço sagrado.

- **Ouro e Prata:** O Templo foi adornado com grandes quantidades de ouro, e o próprio interior, especialmente o Santo dos Santos, foi revestido com ouro puro.

ção entre a humanidade e Deus, sendo rasgado somente no momento da morte de Jesus, de acordo com o Novo Testamento.

- **A Escada e as Salas:** O Templo possuía várias salas adicionais, chamadas salas internas, onde se guardavam tesouros, instrumentos religiosos e os utensílios usados nas cerimônias. O edifício tinha várias divisões que eram usadas tanto pelos sacerdo-



### Disposição do Templo e os seus Elementos

- **As Colunas de Bronze:** À entrada do Templo, no pátio externo, foram erguidas duas enormes colunas de bronze, denominadas Boaz e Jachin. Essas colunas tinham significados simbólicos: Boaz representava a força e Jachin a estabilidade.

- **O Véu:** O véu separava o Santo dos Santos do Santo Lugar e simbolizava a separa-

tes como pelos guardas do Templo.

### Os Três Templos de Jerusalém

Em Jerusalém foram construídos três templos, dos quais não restam vestígios para além do simbolismo religioso:

- **O Primeiro Templo** ou **Templo de Salomão**, cuja construção já atrás se mencionou, e que foi completamente destruído pelo rei babilónio Nabucodonosor II em 587 a.C. Acredita-se que foi nesta época que

desapareceu a Arca da Aliança.

- O **Segundo Templo** foi iniciado por volta de 536 a.C., após o regresso dos Judeus do seu cativeiro na Babilónia, e ficou concluído em 515 a.C.

O **Terceiro Templo** ou **Templo de Herodes** foi uma reformulação importante do Segundo Templo, levada a cabo por Herodes I, o Grande, rei da Judeia entre 37 a.C e 4 a.C, ano da sua morte. Este templo foi destruído em conjunto com Jerusalém por Tito, filho do imperador romano Vespasiano, em 70 d.C.

Actualmente só existem vestígios do muro de suporte da esplanada construído por Herodes e os restos dos Arcos que permitem aceder à Esplanada das Mesquitas.

A **Cúpula da Rocha**, **Domo da Rocha** ou **Esplanada das Mesquitas**, lugar sagrado do Islão, está construído sobre as ruínas do Templo. Apenas resta o Kotel ou Muro das Lamentações, a parte ocidental do Templo. É um dos principais lugares santos do Judaísmo.

### **Simbologia do Templo e a Maçonaria**

Para a Maçonaria, o Templo assume um significado muito profundo. Representa o espaço sagrado da construção do “templo interior”, onde o Iniciado busca a perfeição moral e espiritual através do trabalho constante sobre si mesmo. Esta interpretação simbólica reforça a ideia de que cada ser humano é um “templo vivo”, em permanente construção.

A Maçonaria mostra-nos que o Templo de Salomão não é uma mera estrutura histórica sensível à erosão do tempo, mas sim uma representação da alma humana, o seu interior. Todo o Maçon é visto como um pedreiro "especulativo" que trabalha para aperfeiçoar o seu carácter moral e alcançar a Luz Espiritual.

Os detalhes arquitectónicos do Templo, como as colunas Boaz<sup>1</sup> e Jachin, carregam significados esotéricos complexos. Estas colunas, localizadas na entrada do Templo, simbolizam a força e a estabilidade.

Boaz, ou a força e o poder da fé; Jachin, ou a estabilidade, representa a sabedoria e o fortalecimento da lei moral. Juntos, significam o equilíbrio entre a força e a sabedoria que todo Maçon almeja encontrar. São os pilares do conhecimento e do caminho iniciático.

É na coluna Jachin que os obreiros aprendizes guardam as suas ferramentas após os ofícios e é na coluna Boaz que os mesmos recebem o seu salário.

A configuração do Templo possui interpretações simbólicas que reflectem o percurso do recipiendário. O Pátio Exterior representa o mundo material e o início da jornada (ou os Passos Perdidos, nas nossas Lojas); o Santo Lugar simboliza o plano espiritual acessível aos que buscam o aperfeiçoamento (a assembleia, nas nossas Lojas); e o Santo dos Santos é o espaço da comunhão directa com o divino, reservado aos que alcançam a sabedoria plena.

No Pátio Exterior encontra-se o Mar de Bronze, que tinha como fim a ablução, isto é, a purificação, simbolizada pelo lavar das mãos e dos pés. Purificação essa a que também se sujeitavam os animais antes do sacrifício. Maçonicamente, é neste Mar de Bronze que se faz a purificação pela água nas iniciações, lavando a alma do candidato que se prepara para sacrificar o Homem Profano e fazer nascer na Luz o Homem Maçon. No Islão a ablução é obrigatória antes de cada oração.

Para o Maçon, a construção do Templo de Salomão representa o caminho vitalício de auto-aperfeiçoamento. Cada Maçon vê-se

como um “construtor” que trabalha para erigir o seu próprio "templo de carácter" através da Disciplina, do Conhecimento e da Ética.

A Ritualística Maçónica acrescentou como símbolos várias ferramentas de trabalho da pedra e da madeira. O Esquadro, o Compasso e o Fio de Primo são reinterpretados na Maçonaria como guias morais: o Esquadro ensina a Justiça e a Virtude; o Compasso a Moderação e o Nível significa a Igualdade entre as pessoas.

Para os Maçons, o Templo de Salomão representa um símbolo fundamental de sabedoria, beleza e força, que são os três princípios centrais da Ordem Iniciática. Esses três pilares reflectem a estrutura do próprio templo e a sua importância como lugar de sabedoria divina. Estão simbolizados pelas três colunetas que decoram o interior do Templo Maçónico e que protegem o quadro de loja, desconhecendo-se a sua presença no Templo de Salomão.

No interior do Templo Maçónico encontramos a Pedra Bruta, que representa o homem imperfeito, pleno de falhas e de ignorância, e a Pedra Polida, como símbolo do Maçon que trabalhou para se melhorar através da disciplina moral e do conhecimento. Assim como o Templo de Salomão exigia pedras perfeitas, também os Maçons se esforçam por se aperfeiçoar.

Outros símbolos e ferramentas, consoante os ritos, evocam regras e qualidades a que o Maçon deve obedecer e pretender alcançar.

Como corolário e num nível mais abrangente, o Templo de Salomão deve ser visto como um modelo para a construção de uma sociedade melhor, baseada na Justiça, na Sabedoria e na Fraternidade. A Maçonaria ensina que, assim como o Templo de Salomão uniu as pessoas durante a sua constru-

ção, a sociedade deve lutar pela unidade, cooperação e harmonia.

Hiram Abiff<sup>2</sup>: O Arquitecto do Templo

Segundo as tradições bíblicas e maçónicas, Hiram Abiff foi o mestre arquitecto do Templo de Salomão. Descrito como artesão extraordinário, hábil, sábio e justo, com vasto conhecimento arquitectónico e sólidos conhecimentos sagrados e rituais associados ao Templo, foi enviado pelo rei Hiram de Tiro para auxiliar o rei Salomão.

Na Tradição Maçónica também é identificado como “o Filho da Viúva” e encarna o arquétipo do Mestre Maçon, símbolo da integridade, habilidade, lealdade inabalável, perfeição técnica e ética.

Hiram Abiff representa o ideal de integridade moral, fidelidade à verdade e compromisso inabalável para com os próprios princípios. É muitas vezes considerado um símbolo que encarna a perfeição humana, em particular na sua devoção ao dever e a sua resiliência perante as adversidades.

O seu rigor profissional compara-se ao esforço que se exige a cada Maçon para construir, moldar e refinar o seu carácter como se fosse um templo.

### **O Simbolismo da Morte de Hiram Abiff na Maçonaria**

A morte de Hiram Abiff transcende o relato histórico e assume um carácter iniciático profundo na Tradição Maçónica. A narrativa da sua morte é um dos pilares dos rituais do Terceiro Grau na Maçonaria. Segundo o mito, Hiram foi abordado por três companheiros (Jubela, Jubelo e Jubelum) que exigiram os segredos do Mestre Maçon. Ao recusar revelá-los, foi brutalmente assassinado.

No ritual do Terceiro Grau da Maçonaria, a encenação da sua “morte simbólica” e subsequente “ressurreição” representa o renas-

cimento espiritual pelo qual o Iniciado deve passar, um processo de transmutação interior que visa a superação do ego e a busca da verdade.

A simbologia da morte de Hiram está enraizada em mitos antigos de morte e renascimento presentes em várias culturas, como os mistérios egípcios de Osíris e os rituais de iniciação gregos (Mistérios de Elêusis).

No contexto maçônico, esta alegoria representa a necessidade de desapego do mundo material e a busca pelo conhecimento oculto. Hiram Abiff representa o Maçon ideal,

com a sua sabedoria, mestria e justeza.

Para os Maçons, a história de Hiram Abiff e a sua recusa em trair os segredos do Mestre Maçon, mesmo sob ameaça, destaca virtudes como a lealdade, a integridade e a perseverança e da eterna busca da Luz.

O sacrifício de Hiram Abiff ilustra a luta do Iniciado contra as paixões humanas, a ignorância e o egoísmo. O seu assassinato pelas “três paixões” (muitas vezes interpretadas como a inveja, a ignorância e o fanatismo) reflecte os obstáculos que o Maçon deve superar na sua caminhada espiritual.



O seu assassinato é uma metáfora para as provações e desafios enfrentados na vida, com um profundo simbolismo para os Maçons, que se pode sintetizar do seguinte modo:

- **Sacrifício pela Verdade:** A recusa de Hiram Abiff em revelar a Palavra do Mestre, mesmo à custa da própria vida, ensina que a busca da verdade é sagrada e que não deve ser comprometida para ganho pessoal ou benefício material. No contexto maçónico, isso ilustra a ideia de que a busca por sabedoria e clareza moral é mais importante do que os benefícios transitórios da riqueza ou do poder.

- **O Preço da Lealdade:** A morte de Hiram Abiff sublinha o conceito de lealdade aos juramentos e princípios de cada um. Para os Maçons, Hiram representa o ideal de permanecer leal à irmandade, ao código moral e aos ensinamentos do ofício, independentemente dos desafios que se enfrenta. A morte de Hiram representa o último acto de lealdade, tanto ao seu rei como ao seu ofício.

- **O Mistério da Vida e da Morte:** No ritual maçónico, a morte de Hiram Abiff e a subsequente ressurreição simbolizam o ciclo da vida, em que a morte física do corpo não é o fim, mas sim uma transformação. A ressurreição de Hiram é um símbolo da continuidade da vida, da persistência da sabedoria e do renascimento do espírito. Esta alegoria lembra aos Maçons que, mesmo nos momentos de perda, há esperança e renovação.

- **Silêncio e integridade:** A recusa de Hiram Abiff em falar sob coacção é uma lição fundamental de silêncio e integridade. O seu silêncio diante da morte sugere que algumas verdades são sagradas e que devem ser protegidas. Esta noção alinha-se com os ideais maçónicos, onde o indivíduo é ensi-

nado a guardar os segredos do ofício com o mais alto nível de integridade.

- **A Busca da Palavra Perdida:** A morte de Hiram Abiff também nos leva à busca da Palavra Perdida, que simboliza o conhecimento do divino e verdade última. Após a morte de Hiram, os Maçons vão em busca da palavra sagrada que ele levou consigo, reflectindo o compromisso maçónico de buscar a sabedoria e o desvendar de verdades ocultas.

### **Adonhiram: O Supervisor Esquecido, o Tesoureiro ou o Herdeiro**

Adonhiram, também grafado em vários textos bíblicos e históricos como Adoniram ou Hadoram, é uma figura que surge no contexto material e de supervisão da construção do Templo de Salomão. Embora os relatos bíblicos forneçam informações limitadas, Adonhiram é uma figura administrativa chave no projecto arquitectónico e religioso mais importante da antiguidade, que foi o Primeiro Templo de Jerusalém (*1º Reis* 4:6, 5:14).

Nas Escrituras, particularmente em *1º Reis* 5:13-18, Adonhiram é identificado como o "supervisor do tributo" ou "supervisor do imposto", título que se refere à sua gestão da mão-de-obra recrutada para o serviço público. O rei Salomão recrutava para trabalhar na construção do Templo e obras anexas uma força de trabalho de 30 000 homens de Israel, organizados em três turnos mensais de 10 000 homens.

Adonhiram tinha como funções administrativas:

- A organização dos turnos de trabalho;
- A coordenação da logística entre os trabalhadores, arquitetos e fornecedores de materiais;
- A garantia da utilização eficiente dos recursos e o cumprimento dos prazos;

- A gestão do sistema de tributos, garantindo a evolução normal das obras sem sobrecarregar com impostos as comunidades locais.

Enquanto Hiram Abiff tinha a cargo a concepção, Adonhiram retinha para si a amarga tarefa de organização material e cobrança de tributos.

Referem alguns textos que, deixado o vazio após a morte de Hiram Abiff e sem o fio condutor da direcção dos trabalhos, o sábio rei Salomão escolheu para o substituir um novo mestre construtor, de seu nome Adonias, muito parecido com o grande arquitecto, nos gestos, acções e palavras, pelo que passou a chamá-lo de Adonhiram, em homenagem ao Mestre desaparecido.

Passado algum tempo, Adonias muda o seu nome para Adonhiram e termina a obra deixada por Hiram Abiff, onde passou a ficar a salvo a Arca da Aliança e Deus com morada definitiva.

Para algumas vertentes maçónicas, Adonhiram é visto como o sucessor espiritual de Hiram Abiff. Após a morte do mestre construtor, Adonhiram teria assumido a responsabilidade da continuação da obra e da guarda dos segredos maçónicos. Esta leitura atribui-lhe o papel de guardião do conhecimento e elo de ligação entre o passado e o futuro.

A ambiguidade em torno de Adonhiram alimenta vários debates. Por alguns, é visto como o “herdeiro dos segredos perdidos”; por outros, como figura administrativa sem ligação directa ao mistério iniciático. No entanto, a sua presença em algumas tradições esotéricas reforça a ideia de que o conhecimento, mesmo quando ameaçado, encontra sempre um depositário.

Em alguns ritos e debates maçónicos, Hiram Abiff e Adonhiram são tudo e a mesma

pessoa, porque Adon significa “Senhor” e Adonai “Meu Senhor”, um dos 72 nomes inefáveis de Deus, e Adonhiram é apenas o Senhor Hiram.

Noutra explicação mais esotérica, Hiram Abiff contém em si os três elementos fundamentais, representados pelas três viagens do neófito e que formam os nossos corpos.

Deverá morrer ou interiorizar-se para formar o elemento Terra, o barro, para poder tornar-se Adonhiram. Assim foi feita a construção do Reino Hominal. Pelo que, em síntese, Adonhiram é o símbolo, não apenas do Homem, mas de todas as Raças Humanas e da Humanidade, carregando dentro de si, Hiram, a quintessência ou a sua essência espiritual. O EU Superior.

Hiram, o nosso Poder Espiritual e Adonhiram, o nosso Poder Temporal, vivem em Fraternidade.

Foi apedrejado até à morte pela população em fúria.

## **Conclusão**

O Templo de Salomão, enquanto símbolo de perfeição espiritual e moral, ocupa um papel central na filosofia maçónica. Mais do que uma narrativa histórica, o Templo apresenta-se como um roteiro alegórico para o desenvolvimento pessoal e moral, onde a sua construção representa a edificação do carácter e os seus espaços sagrados simbolizam a jornada rumo à sabedoria, ao autodomínio e à iluminação.

As lendas do Templo de Salomão, Hiram Abiff e Adonhiram são ricas em alegorias e profundidade filosófica, servindo como guias fundamentais na Maçonaria. A história da morte de Hiram Abiff ilustra os desafios do caminho iniciático, onde sacrifício e transformação pessoal são essenciais para a conquista da verdadeira sabedoria. Adonhiram, por sua vez, surge como a personi-

ficação da continuidade e preservação dos segredos antigos, fortalecendo a transmissão dos ensinamentos atemporais.

Embora as evidências históricas dessas figuras sejam escassas, o seu valor simbólico transcende a interpretação literal. As suas mortes, sejam vistas como mitos históricos ou parábolas espirituais, continuam a inspirar reflexões sobre a condição humana, as provações da integridade moral e o caminho eterno em busca do aperfeiçoamento.

Integradas nos rituais maçônicos, essas narrativas enriquecem o simbolismo da Ordem e convidam à reflexão sobre temas universais, como a morte, o renascimento, a verdade e a construção do "templo interior". A Maçonaria, ao revisitar essas alegorias, reafirma o seu compromisso com o aperfeiçoamento constante e a transmissão de um legado simbólico atemporal.

O estudo dessas figuras e dos rituais a elas associados revela a complexidade da tradição maçônica, onde história, mito e simbolismo se entrelaçam para formar uma filosofia de vida fundamentada na fraternidade, na ética e na incessante busca pelo conhecimento. O Templo de Salomão, Hiram Abiff e Adonhiram permanecem, assim, como pilares fundamentais no caminho do Iniciado rumo à Luz.

## Notas

1. Na abertura da Grande Loja, em 3º Grau, o Segundo Vigilante representa Boaz, Príncipe do Povo no Monte Tabor, enquanto o Primeiro Vigilante representa Jachin.
2. Na abertura da Grande Loja, em 3º Grau, o Vice Grão-Mestre representa Hiram Abiff, Príncipe dos Arquitectos.

## Referências bibliográficas e de pesquisa

BIASI, Jean-Louis de, *Segredos e Práticas da Maçonaria*, Lisboa: Publicações Europa-América, 2011

*Bíblia Sagrada, Livro do Êxodo e Novo Testamento*

DICKIE, John, *A Maçonaria, Como os Pedreiros Livres Construíram o Mundo*, Lisboa: Edições 70, 2022

DIDIER, Convard et FALQUE, Denis, *L'Épopée de la Maçonnerie, Tome I – L'homme d'Hiram*; Grenoble: Glénat Ed., 2020

GLLP/GLRP, *Ritual de Aprendiz do Rito Escocês Antigo e Aceite*; 6019

GLLP/GLRP, *Ritual de Aprendiz do Rito Escocês Antigo e Aceite*, 6021

LÉVI, Éliphas, *Dogme et Rituel de la Haute Magie*, Paris: Germer Baillière, 1861

MONTALVÃO, Sérgio Aguiar, *O Primeiro Templo de Jerusalém segundo o Imaginário Pós-Exílico*, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2015

PIKE, Albert, *Morals and Dogma of the Ancient and Accepted Sco`sh Rite of Freemasonry*, Supreme Council of the Thirty-Third Degree for the Southern Jurisdiction of the United States and Published by its Authority; 1871

QUEIROZ, Álvaro de, *A Maçonaria Esotérica. Rito Escocês Antigo e Aceito*; São Paulo: Ed. Madras; 2021

[www.freemason.pt](http://www.freemason.pt).

*António Terrão Russo, 6º*

## A Candeia da Verdade

Estamos reunidos sob o signo da eleição. Mas o que significa ser "eleito", senão aquele que é chamado ao cumprimento de um dever? Por isso, a eleição não constitui um privilégio, mas antes uma responsabilidade. Longe do novelo do mundo profano, a responsabilidade do maçom baseia-se na ética – que é particular – e na moral – que é pública.

Na penumbra do Templo, onde o silêncio fala e a sombra guarda segredos invioláveis, emerge o Cavaleiro Eleito dos Quinze. O seu olhar não se fixa no chão nem se perde nos astros: fita o limiar entre o tempo que foi, o tempo que é, e o tempo que há de vir.

Aquele que alcança o décimo grau, não pode ser um justiceiro, mas um buscador da Verdade, ainda que esta se esconda nas dobras da alma e nas fissuras da História.

Conta-se que, após a queda do Mestre Hiram Abiff, assassinado por aqueles que ansiavam pelo segredo sem estarem preparados para o merecer, uma nova luz nasceu entre os escombros do silêncio. Essa luz era a dor da perda, mas também a centelha da consciência. Quinze irmãos foram eleitos, não pela força do braço, mas pela firmeza do espírito, para seguir os rastros dos assassinos e restaurar a harmonia profanada. A missão não era apenas punir — mas sim compreender, mergulhar ao interior da terra.

A verdade que procuravam não podia ser feita apenas de rostos e nomes, mas de intenções, de escolhas resgatadas do breu da

consciência. Embora tenham ido em busca dos traidores, o caminho conduziu-os aos seus próprios abismos. Ao caçarem os culpados, os Cavaleiros Eleitos encontraram-se a si mesmos — dentro dos seus próprios impulsos de raiva, vingança, ego e orgulho. Cada um dos quinze descobriu que os traidores não viviam apenas fora do Templo... mas também dentro. Talvez esta seja a moral mais determinante do grau.

Porque o verdadeiro assassino de Hiram não foi um homem só, nem três — foi a humanidade em desequilíbrio, foi o ruído interior que abafa a voz da consciência. E assim, no coração do décimo grau, o iniciado aprende que buscar a Verdade fora de si é como caminhar sobre areia movediça; pois só quem ilumina as suas trevas internas pode empunhar a candeia da justiça.

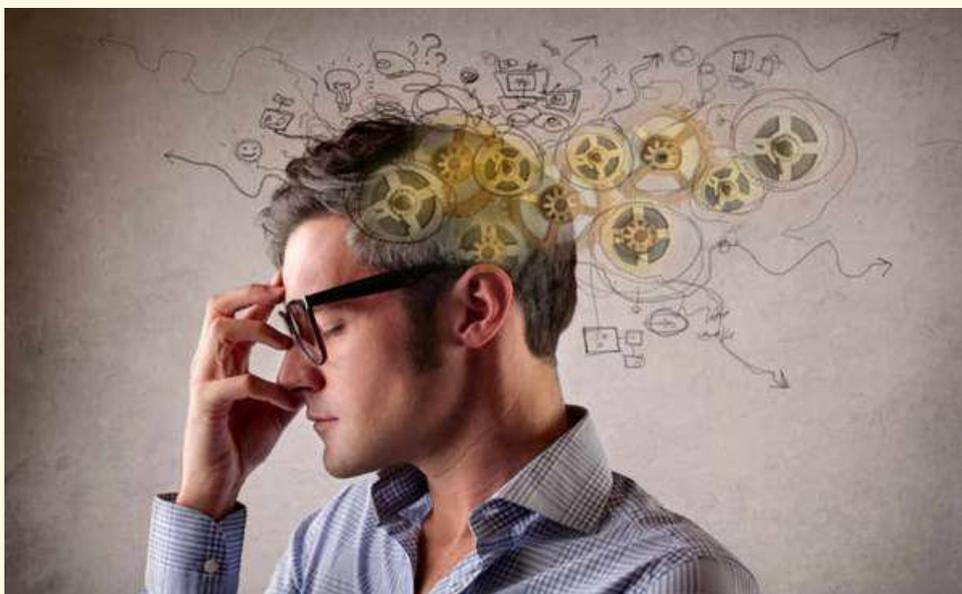
A espada não corta para destruir — corta para separar o falso do autêntico, o desejo da missão, o ruído da palavra. E o cavalei-



ro torna-se juiz, não dos outros apenas, mas de si próprio. A justiça, no grau dez, não é o acto de punir, mas o dom de discernir. É a lâmina que separa o essencial do acessório, o justo do conveniente.

Antes de julgarmos qualquer acto alheio, é-nos recomendado inquirir as nossas próprias intenções, os nossos silêncios e os nossos desvios. Não se trata de uma justiça punitiva, mas de uma justiça restauradora. O Cavaleiro Eleito, por essência, não procura punir os culpados por vingança, mas restaurar o equilíbrio perdido, devolvendo dignidade ao Templo e coerência ao seu interior.

Como disse Platão, na *República*, “o verdadeiro filósofo não é aquele que ama a vitória, mas aquele que ama a Verdade”. Esta é também a distinção que o décimo grau exige do iniciado: não se trata de triunfar sobre o erro alheio, mas de purificar o próprio entendimento.



Com efeito, este grau convida-nos a refletir sobre o nosso próprio percurso. Quantas vezes repetimos os gestos simbólicos do Rito sem nos perguntarmos se a nossa conduta acompanha os princípios que enunciamos? A verdadeira Verdade — aquela que dá sentido à nossa condição de maçons — não é factual, é existencial. Não depende

apenas daquilo que sabemos, mas sobretudo daquilo que somos. Assim, o passado não tem de nos condenar. O passado não é um fardo, é um mapa. E o futuro não é uma promessa, é um voto. A Verdade não é um lugar onde se chega, é uma forma de caminhar. Não é um lugar de resposta... mas uma forma de inteireza.

E quando o décimo grau se revela por completo, compreende-se que não há a vingança que cura, apenas a justiça que restaura. Não há luz que dure sem a sombra que a define. E não há templo que se mantenha de pé se os seus guardiões não souberem primeiro reconstruir-se a si mesmos.

O Maçon é, por isso, alguém que aceita viver com os olhos postos na construção de uma Verdade que não se impõe, mas que se revela a quem a procura com humildade e persistência. Esta verdade não marca um ponto de chegada. É, antes de tudo, um novo ponto de partida — mais exigente, mais

profundo, mais comprometido com a verdade que transforma. Essa é a razão pela qual o Cavaleiro Eleito dos Quinze se torna, finalmente, o Cavaleiro Eleito de Si — aquele que desce ao abismo da dúvida para resgatar a pérola da Verdade. Porque a Maçonaria é, desde sempre, o caminho dos que ousam mergulhar no mistério com o coração em chamas.

*Bruno Paixão, 11º*

# A Aliança da trolha com a espada

Este título poderia ser um dos resumos possíveis para o décimo quinto grau. A aliança entre a trolha de pedreiro e a espada baseava-se tanto numa necessidade como num consentimento mútuo. A espada na mão do príncipe Zorobabel, associada à trolha, simboliza a reconstrução do segundo templo. A força impõe, portanto, a sabedoria, e a beleza fecha o triângulo com harmonia. Símbolo da realeza e da nobreza do coração, a espada é naturalmente um emblema da arte real.

## Um pouco de história

Falar da aliança entre a cavalaria e a maçonaria requer livros. O assunto não cabe num balaústre. Para resumir a presença da cavalaria, é preciso recordar que foram as lojas maçónicas do século XVIII que, no segredo dos seus trabalhos, souberam conjugar a tradição operativa com a cavalaria.

Existe uma simbologia e uma mitologia comuns à cavalaria e à maçonaria. O ideal cavalheiresco é uma fonte profunda do sistema escocês. A cavalaria reivindica-se, como a maçonaria, de uma tradição imemorial. O espírito do Templo na sua construção, destruição e libertação motiva as duas iniciações. A primeira constrói o templo e a segunda liberta-o.

As cinco grandes ordens de cavalaria estruturaram a cavalaria ocidental (o Templo, São Lázaro, os Hospitalários de São João, os Cavaleiros do Santo Sepulcro e os Cavaleiros Teutónicos). Ordenaram a busca em torno de causas e atos específicos.

O sentido simbólico dá à Ordem Escocesa a missão de criar um autêntico império espiritual, tornando os seus adeptos novos Cavaleiros do Espírito. Assim, o cavaleiro-maçom do século XXI já não se considera guardião *in situ* do Templo e da Terra Santa. A história dos cavaleiros da Idade Média orientou os seus sucessores a promover o seu templo interior, com a ideia fraterna de espalhar a luz à sua volta. Esta noção, que nos vem do Oriente, está manifestamente bem enraizada no Ocidente. Na minha opinião, é este o significado da espada do cavaleiro nos graus capitulares

## Aliança da espada e da trolha

Este casamento nasceu de uma necessidade... Para reconstruir o Templo destruído, é necessário casar a trolha com a espada. Como indicado, outros factores históricos criaram uma aproximação entre uma corporação iniciática e as ordens de cavalaria desde a Idade Média.

A presença da cavalaria no sistema maçónico levanta, no entanto, uma série de questões que estão longe de ser resolvidas.

A lenda, tanto quanto a história, fundamenta o nosso imaginário de maçom e cavaleiro, abrindo assim verdadeiras perspectivas iniciáticas para as quais a racionalidade por si só não seria suficiente.

A iniciação maçónica, tal como a iniciação cavalheiresca, impulsiona-nos para o limiar do mundo do conhecimento, que não é desconhecido dos maçons. De facto, a prática dos nossos antepassados constitui um verdadeiro património iniciático que transmitimos de iniciado para iniciado.



Este tesouro não se encontra nas profundezas da nossa consciência, mas sim no que eu chamaria de supra-consciência. Esta supra-consciência está localizada no fundo do nosso cérebro e só espera ser despertada pela intuição do coração.

Sentados no limiar da percepção de uma totalidade, somos tomados por vertigens diante das profundezas do Ser e do infinito do universo. Ultrapassar este limiar

consiste em harmonizar o ser e o todo, ou seja, fazer com que o homem pentagrama se torne hexagrama. Abraçar como homem uma totalidade que nos ultrapassa, tal é o objectivo e a contribuição da cavalaria.

Para atingir esse objetivo, é preciso reapropriar-se dos estados inferiores do ser e, em seguida, progredir no plano iniciático até deixar de ser um corpo reactivo, nem mesmo um homem «bem-pensante» e bem

construído, mas um homem «espírito». Somente o espírito é capaz de abraçar o Todo.

Nesta fase, é o imaginário que serve de suporte de projecção mental para realizar este desenho iniciático. O imaginário alimenta-se da experiência e da esperança. Activa o corpo para alcançar um estado de libertação ou libertação do espírito. Vemos surgir a ideia do sacrifício útil que se tornaria uma passagem, que encontramos na lenda de Hiram, tal como na cavalaria terrestre e celeste.

A imaginação, tornada realidade eficaz num espaço cerebral chamado «imaginário», pode intervir nas modalidades de expressão de um pensamento que se tornou fé conceptual ou ideal. Coloca-se o problema do contacto entre Deus e o homem. Para o cavaleiro, o contacto faz-se «entre o Céu e a Terra», num mundo mediano.

Assim, o pensamento e a acção do maçom ou do cavaleiro passam por uma concepção consciente e modelada pela iniciação. A iniciação é uma experiência vivida através do jogo do ritual. Seja profissional ou militar, a iniciação induz comportamentos de grande coerência lógica, que se baseiam mais na intuição do que no raciocínio. A intuição é favorecida pelo acervo ancestral de esquemas que os mitos nos relatam. Os mitos atuam como símbolos. Nós os temos em nós na plenitude dos seus significados, herança da memória de um passado distante que alguns qualificam como a idade de ouro da humanidade.

É assim que podemos afirmar que a maço-

naria simbólica tradicional e espiritu-al, nos seus desenvolvimentos modernos, soube preservar um simbolismo tradicional, nascido de uma intuição baseada em imagens projetadas em si mesmo.

Esta relação entre as projecções pessoais e a cultura tradicional dos símbolos revela uma universalidade simbólica transcultural e



transfronteiriça. Esta constatação leva-nos a considerar o simbolismo tradicional como uma modalidade de expressão primária que escapa à babélização das línguas.

Todas as tradições do mundo reservam um lugar de destaque ao construtor e ao combatente. Esta união entre a espada e a trolha não me parece ser uma união de natureza tipicamente maçónica, mas sim filosófica. É antes na simbologia dos dois elementos da união que se encontra toda a força dos símbolos.

*Philippe Nivard, 32º*

# Igualdade de oportunidades versus justiça social

“O Olho que tu vês não é olho porque o vejas,  
é olho porque te vê”<sup>1</sup>

*António Machado, em Provérbios e Cantares*

De acordo com o senso comum, se as pessoas trabalharem arduamente terão sucesso. Creio ser este o resultado obtido em qualquer inquérito que se possa realizar à população em geral. Paralelamente a esta explicação, surgirá, certamente, a relacionada com o percurso académico realizado por cada cidadão. Ou seja, o êxito na vida, de acordo com esse senso comum, dependerá de factores pelos quais, em maior ou menor medida, as pessoas são responsáveis. Desta forma, os factores que escapam ao controlo da própria pessoa, como ter sorte, ser oriundo de uma família rica, viver num ambiente culturalmente favorável, etc., são, em comparação, menos determinantes.

Deve, ou não, o Estado, através de políticas públicas, intervir activamente na mitigação dos factores que possam contribuir para uma distribuição menos equitativa do resultado obtido pela sociedade através dos processos produtivos, em prol de uma maior coesão económica e social e, conseqüentemente, na diminuição das desigualdades e dos insucessos das pessoas? No campo científico, seja no da filosofia política, no da economia, da sociologia ou em qualquer outro, existem diferentes e por vezes contraditórias concepções sobre a actuação do Estado.

Este é um dos debates democráticos que importa incentivar. Deveremos, ou não, potenciar políticas públicas que possam mitigar as

desigualdades e os insucessos resultantes da conjugação daqueles factores e, em caso afirmativo, quais.

Contudo, como creio que nesta matéria a actuação dos decisores políticos assenta menos nos princípios da economia positiva e mais em princípios normativos de filosofia política, com base nos poderes económicos e sociais em jogo num determinado período de tempo, que os influencia sobre o que é justo e o que não o é, focar-me-ei mais no campo da filosofia política. A título de exemplo, e tendo em consideração a importância da política fiscal no leque daquelas em que mais eficazmente se pode actuar, permiti-me citar Thomas Piketty,<sup>2</sup> “O imposto não é uma questão técnica. Trata-se de uma questão eminentemente política e filosófica, sem dúvida a primeira de entre todas.”

No campo do “dever ser”, creio que existe um razoável consenso normativo tanto na filosofia política como na economia sobre a questão das exigências da justiça social, que poderá resumir-se em reconhecer que a desigualdade de resultados é justa quando depende de variáveis pelas quais as pessoas são responsáveis, mas injusta quando se deve a circunstâncias não controláveis pelas mesmas.

No entanto, para que esse consenso normativo resulte numa efectiva e justa distribuição dos resultados é necessário que esteja garantida, desde o início, uma verdadeira igualdade

de oportunidades que, conseqüentemente, permita aos cidadãos o acesso a recursos equivalentes para a tomada de decisões.

Será que essa igualdade está garantida? Creio que não.

Para podermos reflectir sobre essa questão, entendo que não nos interessa fazer uma análise, em termos absolutos, sobre a distribuição de resultados. O que interessa, para podermos avaliar a efectividade dessa igualdade e as suas conseqüências no “elevador social”, é fazer uma avaliação em termos relativos, leia-se mobilidade social intergeracional.

As estatísticas confirmam, de facto, que, de forma generalizada, as diferentes gerações vivem melhor que as precedentes. Contudo, o importante é avaliar se as desigualdades entre os indivíduos de cada geração diminuem ou aumentam e porquê?

Creio não ser despicienda a questão da igualdade de oportunidades, uma vez que está relacionada com a forma como as pessoas vêem as políticas distributivas. Quanto maior for a percepção de que a desigualdade na distribuição dos resultados tem origem na desigualdade de oportunidades, maior será a propensão para defender políticas públicas que fomentem uma distribuição mais justa e eficaz dos resultados.

De facto, nos últimos anos, a questão da desigualdade de oportunidades e as suas conseqüências na distribuição de resultados está muito presente no debate sobre políticas públicas, provavelmente em resultado do trabalho desenvolvido no âmbito da filosofia política, nomeadamente pela corrente dos denominados igualitaristas democráticos, entre os quais pretendo destacar John Rawls<sup>3</sup>.

Esta corrente de pensamento vem colocar em

causa o utilitarismo clássico, corrente dominante e influente até às últimas duas décadas do século XX, que tem, no seu início, como figuras principais David Hume e Adam Smith, mas cujas principais contribuições podem ser atribuídas ao pensamento de Jeremy Bentham e John Stuart Mill.

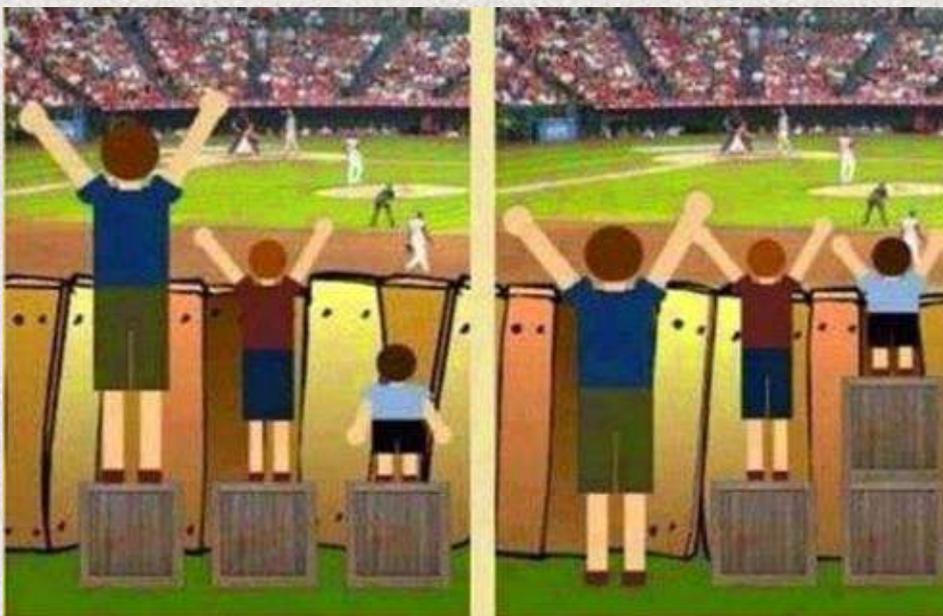
A principal crítica dos igualitaristas ao utilitarismo radica no argumento de que esta corrente, ao defender, como padrão normativo, que a obtenção do máximo bem estar social implica maximizar os recursos e/ou as capacidades totais dos indivíduos que compõem uma sociedade, independentemente de como resultar a sua distribuição, atribuindo, assim, um papel fundamental à questão da eficiência económica e não da justiça social, se preocupar com os mecanismos de cooperação que devem estar estabelecidos para a obtenção da maximização do bem-estar agregado, independentemente de quem deles beneficie.

O denominado contratualismo de Rawls considera, assim, que o utilitarismo é completamente injusto, dado que, ao ser insensível às diferenças entre os indivíduos, entendendo que a distribuição é eficiente quando permite o aumento da soma agregada dos benefícios, independentemente de quais os seus beneficiários, não tem uma visão distributiva. Dessa forma, desenvolve uma concepção de justiça que tem em consideração os interesses de cada pessoa individualmente, não os agregando, como o faz o utilitarismo, não sacrificando, conseqüentemente, os de ninguém e, mais importante, dando primazia aos indivíduos, social e economicamente em pior situação.

Para se poder alcançar esse desiderato, esta concepção defende que, previamente, se deve verificar um princípio de justiça assente na existência de um conjunto de liberdades bási-

cas iguais, tais como liberdade política, de expressão, entre outros direitos de plena cidadania, desde que seja compatível com a garantia de um esquema idêntico de liberdades para todos.

Neste contexto conceptual de igualdade, deve ser assegurada uma efectiva igualdade de oportunidades, ao invés de apenas formal, com uma distribuição equitativa da riqueza e do rendimento, evitando, assim, que as liberdades básicas sejam meras liberdades igualitárias. Neste sentido, Rawls apresenta o se-



gundo princípio da justiça, em que defende que as desigualdades económicas e sociais só são moralmente admissíveis se se verificarem duas condições:

1. Resultarem do exercício de cargos e funções acessíveis a todos em circunstâncias de igualdade equitativa de oportunidades;
2. A sua estrutura permitir melhorar as expectativas de quem está pior, maximizando o benefício possível dos que se encontram em posição mais desfavorável. Este princípio, que aparenta ser algo contraintuitivo, é o denominado “princípio de diferença”.

Desta forma, a igualdade deve ser a norma e as desigualdades, ao serem somente admissíveis na medida em que beneficiem os

que menos têm, provocam resultados distributivos. Assim, estaremos a operar, ao contrário do defendido pela corrente utilitarista, para benefício de todos e para a diminuição das “tensões de compromisso”, através da criação de um contracto social em que se estabelece uma relação recíproca baseada num sistema de cooperação equitativo.

Os menos favorecidos aceitam as vantagens dos mais favorecidos, mas estes, por sua vez, aceitam uma melhoria da posição dos primeiros.

Este segundo princípio de justiça, permitir-nos-á, ainda, assim o creio, a seguinte reflexão:

Se a garantia da igualdade legal e formal de oportunidades não é questionável, dado que as únicas instituições necessárias, além das do mercado, são aquelas que objectivam garantir a todos os mesmos direitos legais ao acesso às posições sociais privilegiadas, o mesmo, creio, já

não se poderá assegurar no que respeita à igualdade equitativa de oportunidades, dado que para se alcançar é necessário estabelecer as condições para que exista uma meritocracia equitativa, verdadeira.

Ora, para que tal seja possível exigem-se instituições e políticas que, na medida do possível, neutralizem as arbitrariedades das contingências sociais e culturais que escapam ao controlo de cada pessoa e que, conseqüentemente, condicionam, à partida, as perspectivas de potenciar as suas capacidades. Naturalmente, estas políticas contrariam o defendido pelas correntes políticas e filosóficas mais liberais, de que Adam Smith pode ser considerado o precursor e Robert Nozick um dos expoentes,

segundo as quais o resultado da interação entre os vários agentes, ou seja, o mercado, dita o resultado final para cada um, em função das suas capacidades, conhecimentos técnicos e sociais e da própria sorte. Nesta linha de pensamento neoliberal, o Estado, ao redistribuir, monetariamente ou através de serviços, os resultados, mais não faz do que limitar a liberdade individual.

Não é coisa pouca a que está envolvida nesta forma de igualdade de oportunidades. Alcançá-la implica uma ruptura com todos os mecanismos que asseguram, e por vezes ampliam, a reprodução social e a manutenção das baixas expectativas dos indivíduos mais desfavorecidos, com destaque para as de médio e longo prazo. Para isso, é necessário, por exemplo, neutralizar todos os factores ambientais que condicionam as oportunidades de cada um para adquirir as qualificações mais valorizadas pelo mercado de trabalho, reforçar a oferta de ensino público de qualidade, do pré-escolar ao universitário, sem tibiezas e preconceitos associados à origem geográfica e económico/social dos alunos, contribuindo, assim, para potenciar a dispersão do capital humano entre os cidadãos<sup>4</sup>.

Reconheço, no entanto, na pegada de Rawls, que o ambiente familiar em que se desenvolvem as capacidades naturais afecta todos os tipos de condições sociais, fazendo com que este tipo de igualdade apenas seja alcançável de forma imperfeita. A própria (pré) disposição para realizar um esforço, para se empenhar, e, por isso, ter mérito no sentido ordinário do termo, depende de circunstâncias sociais e familiares afortunadas. Se uma igualdade equitativa de oportunidades fosse plenamente realizável, seria possível atribuir as desigualdades remanescentes às decisões e escolhas individuais, ao mérito e ao esforço

de cada um, o que, pelo critério da “arbitrariedade moral”, as tornaria não objectáveis do ponto de vista da justiça social, ou seja, a desigualdade de resultados seria justa quando resultasse única e exclusivamente de factores que a pessoa controla e pelos quais é responsável e injusta quando resultasse somente desses factores arbitrários, que escapam ao seu controlo.

De facto, nos últimos anos, tanto a filosofia política como, por vezes, as políticas públicas, têm estado marcadas pela questão sobre qual deve ser o lugar da responsabilidade individual numa concepção igualitária de justiça. Fora do mundo académico, é comum assistirmos ao conflito entre os conceitos de responsabilidade e de igualdade, mas não os de equidade. A intuição segundo a qual a distribuição de recursos deve ser sensível às escolhas, leia-se decisões, dos indivíduos é, muitas vezes, utilizada para minar as políticas distributivas.



Esta corrente de pensamento, denominada de igualitarismo de recursos, desenvolvida por Ronald Dworkin, com destaque para o seu livro “Virtude Soberana”<sup>5</sup>, e abraçada pela corrente neoliberal, centraliza na responsabilidade individual a concepção igualitária. Esta corrente também considera o utilitarismo moralmente reprovável. Contudo, não crê na concepção defendida por Rawls para regular as desigualdades, porque, do seu ponto de

vista comporta, entre outros, um importante problema: o princípio rawlsiano beneficia indiscriminadamente os que estão pior economicamente sem ter em consideração se são ou não responsáveis pela sua situação ou se simplesmente tiveram má sorte, tratando, assim, de igual forma alguém que não teve oportunidades na vida e alguém que prefere não trabalhar ou ter atitudes laxistas. Dworkin, considera, desta forma, que são justas, devendo assim ser mantidas, as desigualdades resultantes das decisões voluntárias dos indivíduos, e que, pelo contrário, são injustas, devendo ser corrigidas, através de mecanismos redistributivos aplicados pelo Estado, as desigualdades originadas pelas circunstâncias de cada pessoa.

Esta corrente do igualitarismo permite, assim, justificar grandes desigualdades, sempre que as mesmas se devam a decisões, erros e méritos dos agentes envolvidos, ou seja, decorram da razoável eficiência do mercado. Ao Estado apenas caberá mitigar as consequências da má sorte, consequência dos factores que não estão sob o nosso controlo.

Dito de outra forma, os cidadãos devem ser responsáveis pelas suas decisões. Seria injusto que o Estado compensasse aqueles que, através do que denomina “má sorte escolhida”, obtiveram resultados inferiores, impondo algum tipo de redistribuição por parte dos que obtiveram melhores resultados em consequência das suas decisões, dado que se assim acontecesse desincentivaria os que pretendem inovar, investir e trabalhar duro, ao transferir o custo de oportunidade das suas decisões para estes.

De acordo com esta perspectiva, nomeadamente na sua concepção mais neoliberal, poderíamos dizer que se alguém se encontra numa situação de pobreza e/ou de exclusão so-

cial em consequência de um conjunto de más decisões pessoais, a ambulância, leia-se sociedade, não deveria prestar qualquer auxílio, dado que seria o resultado de uma justa política social, ou seja, o Estado, através das políticas públicas, não tem o papel essencial de redistribuir recursos de uns cidadãos para outros, só é necessário e obrigação fazê-lo para mitigar as consequências da sorte não escolhida, independentemente da gravidade das consequências das decisões de cada um.

Esta concepção de igualitarismo poderá permitir que alguns considerem que é injusto redistribuir recursos dos que trabalham “duro”, que investem e arriscam para os que preferem ter uma vida mais tranquila e sem riscos deste tipo.

Contudo, como esta concepção de igualitarismo não reflecte a necessária importância que tanto a genética, que poderemos designar por lotaria natural, como a origem económico/social e a consequente socialização, principalmente na infância e adolescência, que poderemos designar por lotaria social, têm na influência da personalidade e, assim, nas decisões que cada pessoa venha a tomar ao longo da vida, creio não ser possível distinguir, na prática, quais daquelas têm origem nos factores que decorrem das circunstâncias moralmente arbitrárias e sem controlo do indivíduo daquelas pelos quais o indivíduo é, de facto, responsável.

Não deixa, também, de ser curioso que esta corrente do igualitarismo, muito influente nos últimos anos em algumas economias ocidentais, tenha sido objecto de muitos estudos para tentar encontrar e traçar uma linha que possa separar as pessoas que, seja devido às suas indecisões e/ou aos maus resultados das suas decisões, “merecem” ser pobres, mas não tenha dedicado semelhante esforço para

tentar compreender o resultado dos que são ricos de forma “merecida” e dos que o são em resultado de factores arbitrários desde um ponto de vista moral.

Seria interessante esse estudo. Poderia, talvez, embora não sem muito trabalho, ajudar a delinear políticas fiscais que diferenciasssem o rendimento obtido por cada pessoa em virtu-

que controlamos, por exemplo o nosso esforço e dedicação, dos factores que escapam ao nosso controlo, pelo que, no campo da justiça distributiva, o espaço que respeita à responsabilidade individual é muito exíguo e o que respeita à redistribuição é muito grande.

Contudo, e num modelo apoiado na cooperação equitativa, já de si frágil, e mais em eco-



de do seu esforço e trabalho daquele cuja origem está associado às suas circunstâncias, anulando ou neutralizando, assim, os efeitos dos factores que têm e/ou tiveram impacto sobre a posição que ocupamos e que escapam ao nosso controlo.

Talvez o resultado desse exercício viesse a permitir um maior empenho das políticas públicas em corrigir, ou pelo menos em mitigar, os factores que conduzem à reprodução social, sem, no entanto, e, com base num sistema de cooperação equitativo que permita suportar as “tensões de compromisso”, deixarem de reforçar o papel redistributivo que corrija os efeitos dos resultados de uma economia de mercado.

Creio podermos concluir que, na prática, é muito difícil, para não dizer impossível, discriminar os resultados obtidos fruto dos factores

nomias com perspectivas de crescimento débil, a responsabilidade do comportamento individual deverá ser uma constante, até para defesa desse mesmo modelo e da própria liberdade democrática.

Após esta simples e, certamente, muito incompleta reflexão, creio podermos afirmar, parafraseando John Rawls, que “A distribuição natural não é justa nem injusta; nem é injusto que se nasça em determinada posição social. Isso são meros factos naturais. Justo ou injusto é o modo como as instituições lidam com esses factos”<sup>6</sup>.

Ou, como refere Thomas Piketty <sup>7</sup> “(...). A história das desigualdades depende das representações dos actores económicos, políticos e sociais sobre o que é justo e o que não o é, das relações de poder entre esses actores e das escolhas colectivas que daí decorrem; (...)

que, de forma alternada, puxam no sentido da convergência e da divergência (...). “Na prática, os conflitos incidem sobretudo nos meios de fazer progredir real e eficazmente as condições de vida dos mais desfavorecidos, na medida precisa dos direitos que é possível atribuir a todos (nomeadamente considerando constrangimentos económicos e orçamentais e as múltiplas incertezas a eles associados) ou, ainda, sobre a delimitação exacta dos factores que os indivíduos dominam ou não dominam (onde começa o esforço e o mérito, onde acaba a sorte?). Estas questões não serão jamais delimitadas por princípios abstractos ou fórmulas matemáticas. Apenas podem sê-lo por deliberação democrática e confrontação política<sup>8</sup>.”

A manutenção e/ou o reforço de instituições que criem as condições para que a justiça distributiva, enquanto potenciadora de incentivo, reverta num efectivo aumento das expectativas de longo prazo dos mais desfavorecidos, incrementando a permeabilidade e a mobilidade social, intra e intergeracional, sem, no entanto, desincentivar o esforço, a poupança, a inovação e a assunção do risco, imprescindíveis ao crescimento e desenvolvimento económico, é, assim o creio, a melhor escolha colectiva que os referidos actores, dos quais, nós, homens livres e de bons costumes, fazemos parte activa, podem fazer para caminhar no sentido da convergência.

Uma dessas condições, provavelmente a que mais impele no sentido da convergência, sobretudo a longo prazo, é, assim o creio, o processo de difusão do conhecimento e do investimento na qualificação e na formação. De facto, se uma igualdade equitativa de oportunidades fosse plenamente realizável nessa componente, também estaríamos a contribuir para o incremento, no médio e longo prazo,

do capital humano, através da maior capacitação que muitas pessoas poderiam adquirir, não ficando manietadas e, conseqüentemente, não desenvolvendo as suas capacidades ao longo das suas vidas e não contribuindo, até numa lógica de eficiência económica, para o potencial produtivo.

Contudo, a concretização dessa condição exige, entre outras coisas, políticas públicas robustas e equitativas que permitam manter e/ou fortalecer um edifício social coeso.

Hoje, bem como num futuro próximo, principalmente na Europa, tendo em consideração a já considerável presença do Estado na área social e o facto de ser previsível que continuemos a assistir a taxas de crescimento económico baixas e a crescentes desconfianças em relação ao “outro”, as opções, para tentarmos minimizar as desigualdades dos resultados do mercado, deverão ser forçosamente mais complexas do que a simples actuação *ex post* do modelo redistributivo que conhecemos. “(...) o grande passo em frente do Estado já aconteceu: não voltará a produzir-se uma segunda vez, ou pelo menos desta forma”<sup>9</sup>.

É, pois, necessário aprofundar a reflexão sobre qual o caminho mais adequado para alcançarmos, de forma mais eficaz e eficiente, os objectivos da justiça social, sem colocar em causa os frágeis equilíbrios políticos e sociais. Devemos esta reflexão ao facto de considerarmos que as políticas públicas, num expectável contexto de fraco crescimento económico, devem contribuir para uma maior igualdade equitativa de oportunidades e, conseqüentemente, para uma maior permeabilidade e coesão social, sem, no entanto, colocar em causa o próprio Estado social.

Bem sei, e creio que todos sabemos, que a política redistributiva ou, melhor, pós-distributiva,

butiva, baseada na óptica da não interferência com o funcionamento dos mercados, não perturbando, assim, na leitura de grande parte dos economistas, a razoável eficiência dos mesmos, é, provavelmente, a mais defendida pela corrente político/filosófica dos liberais igualitaristas e pela maioria dos economistas.

Contudo, e tendo, também, em consideração o que já referi sobre a previsibilidade de fracas taxas de crescimento económico e o frágil equilíbrio de cooperação, será que este mecanismo de distribuição é o mais adequado para disponibilizar aos cidadãos que, pelas mais diversas circunstâncias, vivem ou caíram em situações de maior necessidade económica/social? Será que há outros mecanismos para que o Estado possa intervir na persecução de uma maior coesão social?

Evidentemente que há outros mecanismos que, de forma mais isolada ou não, podem contribuir para esse desiderato. Assim, compete a cada um de nós, com base nos princípios da filosofia política assentes na liberdade, na igualdade e na fraternidade, fazer, soberana e democraticamente, a escolha ou as escolhas.

Deveremos reforçar, ou não, a importância de uma estratégia redistributiva (pós-distributiva), ou seja, baseada no paradigma da compensação, transferindo recursos, depois dos factos terem ocorrido através do normal funcionamento do mercado, para os mais desfavorecidos, fomentando *ex post* a igualdade de resultados?

Ou deveremos, também, apostar, paralelamente, numa estratégia centrada na ideia de pré-distribuição, colocando, desde o início, à disposição de todos os cidadãos e não só de alguns, recursos suficientes para poderem actuar como membros plenamente cooperati-

vos da sociedade em pé de igualdade, garantido, assim, que sejam capazes de gerir os seus assuntos com autonomia em condições de maior igualdade económica e social? Intervindo, assim, também, sobre as causas das desigualdades e não só sobre os seus efeitos, ou seja, intervir *ex ante*, como, por exemplo, aconteceu com os movimentos operários no século XIX para alcançarem melhores salários e condições de trabalho.

Independentemente de podermos imaginar o desenvolvimento de novos modos de organização e de governança, que, naturalmente, deverão caminhar no sentido de uma maior transparência de actuação e de participação dos cidadãos sobre as formas dos serviços públicos satisfazerem as necessidades colectivas, sob pena de colocar em risco o consenso em torno de uma carga fiscal sobre o trabalho já elevada e, conseqüentemente, do Estado social, pretendo que esta reflexão se mantenha focada nas questões da igualdade equitativa de oportunidades e de uma estratégia de distribuição equitativa, dado que ambas se enfrentam a obstáculos importantes.

**A nós, cabe-nos trabalhar para que a luz do Justo prevaleça. Então, aparecerá, de novo, a equidade e a justiça.**

Dois desses obstáculos, principalmente para a sociedade europeia, residem, como já referido, no fraco crescimento económico e na perspectiva de esta realidade se manter nos próximos anos, bem como na ausência de uma coordenação fiscal, para não falar da existência de uma desenfreada concorrência entre os países, com principal incidência no

que diz respeito ao imposto sobre os lucros das empresas, aos dividendos e outros rendimentos financeiros.

Contudo, o incremento da eficiência nos mercados poderá contribuir, principalmente no médio e longo prazo, para o crescimento económico e, assim, para a redução de um importante obstáculo.

Pois bem, dado que uma das vias pelas quais poderemos contribuir para o incremento dessa eficiência passa pela maior qualificação dos recursos humanos, deveremos reflectir se um forte investimento no sistema educativo e formativo, é, ou não, até nessa lógica de mercado, uma estratégia correcta.

Simultaneamente, essa estratégia, poderá, também, contribuir para uma maior justiça social, através do incremento da igualdade equitativa de oportunidades e da consequente promoção da dispersão do capital humano, principalmente se essa aposta for mais robusta nas etapas de maior juventude dos cidadãos, como já referido anteriormente. Sem, contudo, deixar de reforçar esse investimento nos ciclos de ensino pós-obrigatório, promovendo, assim, a redução do abandono escolar e o incremento de alunos oriundos de famílias económica e socialmente mais frágeis no ensino superior.

No futuro, várias forças poderão contribuir para aumentar ou diminuir a desigualdade na repartição da riqueza. Mas, em última instância, que forças prevalecem é relativamente incerto. Em particular, isto depende das instituições e políticas que se adoptem em diferentes áreas, as quais estão, naturalmente, as vinculadas ao poder de negociação dos diversos grupos sociais nos sectores pertinentes. A nós, cabe-nos trabalhar para que a luz do Justo prevaleça. Então, aparecerá, de novo, a equidade e a justiça.

Notas:

1. António Machado, *Provérbios e Cantares*;
2. *O Capital no Século XXI*, Lisboa: Ed. Temas e Debates, 2014, p. 746;
3. John Rawls, *Uma teoria da Justiça*, Lisboa: Ed. Presença, 2013;
4. Ver, por exemplo, o artigo “A transmissão intergeracional da pobreza e da privação material e social em Portugal”, in *Boletim Económico* – junho de 2025, do Banco de Portugal;
5. “*Virtud soberana. La teoría y la práctica de la igualdad*”, 2003, trad. de Fernando Aguiar y María Julia Bertomeu, Barcelona, Paidós;
6. John Rawls, *Uma teoria da Justiça*, Lisboa: Ed. Presença, 2013;
7. *Op. cit.* p. 41;
8. Thomas Piketty, *Id.* p. 720;
9. *Ibid.* p. 715.

Orlindo Vicente, 30º



# D. NUNO ÁLVARES PEREIRA – SÃO NUNO DE SANTA MARIA

## DA ÁGUIA AO PELICANO

### CAVALEIRO ROSA-CRUZ “AVANT LA LETTRE”



Que auréola te cerca?  
É a espada que, volteando,  
Faz que o ar alto perca  
Seu azul negro e brando.  
Mas que espada é que, erguida,  
Faz esse halo no céu?  
É Excalibur, a ungida,  
Que o Rei Artur te deu.  
‘Sperança consumada,  
S. Portugal em ser,  
Ergue a luz da tua espada  
Para a estrada se ver!

*Fernando Pessoa*

Há muito que a figura de D. Nuno Álvares Pereira me fascina. Militar que sou, de Infantaria, ele é o patrono desta Arma, escolhido porque, na batalha decisiva da

nossa individualidade como Nação e independência como Reino – Aljubarrota, 14 de agosto de 1385 – D. Nuno, nomeado Condestável, i.e., chefe militar máximo, mandou apeiar grande parte da cavalaria portuguesa, fazendo-os ‘infantes’, ou seja, guerreiros apeados, [“Onde aqui notai que este Nun’ Álvares foi o primeiro que, da memória dos homens até este tempo, pôs batalha pé terra em Portugal e a venceu” (FERNÃO LOPES, 1944, p.183] e com cerca de 6.000 homens derrotou um poderoso exército castelhano de 30.000 combatentes. Esta batalha marcou o fim da crise dinástica, a afirmação de D. João I como rei de Portugal, o início da Dinastia de Avis e o princípio de uma fase seguinte única da nossa História Pátria: Consolidação e Descobrimentos.

Sempre desejei escrever sobre D. Nuno Álvares Pereira que de generalíssimo dos exércitos passa a Santo da Igreja: São Nuno de Santa Maria, cujo processo de canonização em 26 de abril de 2009, na eucaristia celebrada por Bento XVI, refere que

o homem mais rico de Portugal do seu tempo que por amor de Deus se fez pobre e distribuiu todos os seus bens pela Igreja, pelos pobres, pela família e pelos antigos companheiros de armas”<sup>1</sup>.

No entanto, o tempo foi passando e a inércia apoderou-se da minha escrita. Foi só ao ser iniciado no Grau 18 do Rito Escocês Antigo e Aceite que redescobri a vontade de escrever sobre o mesmo.

D. Nuno Álvares Pereira é o autêntico e mais perfeito **Cavaleiro Rosa Cruz, da Águia Branca e do Pelicano** que podemos encontrar, um verdadeiro **Maçom e Príncipe Rosa Cruz *avant la lettre*** e hoje um **Guia Espiritual** que nos pode ajudar no nosso Caminho. Iremos tentar explicar o porquê desta asserção.

Curiosamente D. Nuno nasceu a 24 de junho – Dia de São João Baptista – de 1366. Há dúvidas sobre o seu local de nascimento, mas aceita-se que possa ter sido em Cernache do Bonjardim. “Era o décimo terceiro filho, número que, desde velhos tempos, se considerava cabalístico” (DOMINGUES, s.d., p. 13). Nasceu em bastardia e num período difícil: a *peste negra* grassava, a morte do Papa Gregório XI tinha aberto um cisma na Igreja e, em Portugal, um rei fraco dividia o país e com a sua morte abria-se uma crise dinástica existencial para Portugal.

Reza a lenda que seu pai, um prior da Ordem do Hospital, consultando, aquando do seu nascimento, frei Tomás da sua Ordem, um astrólogo reconhecido, exultou com o augúrio de que seria um predestinado: “Decorrem séculos sem que se gere tão perfeita harmonia de vaticínios. Nunca vi tão feliz conjunção. Alexandre e Carlos Magno deviam ter nascido sob este signo. Ah!... Vede bem! Além de guerreiro de ânimo inflexível, ele será votado ao serviço de Deus. A coragem e a bondade, dando-lhe as mãos numa aliança perfeita, acompanhá-lo-ão juntas até ao fim da sua vida” (DOMINGUES, s.d., p.13), antecipando-lhe a invencibilidade nos campos de batalha e a santidade nos campos divinos

Certo é que seu pai, experimentado na guerra, o foi desde muito jovem “industriando no manejo das armas, já o levava à caça do javardo para o habituar a cavalgar no perigo, a arremessar a lança com mão certa e a fazê-lo à cor viva do sangue derramado” (DOMINGUES, s.d., p.20). Leitor ávido de romances da Cavalaria e canções de Gesta exaltando a valentia de Carlos Magno e dos Doze Pares de França, as façanhas de Amadis de Gaula<sup>2</sup> (?) e, sobretudo, os feitos bretões do rei Artur e dos Cavaleiros da Távola Redonda que buscavam o Santo Graal (CUNHA, s.d., p.22), o jovem Nuno imagina-se o Galaaz português que, igualmente bastardo, seria por Deus escolhido como Cavaleiro Místico pois Este “escolhia os manchados por esse pecado de origem”. (MARTINS, 2009, p.29).

Não podemos esquecer que *“Dans la Maçonnerie pratique la Chevalerie est définie comme étant: née au milieu de l’anarchie et de la tyrannie du regime féodal, elle a soutenu le monde moral qui semblait prêt à s’écrouler. Elle a consacré les cultes des affections généreuses, des sentiments magnanimes: celui de la défense du faible; celui qui adoucit le plus promptement les moeurs; l’amour respectueux de la femme; la générosité qui ne connaît plus d’ennemi quando il est désarmé ou à terre; enfin cette máxima qui, sous une forme simple, énergique et concise, résume toute la théorie et toute la pratique morale”* (MAINGUY, 2022, p. 243).

Nuno levado à Corte aos treze anos é escolhido pela Rainha D. Leonor - que estava em plena eflorescência da sua beleza fascinante - como seu escudeiro. D. Nuno “estremeceu, lembrando-se de Galaaz...Também ao bastardo de Lançarote do Lago aparecera a dama, para o armar cavaleiro...Como Galaaz, Nuno Álvares não pôde sofrer de chorar, quando, banhada em água benta a espada, lha cingiram ao cinto, calçando-lhe as esporas. Pôs-se então de joelhos, colocou-lhe a rainha o capacete na cabeça, e desembainhando-lhe a espada, feitas as perguntas rituais, bateu-lhe com ele os três golpes sagrados no elmo e no ombro [dizendo-lhe] – Deus vos faça bom cavaleiro! Levantou- se armado” (MARTINS, 2009, pp. 44-45). Recordamos que eram virtudes primárias da Cavalaria “no aspecto militar, a coragem, a lealdade e a generosidade. As três virtudes secundárias, relativas à religião, eram a fidelidade à Igreja, a obediência e a castidade. As três virtudes terciárias, de natureza social, eram a cortesia, a humildade e a beneficência” (TORRES, 2005, p. 32).

D. Nuno procurava manter-se puro e casto como o seu modelo de Cavaleiro: Galaaz. No entanto, aos dezasseis anos, num matrimónio combinado casam-no com Leonor de Alvim, contra a sua vontade. O jovem que julgou para sempre perdida, com a sua castidade, a rota ideal da vida, resignou-se e os sonhos dissiparam-se no sopro forte da realidade, retirando-se com a sua esposa para as terras pertença desta no norte do País. Interessou-se pela vida rural, viveu tranquilo, caçou com galgos e falcões, e acima de tudo estimou e meigou sua mulher. “Homem reflexivo, de silêncio e de sorriso, de pouca e branda palavra, bem razoado e grão mesurado... prudente, judicioso e culto” na descrição que dele faz D. António Ferreira Gomes (GOMES, 2009, PP. 11-12). Mainguy descreve as virtudes de um verdadeiro Maçon: *“l’humilité et la charité; qui doivent être la base de toutes nos actions; la candeur, vertu d’une âme susceptible de bonnes impressions; la douceur, la clémence, que nous devons exercer envers nos semblables; la vérité qui doit être sacrée parmi nous, comme étant un des rayons de la Divinité; la tempérance qui nous apprend à mettre un frein à nos passions en fuyant tout excès déréglé; le silence que nous devons observer sur tous les mystères maçonniques et sur les défauts de nos FF.”*

FF.?” (MAINGUY, 2022, p. 311). Não revemos em D. Nuno estas virtudes intemporais?

Daremos agora um salto no tempo, evitando entrar em detalhes históricos sobre a crise de 1383-1385. Certo é que com a morte do rei D. Fernando abre-se uma crise



de sucessão dinástica e começa uma guerra com Castela. A nobreza divide-se, alinhando a maioria com a facção castelhana, e os poucos nobres que restam ficam com o povo que generalizadamente defende o partido de D. João Mestre de Avis, irmão bastardo do rei falecido. D. Nuno alinha pelo Mestre, pelo povo, pela nação portuguesa então despontante. Feito Condestável pelo Mestre de Avis, i.e., marechal das hostes portuguesas acorre a defender o Alentejo. Em Atoleiros trava batalha contra um inimigo quatro vezes superior. Manda apeiar as suas hostes, tal como os ingleses em Crécy e Poitiers, na Guerra dos Cem Anos. Antes da batalha, ajoelhou-se e rezou perante a cruz com os seus trezentos cavaleiros. Nessa batalha, a 6 de abril de 1384, Quarta-feira de Cinzas “alguns senhores castelhanos morreram ali, outros ficaram feridos, outros escaparam ou retiraram para as po-

voações mais próximas com voz por Castela” (PINTO, 2009, p. 137). Curiosamente nenhum português morreu nessa batalha. É a cruz que o incita, que lhe dá forças, a cruz que adopta no seu estandarte, “bandeira branca esquartejada por uma cruz vermelha – a cruz do escudo de Galaaz – tingida no sangue de Jesus Cristo” (RODRIGUES, 2009, p. 55).

Segundo “uma tradição oriental é referido que na morte de Cristo, a primeira gota de sangue que escorreu das suas feridas ao pé da cruz transformou-se numa rosa” (MAINGUY, 2022, p. 331). À medida que as suas vitórias acontecem, o novo rei D. João cumula-o com terras, bens, benesses e prebendas. No entanto, os castelhanos baseados na legitimidade da sucessão e apoiados por um forte partido nobre português não desistem. Invadem Portugal com o seu rei D. João à frente de um poderosíssimo exército. O objectivo é Lisboa essa cidade rebelde por várias vezes cercada e nunca conquistada. Também não vamos detalhar o que aconteceu em Aljubarrota. Sabemos é que o mestre de Avis no seu Conselho de Guerra, em Abrantes, não desejava dar-lhes batalha em campo aberto. D. Nuno rebate com energia a pro-

posta alternativa (que também aqui não detalhamos) e decide marchar com o ‘seu’ exército para norte “assumindo o risco da desobediência para bem do desobedecido...e quebrando a cadeia de comando real...Na manhã seguinte, depois de ouvidas as suas duas missas, mandou tocar as trombetas e juntar a hoste. E abalou rumo a Tomar para cortar o caminho aos invasores” (PINTO, 2009, pp. 168-169). As suas hostes partiram com ele. A sua liderança é completa. O rei depois segue-o e apoia-o. A sua irritação com o Mestre de Avis tinha ficado bem expressa. “Com igual de-sassombro falaria ao Delfim a sua quase contemporânea, a Donzela de Donrémy, Santa Joana D´Arc” (PINTO, 2009, p. 170).

Aqui se deixa uma dúvida para discussão deste Balaústre. Pode um Cavaleiro Rosa Cruz desobedecer a uma ordem material em nome da Verdade? Ou em nome da Fé, da Esperança ou da Caridade?

Em Aljubarrota vinca perfeitamente as suas virtudes da Força, da Justiça e da Temperança. Coragem, valentia e exemplo são suas marcas indeléveis. Prudência, igualmente, quando prepara o campo de batalha de Aljubarrota ao pormenor, detalhando todos os aspectos. As virtudes cardinais da Maçonaria estão-lhe na massa do sangue. Na batalha de Valverde uns tempos depois de Aljubarrota, com os portugueses em inferioridade e em vias de serem derrotados, desaparece do centro da refrega e vão dar com ele a orar a Deus e à Virgem Maria (a Rosa, símbolo de Beleza e Perfeição, da Oração do *Rosarium*). “*la rose au centre de la croix, à la croisée de l´horizontale et de la verticale peut exprimer l´immortalité qui nait de la mort, la continuité de la vie, la délivrance de la mort*” (MANGUY, 2022, p. 334).

Os portugueses vencem de novo. Depois de Aljubarrota e Valverde e embora a guerra tenha durado até 1411 (onde existiram outros encontros e refregas), D. João é definitivamente aclamado rei de Portugal e dá origem à nova Dinastia de Avis que haveria de conduzir Portugal à Primeira Globalização.

D. Nuno é agora o Cavaleiro da Águia. Une a elevação, a coragem e os seus outros atributos espirituais a um imenso domínio e potentado material que lhe foi sendo oferecido pelo Mestre de Avis, e depois rei D. João I, que chega a dizer que como rei o é apenas das cidades pois na verdade o Condestável é que possuía Portugal.

A águia representa o que ele nunca deixou de procurar: “*la recherche de la sagesse et le détachement des contingences immédiates par l´elevation, le recul, la distanciation. Il correspond à l´éveil spirituel. Sa force et son endurance lui permettent de voler haut dans le ciel et logtemps*” (MAINGUY, 2022, p. 265).

E essa viagem interior D. Nuno vai fazê-la. Nessa sua viagem, no seu Templo interior, bem lhe poderiam perguntar o que tinha vindo ele ali fazer: A resposta seria como a que dá o Ritual citado por Mainguy: “*C´est um Chevalier de l´Aigle qui, après*

*avoir parcouru les espaces les plus profondes et voyagé dans les endroits les plus sombres et les plus mystérieux, espère vous procurer les fruits de ses recherches et vous donner les moyens de retrouver la Vraie parole”* (MAINGUY, 2022, p. 242). E faz então as três viagens do Iniciado: “Nuno Álvares é Santo porque foi sempre, em todas as circunstâncias da vida um exemplo de fé, esperança e caridade.

De fé quando, nas difícilimas condições de inferioridade em que por diversas vezes se encontrou face ao inimigo, nunca deixou de pedir a ajuda divina e de acreditar que ela lhe seria concedida; de esperança no futuro da sua terra e das suas gentes, futuro cuja garantia assumiu como missão pessoal conhecendo bem as previsíveis dificuldades a enfrentar: de caridade quando nos campos de batalha mandava socorrer os inimigos caídos, da mesma forma e com o mesmo cuidado tido para com os nossos, ou quando, sabendo-os em fuga e esfomeados, lhes mandava distribuir géneros ou, ainda, quando proibia vinganças ou represálias sobre os prisioneiros” (Sousa Pinto cit. in. LOURENÇO, 2013, pp. 18-19).

Nuno Álvares Pereira participaria, ainda, na Tomada de Ceuta em 1415.

Depois da morte da sua mulher, culmina a sua metamorfose para Cavaleiro do Pelicano. Torna-se carmelita em 1423, no Convento do Carmo, que mandou construir, e adopta o nome de Nuno de Santa Maria (de novo a Cruz e a Rosa) . Aí permanece até à sua morte, ocorrida em 1 de Novembro de 1431 (dia de Todos-os-Santos), com 71 anos, rodeado pelo rei e os infantas.

Frei Nuno despoja-se de tudo. Torna-se o mais “humilde dos humildes” (“*Em verdade vos digo que, quando o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes” Mateus 25:40*), o último dos frades que percorria as ruas de Lisboa como esmoler (“*il doit être placé à la droite du Gran Maître avant tous les officiers de la Loge, ou bien il doit se placer à la colonne du Septentrion le dernier de tous les apprentis”* (MAINGUY, 2022. P. 285).



*ge, ou bien il doit se placer à la colonne du Septentrion le dernier de tous les apprentis”* (MAINGUY, 2022. P. 285).

Escolhe ser o ‘último dos aprendizes’.

Igualmente, no convento tinha um grande caldeirão usado pelos seus homens nas campanhas militares, onde se faziam refeições

para os pobres. Estas ações levaram o povo a chamá-lo de *Santo Condestável*.

Mas porquê Cavaleiro do Pelicano? Porque não deixou nunca de ser **Cavaleiro**. Há uma história apócrifa, em que o embaixador castelhano desejoso de conhecer Nun'Álvares, o herói de Aljubarrota, terá ido ao Carmo e ter-lhe-á perguntado o que faria se Castela invadissem Portugal novamente. Nuno terá levantado o seu hábito, e mostrado, por baixo deste, a cota de malha (vestida apenas para aquela ocasião), declarando que "se el-rei de Castela outra vez movesse guerra a Portugal, serviria ao mesmo tempo a religião que professava e a terra que lhe dera o ser". "Dom Nuno permaneceu sempre o mesmo cavaleiro medieval, na sua fase mais bela e apurada: intrépido na luta, feroz em questões de honra, severo [mas compassivo] na aplicação da justiça, protetor dos fracos e dos humildes e, místico como Galaaz, generoso e indiferente aos bens terrenos que, de olhos fitos no Céu, alienava em proveito dos necessitados" (DOMINGUES, s.d., p.240).

D. Nuno abdica de tudo. Tudo o que é material é por ele sacrificado. "Despojando-se de tudo, vivia agora numa cela minguada, escura e solitária" (RODRIGUES, 2009, Pp. 71)". "Dos três condados que lhe pertenciam – Ourém, Barcelos e Arraiolos – muito parcelou e distribuiu.

O Alto Minho, Trás-os-Montes e Alentejo, que eram quase todos seus, foram retalhados e doados"

dos" (DOMINGUES, s.d., p. 240). Cede Barcelos ao seu genro, filho bastardo do rei, casado com a sua única filha, D. Beatriz, que assim fundam a Casa de Bragança, origem da dinastia final da nossa Monarquia.

São Nuno, como o Pelicano, sacrifica-se em prol dos frágeis e necessitados e como Cavaleiro Rosa Cruz sempre procurou a Palavra perdida, primeiro nos campos de batalha, no misticismo da gesta cavaleiresca medieval, depois na oração, no recolhimento, silêncio e dádiva. Sempre em compaixão. Quando morre é "sepultado numa simples campa rasa, amortalhado, sem caixão, e estendido sob umas lajes de pedras. A presença de um "*locus*", ou compartimento para a cabeça não ficar em contacto com a terra, num estilo que se deixou de usar cerca de 100 anos antes e que fora comum para as sepulturas dos cavaleiros, é comprovativa do reconhecimento que seria considerado como *último grande cavaleiro arturiano da Idade Média*" (TORRES, 2005, p.68).

Termino citando o bom exemplo que dá Mainguy sobre o Sinal de Reconhecimento deste grau: "*on peut voir aussi le geste symbolique du signe, l' action de l' aigle que s' élève dans le ciel, et dans celui du contresigne le pélican ou le sacrifice nécessaire du Chevalier Rose-Croix qui doit nécessairement renoncer à ce monde pour s' en libérer*" (MAINGUY, 2009, p.298). São Nuno de Santa Maria reconheço-te indicando o céu com o indicador da minha mão direita. Sei, que lá onde estás, no Or.'. Eterno, como Guia Espiritual, como Cavaleiro Rosa Cruz, da Águia e do Pelicano me darás o contrasinal.

## NOTAS

- 1) - *Jornal de Notícias*, 27 de abril de 2009, Religião, *Papa elogia Nuno Álvares na Canonização do Português*, pág.8;
- 2) - Embora a primeira edição conhecida seja do início do séc. XVI estima-se que a criação do romance seja bastante mais antiga, remontando a meados do séc. XIV.

## BIBLIOGRAFIA

- BAKER, Leslie, *Vida e Obra de Dom Nuno Álvares Pereira, o Santo Condestável*, Ed. Occidentalis, s.l., 2008
- BORGES, Augusto Moutinho, *O Exército e o Condestável D. Nuno Álvares Pereira, - O Combatente na Arte*, Ed. By The Book, edições especiais para o Estado-Maior do Exército, Lisboa, 2021
- CUNHA, Secundino, *A Vida de D. Nuno Álvares Pereira – o Santo que Salvou Portugal*, Ed. Presselivre, Imprensa Livre S.A. – Correio da Manhã, Lisboa, s.d.
- DOMINGUES, Mário, *A Vida Grandiosa do Condestável*, Ed. Prefácio, Lisboa, s.d.
- LOURENÇO, António Gonçalves, *Nuno Álvares Pereira – Uma Homenagem por cumprir em Lisboa*, Ed. Livro da Minha Vida, Lisboa, 2013
- LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I, parte I, Cap. XCV*, Liv. Civilização, Porto, 1944
- LOPES, Fernão, *Crónica do Condestável (Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira*, revisão, prefácio e notas de Mendes dos Remédios), Cap. II, F. França Amado, Coimbra, 1911
- MAINGUY, Irène, *De La Symbolique des Chapitres en Franc-Maçonnerie, Rite Écossais Ancien et Accepté*, Ed. Dervy, Paris, 2022
- MARTINS, Oliveira, *A Vida de Nun ´ Álvares*, Obras Completas, Ed. Guimarães, Lisboa, 2009
- PESSOA, Fernando, *A Mensagem*, Ed. Relógio D'Água, Lisboa, 2013
- PINTO, Jaime Nogueira, *Nuno Álvares Pereira*, Ed. A Esfera dos Livros, Lisboa, 2009
- RITUAL DO GRAU 18 – CAVALEIRO ROSA CRUZ, SUPREMO CONSELHO PARA PORTUGAL DOS SOBERANOS GRANDES INSPECTORES GERAIS DO 33º E ÚLTIMO GRAU DO RITO ESCOCÊS ANTI-GO E ACEITE*, 2022 E. V. V.´.
- RODRIGUES, D. António dos Reis, *Nun ´ Álvares, Condestável e Santo*, Ed. Alêtheia, Lisboa, 2009
- TORRES, António Maria, M. Pinheiro, *Nun ´ Álvares – Herói e Monge- Catolicidade e Portugalidade*, Ed Prefácio, Lisboa, 2005

*Luís Tavares Nunes, 22º*

## TAROT: Uma via de Iniciação?

Em 1781, num artigo publicado em França nas páginas da sua enciclopédia “O Mundo Primitivo Analisado e Comparado com o Mundo moderno...”, o arqueólogo e maçom Antoine Court de Gébelin escrevia o seguinte: “Se afirmasse que na actualidade sobrevive uma obra dos antigos egípcios que contém uma doutrina mágica e religiosa extraordinária que ninguém estudou até agora, estou certo de que muitos sentiriam curiosidade. E a surpresa aumentaria se dissesse que esta obra tão magnífica é considerada como um estranho baralho de cartas. Muitos acreditais que estou a gracejar, ou então que sou um charlatão; no entanto, tudo o que digo é absolutamente certo... Estou a falar de *O Livro de Toth*, conhecido vulgarmente como cartas do Tarot.”

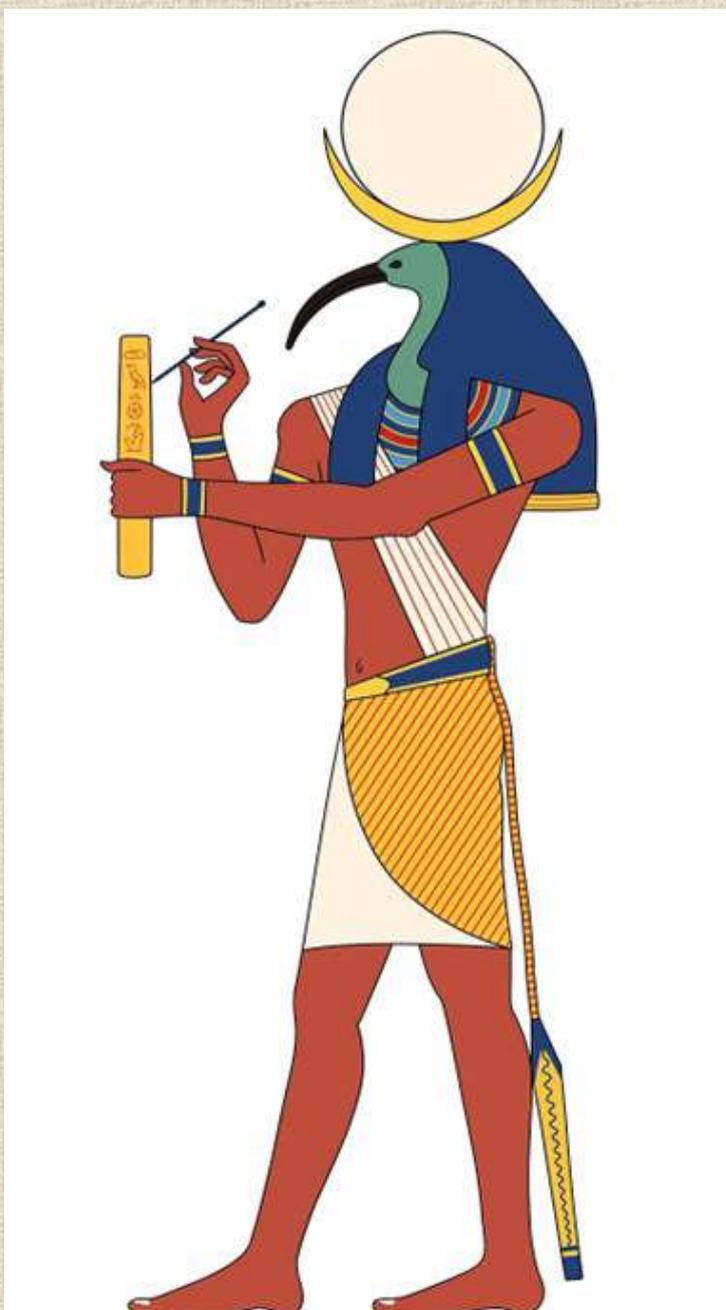
O autor incluiu um apêndice ao artigo citado onde apresenta o estudo de um colaborador seu, de quem não cita o nome, onde, pela primeira vez, se explica a origem da palavra Tarot: segundo esse estudo ela derivaria de “Ta-Rosh” – *Doutrina de Mercúrio* (Toth na mitologia egípcia).

Podemos perguntar: qual o interesse de

semelhante tema, tão associado à arte da adivinhação, para cada um de nós e para a Maçonaria em geral? Se reparámos, ao longo da progressão nos graus do REAA, as diversas correntes herméticas e ocultistas foram nos acompanhando, da Cabala à Alquimia, passando pela Numerologia e consequentemente pelo Tarot.

Sempre me causou alguma curiosidade ver uma série de maçons sérios e empenhados

no estudo e reflexão sobre a Arte Real, empenharem-se também na prática, desenvolvimento e interpretação do Tarot, a começar pelo citado Court de Gébelin, passando por Jean-François Alliette (conhecido por Éteilla), que atribuiu alguns títulos maçónicos às diferentes cartas do tarot, a Eliphas Levi, que rectificou as interpretações esotéricas do Tarot (para ele os trabalhos de Gerard Encause – conhecido como Papus - tinham feito cair o Tarot no domínio da magia) e relacionando-os com a Maçonaria. Também Oswald Wirth, na sua obra “Le Tarot des Imagiers du Moyen Age” apresenta um capítulo dedicado às “concordâncias maçónicas do Tarot”. Igualmente Arthur Waite re-



laciona esta antiga arte com a Maçonaria (para ele o Tarot remete para uma doutrina sagrada misteriosamente transmitida e testemunhada por filosofias como a Alquimia, a Cabala, os mistérios Rosa-Cruzes e os próprios rituais maçónicos) e Manly Hall associou os arcanos do seu baralho, encomendado ao artista Johann Knapp, às cores e símbolos da Maçonaria. Recentemente Jean Bouchard, em 1983, concebeu um “Tarot Symbolique Maçonique”, onde tentou traduzir em imagens os princípios mais importantes dos rituais maçónicos.

Aliás, no mundo ocultista não é nova esta prática de apresentar e transmitir conhecimentos herméticos ou reservados por imagens codificadas, apenas acessíveis aos iniciados ou conhecedores dos seus segredos. Lembremos, por exemplo o “Mutus Liber”, sùmula gráfica da Alquimia, ou o “Gemeine Figuren der Rosen Kreuzer...” (Figuras secretas dos Rosa-Cruzes...), entre outros.

Então, perguntamos nós, o que levou gente inteligente e culta a interessar-se pelo Tarot? O que levou, por exemplo, Jung, o pai da psicologia analítica, a debruçar-se com empenho e seriedade sobre o Tarot?

Diz Laurens Von der Post, na introdução à obra de Sallie Nichols “Jung e o Tarot”: Uma das principais fontes de incompreensão da natureza e da magnitude da contribuição de Jung para a vida do nosso tempo deve-se à presunção de que o seu interesse maior se concentrava no que ele veio a chamar o *inconsciente colectivo no homem*. É verdade que foi ele o primeiro a descobrir e explorar o inconsciente colectivo e a dar-lhe uma importância e um significado realmente contemporâneos. Posteriormente não foi o mistério desse desconhecido universal na mente do homem, mas um mistério muito maior, que lhe obcecou o espírito e conduziu toda a sua investigação, a saber, o mistério da consciência e da sua relação com o grande inconsciente. Não é de admirar que fosse ele o primeiro a estabelecer a existência do maior e do mais significativo de todos os paradoxos: o inconsciente e o consciente existem num estado profundo de interdependência recíproca e o bem-estar de um é impossível sem o

bem-estar do outro.” E o autor conclui: “Por esse motivo Jung dava grande valor a todos os caminhos não-rationais ao longo dos quais o homem tentara, no passado, explorar o mistério da vida e estimular o seu conhecimento consciente do universo que se expandia à sua volta em novas áreas de ser e conhecer. Essa é a explicação do seu interesse, por exemplo, pela astrologia e é também a explicação da significação do Tarot. Ele reconheceu de pronto, como o fez em muitos outros jogos e tentativas primordiais de adivinhação do invisível e do futuro, que o Tarot tinha a sua origem e antecipação em padrões profundos do inconsciente colectivo. Com acesso a potenciais de maior percepção à disposição desses padrões.”



Por sua vez, Sallie Nichols, na citada obra, afirma: “Com efeito, pouquíssimo se sabe a respeito da história das cartas do Tarot ou a respeito da origem e da evolução das designações de naipe e do simbolismo dos vinte e dois trunfos. Mas as muitas hipóteses imaginativas que se referem ao advento das cartas e às nume-

rosas visões e revisões inspiradas pela simbologia pictórica constituem uma prova da sua atracção universal e demonstram o seu poder de activar a imaginação humana... parece evidente que essas velhas cartas foram concebidas no mais profundo das entranhas da experiência humana, no nível mais profundo da psique humana. É para esse nível em nós mesmos que elas falarão.” E a autora continua mais à frente: “Ao definir a finalidade de um símbolo, Jung acentuava amiúde a diferença entre o símbolo e o sinal. O sinal, dis-

se ele, denota um objecto ou ideia específica, que podem ser traduzidos em palavras... O símbolo representa alguma coisa que não pode ser apresentada de nenhuma outra maneira e cujo significado transcende todos os específicos e inclui muitos opostos aparentes... As figuras nos trunfos do Tarot contam uma história simbólica. À semelhança dos nossos sonhos, elas nos vêm de um nível que a consciência não alcança e muito distante da nossa compreensão intelectual.”



Creio justificar-se assim o título desta reflexão. Não será, o Tarot, um mapa para uma jornada do autoconhecimento, como o é aquela que realizamos na nossa progressão nos altos graus do REAA? Será isso que atraiu tantos maçons para a sua interpretação?

É ainda Sallie Nichols quem nos ajuda a compreendê-lo: “A melhor maneira de alcançar o significado individual das cartas é abordá-las directamente, como faríamos com os quadros de uma galeria de arte. Como as pinturas, os trunfos são chamados detentores da projecção, o que quer dizer simplesmente que são os ganchos para apresar a imaginação... porque representam simbolicamente

as forças instintivas que operam de modo autónomo nas profundezas da psique humana e que Jung denominou *arquétipos*. Tais arquétipos funcionam na psique de maneira muito parecida com a que os instintos funcionam no corpo.”

Sob esta perspectiva, não deixa de ser curioso o facto de um dos mais antigos baralhos do Tarot conhecidos, o Tarot de Mantegna, concebido no séc. XV para a família Este, ser considerado “a escada para o céu”: como síntese da teologia medieval do Universo, as suas cinquenta cartas formam uma escada simbólica que une a terra ao céu, estabelecendo um caminho de aperfeiçoamento intelectual, moral e espiritual – pelo seu estudo, o indivíduo terá capacidade de aceder ao conhecimento supremo, que coincide com a Primeira Causa: Deus.

Contemplado em sentido inverso, a mesma escada mostra como Deus, primeira Causa, governa o mundo através de diferentes intermediários, de forma que o Seu poder se transmite às criaturas inferiores.

Margaret Starbird, na obra “Maria Madalena e o Santo Graal” lança a curiosa hipótese do Tarot ser um dos artefactos medievais ligados à heresia cátara e aos símbolos heréticos medievais do Graal, que juntamente com a Alquimia buscavam a transformação mística de uma pessoa natural num ser espiritualmente iluminado.

Segundo a autora, quando as autoridades eclesiásticas “condenaram as cartas, não por serem imorais ou decadentes, mas por serem heréticas, deviam estar conscientes do seu conteúdo.” Elas formam, segundo a autora, “um catecismo da heresia medieval do Graal.” “O significado, continua, de muitas das cartas foi declarado obscuro, mas retêm uma aura de perigo. Foram condenadas pela Igreja como heréticas quando fizeram a sua aparição na Europa, mas ninguém ainda conseguiu determinar qual a heresia escondida por detrás dos seus símbolos” ... “Estou convencida, diz, pelo simbolismo interno dos primeiros baralhos (a autora considera o mais antigo Tarot conhecido, o chamado Tarot de Carlos VI o mais representativo desta visão

herética primordial) que a sua origem é a heresia Albigense do Graal. Parece provável que as trupes de ciganos e saltimbancos que acompanhavam os trovadores tomaram conhecimento das cartas dos pregadores albigenses que viajavam com eles e lhes ensinavam os dogmas da fé oculta”.

Como vemos, é enorme a riqueza de interpretação que se abre perante nós com um simples baralho de cartas! Livro de Toth, Escada mística, via para o conhecimento de uma heresia oculta, estrada para o autoconhecimento e realização pessoal, uma imensidão de propósitos se abre perante nós para nos estimular o estudo e aprofundamento de tão estranho “liber mutus”. Deixo a cada um a curiosidade de buscar a explicação e aprofundamento que achar mais conveniente ao seu crescimento pessoal.

“Que alguns de nós ousem a síntese de factos e teorias, mesmo que o seu saber provenha parcialmente de segunda mão e seja incompleto – e que corram o perigo de se tor-



Tarot de Mantegna

nar ridículos”. Assim escreveu no seu livro “Was Ist Leben?” o homem que começou a observar a célula viva com os olhos de um físico, o fundador da mecânica das ondas e laureado com o Nobel da Física em 1933, Erwin Schrödinger.

**Bibliografia:**

- Chevalier**, Jean e Gheerbrant: “Dicionário de Símbolos”, Teorema Editora, Lisboa, 1982
- Nichols**, Sallie: “Jung e o Tartô, uma Jornada Arquetípica”, Cultrix, S. Paulo
- Starbird**, Margaret: “Maria Madalena e o Santo Graal”, Quetzal Editores, Lisboa, 2004
- Hoeller**, S.A.: “Os Arcanos Maiores do Tarot e a Cabala”, Ed. Pensamento, S. Paulo
- AA.VV.**: “A Arte do Tarot”, Ediciones Orbis, Barcelona, 2000



*Alberto D'Assumpção, 32º*

# PONTES DE LUZ

## Sustentáculos do Grau 31, a Kabbalah e a Santíssima Trindade

O Yud é chamado o Pai – ABA. O Hei é chamado a Mãe - IMA. O Vav alude a Zeir Anpin, o Jardim do Éden. Pai, Mãe e Zeir Anpin são um numa unidade.

“עלֵאָה ה' דָּאָת דְּרָשִׁימוּ רָזָא אִיהוּ דָּא :אַלְהֵינוּ .קַדִּישָׁא דְּבִשְׁמָא עֲלָאָה רִישָׁא ,י דָּאָת רָשִׁימוּ דָּא :ד"יִדְן .132. וְאַתָּוּן תְּרִין דְּאִינוּן ,ו דָּאָת דְּרָשִׁימוּ בְּרָזָא ,לְתַתָּא דָּאֲתַמְשֵׁר מְשִׁיבוּ דָּא :ד"יִדְן .קַדִּישָׁא דְּבִשְׁמָא תַנְיִינָא אָת וְהָד בְּיַחְוָדָא ,הָד אִינוּן תְּלַתָּא הָנִי כָּל .אַחַד וְאִיהוּ ,דָּא בְּאַתְרַּ לְמַהּוּ אֲתַמְשְׁכוּ”

(Zohar Trumah 12: 132)

O Hei, que representa IMA, a Mãe (Binah) é o Espírito Santo, o espírito Supremo.

וְהָא אִוְקִימָנָא ,דְּעוּלָה קֹדֶשׁ הַקְּדוּשִׁים ,בְּרָזָא דְּרוּחַ עֲלָאָה ,בְּגִין דְּתַלְתַּת רוּחִין קְשִׁירִין בְּפִתְדָּא ,רוּחַ תַּתָּאָה ,. 352. דְּאִקְרִי רוּחַ הַקְּדוּשׁ רוּחַ דְּלִגּוּ בְּאַמְצָעֵיתָא דְּאִקְרִי רוּחַ חֲכָמָה וְבִינָה .וְכֵן אִקְרִי רוּחַ תַּתָּאָה ,אַבְל הָאִי אִקְרִי רוּחַ דְּנִפְיָק מִגּוּ שׁוּפָר ,כָּלוּל בְּאַשָׁא וּבְמִיָּא .רוּחַ עֲלָאָה ,דְּאִיהוּ סְתִים בְּחֻשָׁאִי ,דְּבִיהַ קְוִימָן כָּל רוּחִין קַדִּישִׁין ,וְכָל אֲנָפִין נְהִירִין .וּבְגִין כֵּן ,אַהֲדַרְתַּ עוּלָה רוּחַ מִמֶּנֶּשׁ .”

(Zohar Pekudei 39:352)

O Vav é o Filho Santíssimo. Zeir Anpin é também designado no Zohar como Tiferet.

בְּרָא דִּירִית ,ת"תַּ תְּפָאָרַ דְּאִקְרוּן ,קַדִּישָׁא עֲלָאָה מְלִכָּא דְּלִבִּישׁ ,אַרְגָּנָא בְּלְבוּשֵׁי אֲתַלְבֶּשֶׁת ,תְּלַתָּאִי סְטָרָא .162. סְטָרָא וְלֵהָאִי סְטָרָא לְהָאִי כָּלִיל וְהוּא ,וְאַמָּא דְּאַבָּא מִסְטָרָא ,עֲלָאִין עֲטָרִין בְּשַׁבְּעִין ,קַדִּישָׁא

(Beshalach 14:162)

O Grau 31 do Rito Escocês Antigo e Aceite, denominado “Grande Inspector Inquisidor”, representa um patamar evoluído no percurso maçônico, desafiando os Equitativos I.: I.:, a julgarem com imparcialidade, a temperarem a justiça com compaixão, a praticarem a introspecção e a compreenderem a justiça como uma virtude espiritual, e não apenas legal. O simbolismo deste grau é vasto e profundamente significativo, com especial destaque para três cenários que moldam o percurso do iniciado: o Tribunal, a Corte dos Mortos e a Sala da Equidade. Cada um destes espaços representa uma etapa ritualística e, concomitantemente, uma dimensão espiritual que espelha a complexidade da alma humana (Hutchens, 1988). Ainda de acordo com Hutchens (1988), a “Verdadeira Justiça” - ou o UM - emerge da interligação espiritual de três fundamentos essenciais: Justiça, Clemência e Equidade. Este arquétipo trinitário, presente no G.: 31 do Rito Escocês Anti-

go e Aceite, encontra eco em várias tradições esotéricas e religiosas que concebem a unidade divina como o resultado da convergência de três manifestações.

Na Kabbalah, estes três fundamentos correspondem às sefirot Chesed (Misericórdia), Gevurah (Rigor) e Tiferet (Equilíbrio), emanações da Árvore da Vida. Na doutrina trinitária cristã, essa mesma estrutura manifesta-se nas três hipóstases - Pai, Filho e Espírito Santo -, coiguais e consubstanciais, revelando diferentes expressões da essência divina única. Nestas tradições, os três fundamentos são realidades subsistentes que irradiam a plenitude da unidade divina, como fractais que, embora múltiplos na forma, permanecem íntegros na substância.

O diálogo entre Judaísmo e Cristianismo é aprofundado por Johan Kemper, místico judeu conver-

tido ao cristianismo luterano e cujo nome de nas-  
cença era Moshe ben Aharon Ha-Kohen de Cracó-  
via.

Kemper estabelece conexões entre a Kabbalah e o mistério da Trindade na sua obra “Matteh Mosheh” (O Cajado de Moisés), particularmente na secção “Sha'ar ha-Shilush” (Portão da Trinda-  
de). Aqui, Kemper explorou a forma como concei-  
tos profundos da Kabbalah poderiam dialogar  
com o Cristianismo, propondo que a Trindade é  
um mistério divino que vai além das fronteiras  
doutrinárias. A reflexão de Kemper aponta para  
uma interconexão mística entre o misticismo ju-  
daico e a doutrina cristã, revelando a Trindade  
como uma expressão da unidade divina que  
transcende divisões teológicas. Ambos os casos  
exemplificam a busca pela verdade universal e  
pela reconciliação de saberes espirituais num to-  
do coerente e harmonioso. Entre os segredos  
mais bem guardados do Cristianismo está o pró-  
prio conceito da Santíssima Trindade. Ao referir-  
se a D’us, o Cristianismo afirma que o D’us único  
é também três, o que tem gerado intenso debate  
ao longo de vinte séculos. A doutrina cristã da  
Trindade, que define D’us como uma única essên-  
cia divina subsistente em três hipóstases distintas  
– Pai, Filho e Espírito Santo – foi sistematizada ao  
longo dos primeiros concílios ecuménicos do Cris-  
tianismo.

O Concílio de Niceia (325 d.C.) rejeitou o arianis-  
mo, afirmando que o Filho é consubstancial ao  
Pai, e formulou o Credo Niceno, que estabeleceu  
as bases da teologia trinitária (Niceia, 2009). O  
Concilio de Constantinopla (381 d.C.), ampliou o  
Credo Niceno para incluir a divindade do Espírito  
Santo, completando assim a definição formal da  
Trindade cristã, como Pai, Filho e Espírito Santo,  
enquanto coiguais e coeternos na mesma essên-  
cia divina (Kaiser, 2013). Entre a sistematização  
da doutrina trinitária nos concílios ecuménicos do  
Cristianismo e a abordagem da sabedoria oral se-  
creta, emerge um fascinante diálogo entre teolo-  
gia e esoterismo.

Enquanto os concílios definiram a Santíssima Trin-  
dade como uma essência divina única em três hi-  
póstases, a tradição Kabalística revela interpreta-  
ções simbólicas e codificadas que apontam tam-  
bém para a o mistério da Trindade, em D’us. Esta

ponte entre Kabbalah e Cristianismo oferece uma  
perspetiva profunda sobre um dos principais elos  
entre estas duas doutrinas. Surge assim a seguin-  
te questão: será que a Santíssima Trindade pode  
estar encapsulada no Zohar, o “Livro do Esplen-  
dor”, principal fonte do misticismo judaico?

A resposta parece ser afirmativa.

A este respeito, escreveu Kemper em “Matteh  
Mosheh” (1710), na secção “Sha'ar ha-Shilush”:  
“A questão é que a menção aos três patriarcas  
[na oração de pé das dezoito bênçãos] instrui so-  
bre a Trindade (shilush), e o facto de concluírem  
[a bênção magen Avraham] referindo-se a um só  
[patriarca, ou seja, Abraão] instrui sobre a unida-  
de (yihud). Não se admire com o facto de eu ter  
apresentado aqui que se podem encontrar muitos  
segredos nas suas orações. ... Aquele que tiver  
discernimento concluirá que os patriarcas apon-  
tam para a Trindade, mas, através desta ocultação,  
negaram e contradisseram toda a crença na  
Trindade, e Satanás assistiu-os neste assunto, ao  
ponto de a sabedoria da Cabala também se ter  
perdido. Mas saiba que, mesmo hoje, eles têm  
costumes muito antigos e justos que instruem  
sobre a Trindade, embora escondam as suas faces  
com uma máscara.”. Nesta passagem em concre-  
to, Kemper interpreta a invocação dos três patri-  
arcas - Abraão, Isaac e Jacó -, na oração judaica  
Amidah, como uma alusão simbólica à Santíssima  
Trindade, representando as três figuras divinas  
(Pai, Filho e Espírito Santo). Para ele, o encerra-  
mento da oração, que destaca apenas um patriar-  
ca, Abraão, reflecte a unidade divina, sublinhando  
que, embora a Trindade represente três aspectos,  
existe uma única essência divina. Kemper sugere  
que esta estrutura litúrgica contém, de forma im-  
plícita, um ensinamento trinitário, mesmo que  
não seja reconhecido dessa forma na prática ju-  
daica tradicional. Ele argumenta que, apesar de  
estes símbolos trinitários estarem presentes nas  
práticas judaicas, eles foram ocultados ao longo  
do tempo, resultando num empobrecimento da  
sabedoria Kabalística. Kemper sugere que alguns  
costumes judaicos antigos têm referências implí-  
citas à Trindade Cristã, mesmo que os seus prati-  
cantes contemporâneos não tenham consciência  
desse significado profundo.

Embora as reflexões de Johan Kemper ofereçam  
uma ponte interessante entre o misticismo judai-

co e a doutrina cristã, é importante reconhecer que a sua interpretação da Kabbalah através de uma lente cristã tem sido objecto de debate ao longo do tempo. Os seus escritos reflectem uma tentativa de construir conexões simbólicas e teológicas, mas não representam consensos absolutos, convidando ao discernimento crítico por parte dos estudiosos e praticantes. As conexões que Kemper estabeleceu, procuravam edificar uma ponte entre o judaísmo, através da Kabbalah, e o Cristianismo, desvelando a forma como certos mistérios Cristãos, como o da Santíssima Trindade, já se encontravam contidos nos ensinamentos da sabedoria oral secreta.



Neste contexto, o tema da emanção surge como uma ligação profunda entre a Trindade Cristã e os ensinamentos místicos do Zohar, sobretudo através do uso partilhado da luz como símbolo de presença e conexão divina. No Zohar, a emanção divina surge frequentemente retratada como um fluxo em cascata de luz ao longo das dez Sefirot, entendidas simultaneamente como canais e recipientes da luz infinita de Ein Sof. Este processo em cascata transforma a essência divina, pura e indiferenciada, em diversos aspectos de manifestação, criando uma ponte entre o infinito e o finito. Cada Sefirot reflecte um aspecto específico da luz divina, atenuando-a gradualmente, mas pre-

servando a sua essência, de modo a iluminar os mundos físico e espiritual sem os sobrecarregar (Schaya, 1971).

De forma semelhante, na teologia cristã, a Encarnação representa uma descida divina em que o Logos eterno assume a forma humana, incorporando luz e verdade para redimir a criação. Esta luz “encarnacional” ecoa nas emanções luminosas do Zohar, não como uma diminuição da essência divina, mas antes como a sua manifestação acessível. Em ambas as tradições, a emanção ou encarnação da luz não é estática. Ela flui em direcção à humanidade e, por via do envolvimento místico, convida a um retorno ascendente para a unidade divina. A interação entre descida e ascensão reflecte o movimento da luz, nas suas diversas manifestações, unindo a humanidade e o divino num abraço eterno. A metáfora da luz como uma escada, reforça ainda mais a conexão entre estas tradições. Este movimento de descensão e ascensão espiritual é profundamente simbólico, pois mostra que a presença divina, apesar de se manifestar em facetas de luz, explicando o processo da própria Criação, permanece una na sua origem. Aqui se evoca o conceito da “escada de Jacó” (Génesis 28:12), onde se lê: “Então Jacó sonhou. Ele viu uma escada que ia da terra até o céu, e os anjos de Deus subiam e desciam por ela.”. De modo semelhante, na teologia cristã, Cristo é frequentemente descrito como “a luz do mundo” (João 8:12), e é através d’Ele que os crentes ascendem espiritualmente ao Pai. O conceito místico de “theosis” - o processo gradual de um crente se tornar um com Deus - entra em consonância com a descrição do Zohar sobre a luz divina que se revela progressivamente, através dos esforços espirituais do místico (Fishbane, 2009). No cerne desta ligação encontra-se a compreensão da luz enquanto multifacetada. Em ambas as tradições, a luz simboliza ao mesmo tempo a transcendência divina e a sua imanência. Ela desce como presença divina para iluminar e santificar a criação, e ascende sob a forma de devoção e de transformação humanas. Esta interação dinâmica faz com que a luz não seja apenas uma metáfora, mas sim uma realidade viva que facilita a conexão com o divino. A multiplicidade da luz nas Sefirot do Zohar, tal como a inter-relação própria da Trindade, mostra-nos que a essência divina se mani-

feita através de vários “rostos” ou expressões, embora permaneça enraizada numa unidade fundamental.

Acrescentando-se a estes paralelismos, o próprio Zohar parece desvelar a Santíssima Trindade, codificada nas letras do Nome Sagrado, Yud-Hei-Vav-Hei, reforçando a confluência entre a concepção cristã e a sabedoria cabalística. O Yud corresponde a ABA (o Pai), o Hei a IMA (a Mãe, Binah, o Espírito Supremo) e o Vav a Zeir Anpin (o “Filho Santíssimo”, também designado Tiferet). Pai, Mãe e Zeir Anpin são, portanto, UM, numa unidade, fundindo-se num único mistério divino. Em Zohar Trumah (12: 132) pode ler-se: “AGORA O ZOHAR EXPLICA O SEGREDO DAS PALAVRAS DO "SH'MA YISRAEL." O PRIMEIRO Yud Hei Vav Hei é o sinal da letra Yud que está no Nome Sagrado, QUE ALUDE A ABA. "Nosso Elohim" é o segredo do sinal do Hei superior do Nome Sagrado, QUE ALUDE A IMA. O SEGUNDO Yud Hei Vav Hei é o desenho DOS MOCHIN DE ABA E IMA que são atraídos para baixo no segredo do sinal da letra Vav DO NOME SAGRADO, QUE ALUDE A ZEIR ANPIN. Estas duas letras, YUD E HEI, são atraídas para estar neste lugar, SIGNIFICANDO NA VAV, QUE É ZEIR ANPIN. É um, pois todos estes três, QUE SÃO ABA, IMA E ZEIR ANPIN, são um em uma unidade única.”. Também o Zohar nos esclarece de que Binah, a Mãe, é o “Espírito Supremo”, fonte de todos os espíritos sagrados e passo a citar: “E já explicámos que a Olah (oferta queimada) é o Kodesh HaKodashim (Santo dos Santos), no segredo do Ruach Ila’ah (Espírito Supremo), DO QUAL É UMA VESTIMENTA, porque três espíritos estão ligados a esta oferta: O PRIMEIRO é o Ruach Tata’ah (Espírito Inferior), chamado Ruach HaKodesh (Espírito Santo), que representa Malchut. O SEGUNDO é o espírito situado no meio, chamado Ruach Chochmah U’Binah (Espírito de Sabedoria e Entendimento), que representa Zeir Anpin, estando ENTRE Chochmah e Binah. Também é chamado Ruach Tata’ah (Espírito Inferior) em comparação com Binah, que está acima dele. Contudo, Zeir Anpin é considerado um espírito que sai do Shofar, contendo tanto fogo quanto água. O TERCEIRO é o Ruach Ila’ah (Espírito Supremo), oculto e escondido, que é Binah, onde residem todos os Espíritos Sagrados, e de onde todos os rostos brilham. Por essa razão, a Olah

retorna a ser o próprio Espírito Supremo.” (Zohar Pekudei 39:352). No “livro do esplendor” também podemos encontrar alusão aprofundada ao Filho Santíssimo, codificado na letra Vav do Tetragramatron e que representa Zeir Anpin ou simplesmente Tiferet. Zeir Anpin, representado pela letra Vav, cujo valor numérico é seis, dado que contém as seis emanções do Jardim do Éden: Chesed (Misericórdia), Gvurah (Julgamento), Tiferet (Esplendor), Netzach (Vitória), Hod (Glória) e Yesod (Fundação). Zeir Anpin representa a união das influências celestiais, a síntese das polaridades de Aba e Ima, também conhecido como o “Escudo de David” e cito: “No terceiro lado, MALCHUT estava vestida com uma vestimenta púrpura que o Rei supremo, chamado 'Tiferet', usava e que o Filho Santíssimo, QUE É TIFERET, herdou com as setenta coroas supremas do lado de Aba e Ima. Ele inclui ambos os lados, OU SEJA, A DIREITA, QUE É CHESED, E A ESQUERDA, QUE É GVURAH, QUE É O SEGREDO DE "ESTENDIDO".” (Zohar Beshalach 14:162). Assim, esta tri-unidade, parece estar contida, de forma velada, na concepção cristã da Santíssima Trindade, sugerindo que o conhecimento esotérico do Judaísmo místico permeia as raízes mais profundas do Cristianismo.



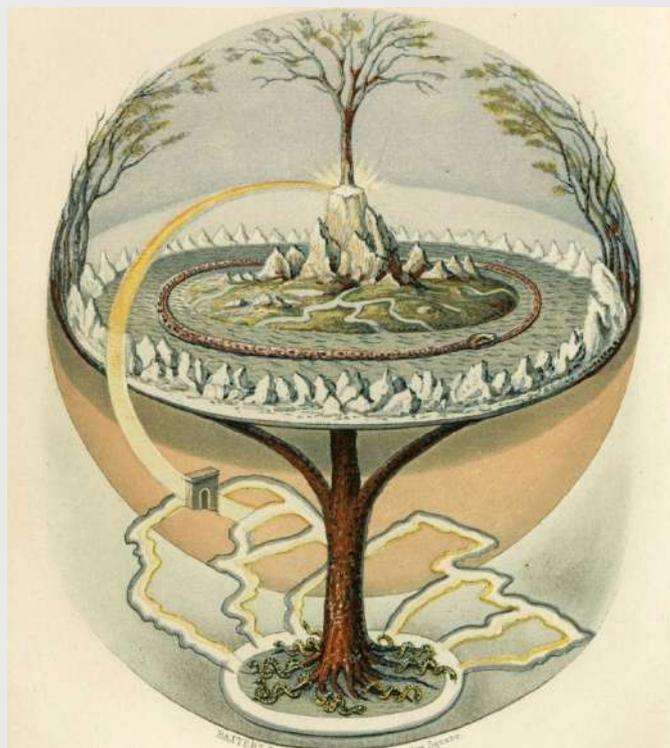
Neste momento, talvez seja importante relembrarmos duas citações do Novo Testamento: “Ninguém pode ir até ao Pai senão por mim” (João 14:5,6); “Se me tivésseis amor, haviéis de alegrar-vos por eu ir para o Pai, pois o Pai é mais do que eu” (João 14:28).

Se nos permitirmos analisar com atenção estas citações, podemos ser convidados a reflectir se, em sintonia com a linha de pensamento de alguns investigadores, a Santíssima Trindade e a Árvore da Vida não serão a mesma Verdade, transmitida de forma diferente. Uma dirigida ao Povo de Israel e a outra direccionada aos Gentios.

Pike, dá-nos pistas nesse sentido, em especial quando refere o conhecimento partilhado por Yeshua ben Yosef: A Sagrada Kabbalah, oculta através dos símbolos na Bíblia, revelada pelo Salvador a São João e contida, inteira, sob figuras sagradas análogas aquelas de toda a antiguidade, no Apocalipse desse mesmo Apóstolo (Pike, 1871). Se assumirmos que o Salvador é Jesus, então, isso pode significar que o próprio Jesus partilhou a Kabbalah com os seus discípulos. São Paulo parece reforçar esta ideia. Paulo de Tarso que estudou directamente com o muito respeitado Rabbi Gamaliel, o mesmo que persuadiu o Sinédrio a libertar os Apóstolos (Actos 5:38,39) e que é neto de um eminente Kabalista de nome Rabbi Hillel, diz o seguinte: “Porém, entre os maduros, nós partilhamos uma sabedoria (...) (...) uma sabedoria oculta e secreta” (1 Coríntios 2:6,7).

Investigadores da Bíblia, como a Dra. Margaret Barker, mencionam uma tradição secreta contida nos ensinamentos de Jesus que era apenas revelada aos discípulos do seu círculo interno. Jesus falava em parábolas para as massas, porque ainda não estavam preparadas para receber o conhecimento secreto, e aos seus discípulos partilhava os segredos contidos nesta. Na mesma linha, Guy Stroumsa, Professor Emérito de Religião Comparada na Universidade Hebraica e Professor Emérito de Estudos das Religiões Abraâmicas na Universidade de Oxford, na sua obra “Conhecimento Secreto: Tradições Esotéricas e as Raízes do Misticismo Cristão”, também alude por diversas vezes a “esse” conhecimento secreto: “Acima do nível externo, público, existe um Cristianismo ‘no segredo’” (Stroumsa, 2005, pg. 128). “Mais precisa-

mente, certos mistérios, que permaneceram escondidos no Velho testamento, foram transmitidos pelos Apóstolos – mas o conteúdo desses mistérios foi revelado apenas a uns poucos.” (Stroumsa, 2005, pg. 37). Os Kabalistas Cristãos (ex., Pico della Mirandola) acreditavam que, nos ensinamentos secretos dos Judeus (Kabbalah), estavam revelados os princípios da teologia Cristã, como a Cristologia e o trinitarismo (Stroumsa, 2005). Em suma, em linha com Pike, outras fontes parecem apontar para a ideia de que Jesus ensinou uma doutrina secreta (Kabbalah) aos seus discípulos e que o mistério da Santíssima Trindade estava nela encapsulado.



Rav Moses David Valle, um dos grandes Kabalistas do sec. XVIII, deixou um legado profundo e misterioso sobre as ligações entre Kabbalah e Cristianismo, nomeadamente a Santíssima Trindade. Através da sua obra “I Sette Giorni della Verità”, ele propôs uma interpretação única que contribuiu para a união destas tradições ao invés de as dividir. Valle enfatiza a importância de corrigir os erros e as falsificações históricas sobre Jesus e a sua conexão com a Kabbalah.

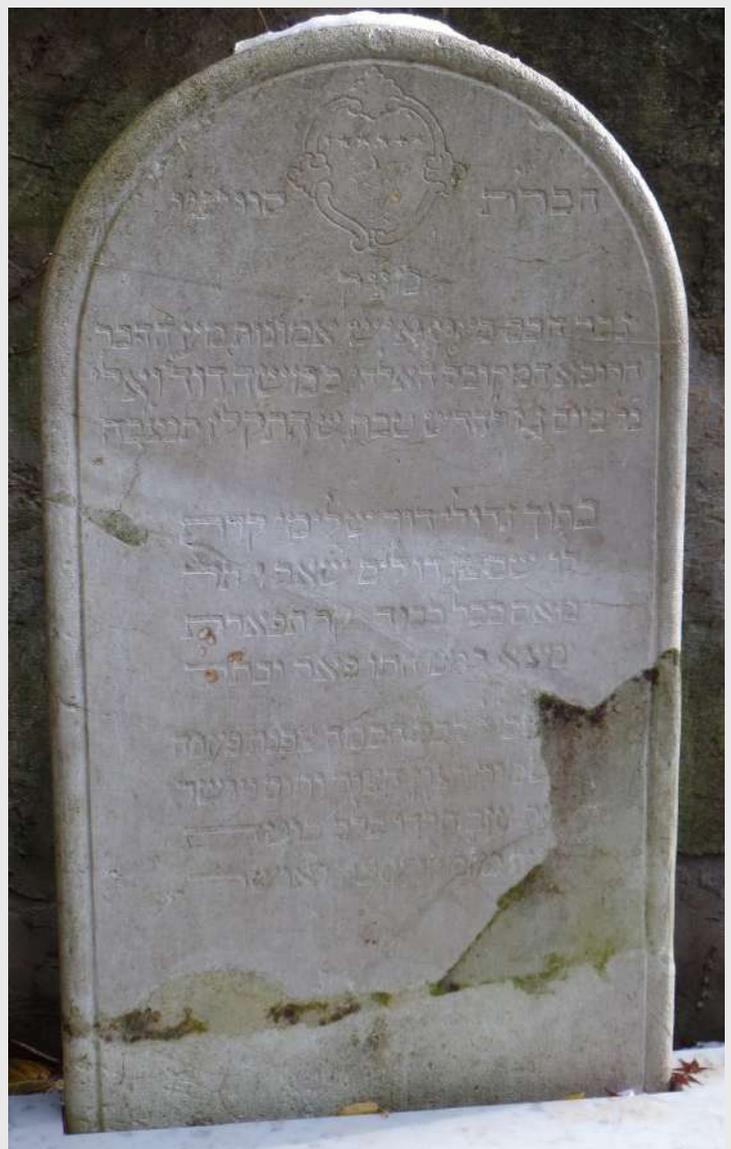
É importante recordar que Yeshua ben Yosef é a figura central do Cristianismo, cuja vida esteve profundamente enraizada na cultura, tradições e práticas do judaísmo. Nascido de mãe judia, foi circuncidado ao oitavo dia, conforme a lei judaica: “Quando se completaram os oito dias para a circuncisão do menino, foi-lhe dado no nome de Je-

sus, como fora chamado pelo anjo antes de ser concebido no seio materno” (Lucas 2:21). Os seus ensinamentos derivam das leis e tradições judaicas com as quais cresceu e que nunca negou. Era chamado de “Rabi” (mestre) e frequentava o Templo de Jerusalém com os seus discípulos, ensinando nas sinagogas e dirigindo a sua mensagem a outros judeus. Por exemplo, “Jesus percorria toda a Galileia, ensinando nas sinagogas deles, proclamando a Boa Nova do Reino e curando todas as doenças e enfermidades entre o povo” (Mateus 4:23). Além disso, Jesus observava as festividades judaicas, como a Páscoa judaica (Pessach), “os pais de Jesus iam todos os anos a Jerusalém para a festa da Páscoa. Quando ele tinha doze anos, subiram até lá, segundo o costume da festa” (Lucas 2: 41-42). Jesus falava aramaico e orava ao Deus de Israel. Acreditava em Moisés e nos profetas, respeitava as leis judaicas e seguia os seus costumes, como os rituais de purificação do corpo e das mãos, o jejum religioso, a abstinência de alimentos impuros e a observância do Shabbat. Vestia-se como um judeu, respeitando e praticando as tradições e as crenças da sua cultura. Por isso, de acordo com alguns investigadores, não seria surpreendente que as suas parábolas, através de parábolas dirigidas às massas, tivessem como conteúdo o judaísmo e, para o seu círculo interno, os Apóstolos, a sabedoria oral secreta, a Kabbalah, considerada a Alma da Torah.

Ele argumenta que muitas das divisões entre o Cristianismo e o Judaísmo resultaram de interpretações equivocadas e que a verdadeira essência espiritual de ambas as tradições reside na unidade. Uma das contribuições mais notáveis de Valle foi a sua capacidade de reinterpretar o simbolismo tradicional judaico e cristão para revelar uma base comum. Ele descreve, por exemplo, o papel do arco-íris como uma metáfora para a fragmentação e a unidade: enquanto as cores visíveis representam uma separação aparente, a luz branca subjacente simboliza a essência indivisível de Deus. Esta ideia estende-se à sua interpretação da Santíssima Trindade, que ele associa às sefirot da Árvore da Vida, especificamente Chesed (misericórdia), Gevurah (rigor/julgamento) e Tiferet (equilíbrio).

Para Valle, estas são diferentes expressões de uma única Luz Divina, e a separação entre elas é

uma ilusão. Além disso, Valle conecta símbolos e práticas judaicas, como o Tefilin, a Mezuzah e os Tzitzit, à ideia de unidade. Ele afirma que, embora sejam objectos distintos, todos revelam a mesma Luz Única, reforçando a ideia de que a multiplicidade de formas é apenas um reflexo da essência divina singular. Outro ponto central no pensamento de Valle é o papel de Jesus como uma ponte espiritual entre judeus e gentios. Ele sugere que Jesus foi enviado para trazer salvação às nações gentias. Para Valle, Jesus nunca promoveu idolatria e, pelo contrário, foi um canal da Luz Divina, assim como outros grandes mestres da Kabbalah. Valle também reflecte sobre o papel do ego humano na criação de divisões e conflitos religiosos. Ele identifica o ego, que ele designa de "Adversário" ou "Satan", como a força que gera separação e impede a percepção da unidade divina. Para ele, somente ao removermos o ego de



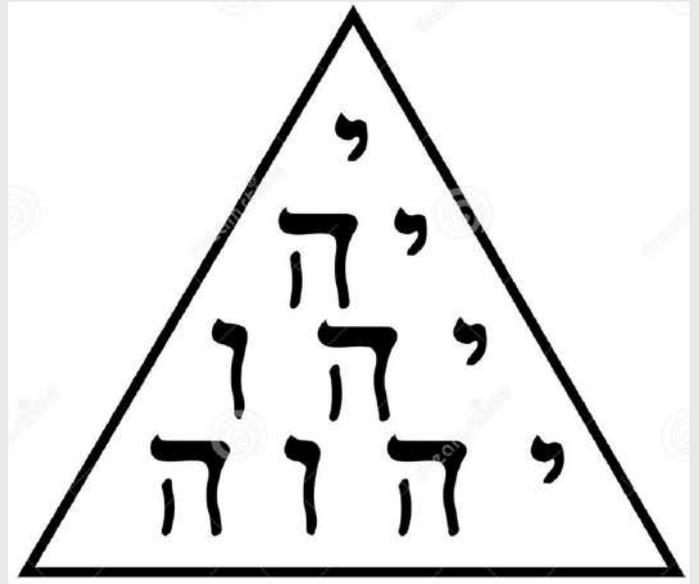
Túmulo de Rav Moses David Valle

nossa consciência seremos capazes de perceber a verdadeira unidade que conecta toda a humanidade. A obra de Valle, portanto, no seu âmago, transcende as divisões religiosas e oferece uma visão unificadora que combina os ensinamentos da Kabbalah com os fundamentos espirituais do Cristianismo e do Judaísmo. Ele convida os leitores a abandonar interpretações literais e superficiais a favor de uma compreensão mais profunda e espiritual, capaz de trazer luz, verdade e reconciliação para o mundo.

No cerne deste caminho enigmático, emerge a consciência de que as aparentes divisões - sejam de ordem teológica ou ritualística - não passam de véus que ocultam uma verdade sagrada e universal: a Unidade. Tal como as três letras do Tetragrammaton (Yud-Hei-Vav-Hei), apesar de uma se repetir, ou como as três primeiras sefirot de Zeir Anpin e as três hipóstases divinas do mistério trinitário, também o nosso ser interior, em sintonia com a sabedoria oculta, participa desse modelo ternário. Trata-se de uma estrutura arquetípica que, em diferentes tradições, revela a mesma verdade essencial: a Unidade manifesta-se através de três fundamentos eternos e inter-relacionados, cuja plenitude não reside na fusão de opostos, mas na sua coexistência harmoniosa, luminosa e indivisível.

Concluindo, nesta mesma senda, poderemos perguntar: será que os ensinamentos do G.: 31 se referem apenas à execução de uma justiça terrena ou, mais profundamente, incitam-nos a vislumbrar uma dimensão superior?

Ancorados na sabedoria oral secreta, o G.: 31 parece apontar para a “Verdadeira Justiça”, uma justiça espiritual, plena, consagrada no arquétipo das três colunas: Justiça, Misericórdia e Equidade. Esta tríade estrutura o templo interior e espelha o processo de ascensão em Malchut, o reino da manifestação, onde o iniciado é chamado a transcender as ilusões do “Príncipe deste Mundo”. Através da remoção das cascas de Klipoth, que com alguma extensão podem significar as distorções, endurecimentos e absolutismos da justiça cega e tirânica, abre-se espaço para a revelação da “Justiça Iluminada”, manifestando a Unidade na diversidade da Criação. Assim se revela o verdadeiro propósito do sistema das três colunas, não



como arauto de *self-righteousness*, mas como princípio eterno da reintegração do humano no divino.

#### Referências:

- Edições Paulinas. (2002). *Bíblia de Jerusalém* (Edição revista e ampliada). Edições Paulinas.
- Fishbane, E. P. (2009). The scent of the rose: Drama, fiction, and narrative form in the *Zohar*. *Prooftexts*, 29 (3), 324–361
- Hutchens, R. R. (1988). *A bridge to light: A study in Masonic ritual & philosophy*. The Supreme Council, 33°, Ancient and Accepted Scottish Rite of Freemasonry.
- Kemper, J. (1710-1713). *Matteh Mosheh: Sha'ar ha-Shilush* [The Staff of Moses: Gate of the Trinity]. Unpublished manuscript. Uppsala University Library, Sweden.
- Pike, A. (1871). *Morals and Dogma*. Charleston.
- Schaya, L. (1971). *The universal meaning of the Kabbalah*. George Allen & Unwin.
- Stroumsa, G. (2005). *Hidden wisdom: Esoteric traditions and the roots of Christian Mysticism*. 2<sup>nd</sup> edition. Leiden: Brill.
- Valle, M. D. (1722). *Le sette giornate di verità* [Unpublished manuscript]. National Library of Israel.
- Yohai, S. B. (author), Berg, M. (editor) (2008). *The Zohar*. New York: Kabbalah Publishing.

Antônio Sacavém, 30º

# A MAÇONARIA E O FUTEBOL

Num instante sublime em que Portugal, com orgulho indizível, ainda celebra a sua triunfal conquista da Liga das Nações, erguendo-se como farol de glória no firmamento do futebol europeu, nada mais condizente com a alma da nação do que entretecer os valores augustos e intemporais da Nossa Venerável Ordem com a paixão ardente e arrebatadora desta modalidade desportiva, que pulsa no coração de cada Português e de cada Maçon, unindo gerações numa sinfonia de devoção e fervor inabaláveis.

“Serei, por acaso, redondo assim, para me dardes ambos pancada sem parar, como se eu fosse bola de futebol? Sem mais nem menos, me aplicais pontapés.”

William Shakespeare escreveu essas palavras em “Comédia de Erros”, peça do final do século XVI. A referência ao futebol merece especial atenção se considerado que o desporto, como é conhecido hoje, foi oficialmente criado apenas em 1863.

O escritor inglês não tinha dons premonitórios. Ele usou o termo “football” como menção a um jogo medieval em que multidões formavam as equipas e o objectivo era marcar um golo localizado a quilómetros de distância. Foi dessa actividade que surgiu o futebol actual, mas a história é bem menos linear do que se pode supor.

A diferença entre futebol e outro jogo de bola reside nas suas regras. Se queremos jogar futebol, temos que seguir as regras. A partir do momento em que nos livramos das regras, joga-se outro jogo, pratica-se uma actividade desportiva que parece futebol, mas que, na realidade, não é futebol.

A Maçonaria é baseada em *Landmarks*, ou seja, em regras que estabelecem limites fora dos quais se encontra fora do campo maçónico. A sua observância, portanto, condiciona a prática maçónica tradicional e autêntica. Tudo o que se desvia deles tem apenas a aparência da Maçonaria.

Em outras palavras, se o jogador de futebol é aquele que joga a bola com estrito respeito pelo futebol, o maçom é, portanto, aquele que pratica a arte real com estrito respeito pelos *Landmarks*. Consequentemente, a qualidade maçónica surge da restrição imposta por uma determinada ordem.

Nesta perspectiva, um maçom regular não pode, portanto, participar de um grupo que não respeita os *Landmarks*. Ele deve seguir os princípios de uma Maçonaria individual e indivisível, conforme definido pela Grande Loja Unida de Inglaterra, que é para a alvenaria o que o Vaticano é para o Cristianismo. O maçom regular está numa ordem específica.

Não é preciso dizer que as regras nunca são intangíveis por natureza. Basta observar a vida dos homens de maneira bastante simples. As regras estão a mudar constantemente. E é verdade para todas as regras. Seja por exemplo as regras das leis ou as regras do jogo.

Foi assim que as regras do futebol evoluíram com o tempo. De facto, não praticamos esse desporto em 2025, como o praticámos há 100 ou 200 anos. O jogo evoluiu consideravelmente. Por exemplo, ele tornou-se mais rápido e mais violento. Relativamente confidencial nos seus inícios, o futebol é hoje o desporto popular por excelência. Principalmente masculino nas suas origens, hoje atrai cada vez mais mu-

Iheres que o praticam a um alto nível.

E além de respeitar as regras e desenvolvimentos do jogo, há o espírito desportivo, jogo limpo, o prazer de estarmos juntos nessa prática, o lazer, o desejo de nos divertirmos no que fazemos.

Como o futebol ou qualquer outra actividade, a Maçonaria obviamente não é estática. Evolui com os tempos e com as preocupações de quem vive todos os dias. É uma ordem específica, mas rica em diferenças (obediências, rituais, etc.) As regras não são intangíveis. Algumas podem cair em desuso. Outras podem aparecer.

Nesta perspectiva, um chamado maçom regular deve poder assistir com qualidade a uma loja que não se reconhece nos *Landmarks* de Londres, desde que esta aceite abrir-lhe sua porta (não se trata de impor, só nos sentamos à mesa de uma família se tivermos sido convidados antes). O inverso deve ser capaz de ser verdadeiro sem o menor problema. O regular não será menos regular. Ele simplesmente terá tido uma experiência maçónica diferente, mas fundamentalmente complementar à sua.

E agora relativamente aos factos... Há um século e meio, uma reunião num pub transformou-se na padronização das regras de um jogo.

Aquela reunião era necessária. As actividades desportivas ganhavam espaço na sociedade inglesa, sobretudo em instituições educacionais, e cada vez mais havia interesse em realizar confrontos entre equipas de cidades ou escolas diferentes. Mas como fazer isso se cada cidade, cada escola, cada região, jogava à sua maneira? Por isso, dirigentes de alguns clubes encontraram-se em 26 de Outubro de 1863 na Freemasons Tavern, Londres, para uniformizar as regras daquele jogo. Foi o momento em que o futebol passou a existir co-

mo um desporto codificado.

Certamente aqueles ingleses oitocentistas não imaginavam que tanta coisa sairia daquela reunião. Para eles, era apenas a criação de uma entidade (a Football Association) que englobaria os clubes que pretendiam seguir uma determinada versão do futebol (baseada nas regras de Cambridge, que passou a ser o futebol da associação, ou “association football”). Nem se preocuparam em detalhes que dariam ares mais grandiosos ao momento, como chamar a tal “Associação de Futebol” de “Associação Inglesa de Futebol”. Não havia motivos para nacionalizar algo que não tinha tantas pretensões. Mas acabou por ter. A Football Association, criada no mesmo encontro que codificou o desporto, é a actual Federação Inglesa e aquela versão do jogo tornou-se no desporto mais popular do planeta.

Assim, em 26 de Outubro de 1863, numa reunião de Maçons na “Freemason’s Tavern, Queen Elizabeth nº 11”, em Londres, foram estabelecidas por escrito as regras do futebol, formando-se assim a já referida Associação de Futebol Inglês.

No encontro surgiram sérias discordâncias entre os participantes. Um sector, liderado por representantes da “Liga de Rugby”, era a favor de permitir o uso das mãos, mas o grupo liderado pela “Liga de Harrow” inclinou-se para permitir apenas o uso dos pés e da cabeça. Os que eram favoráveis a permitir o uso das mãos retiraram-se da reunião e lançaram os fundamentos do desporto que chamaram de “Rugby”.

Então, sob orientação do Grão-Mestre da Loja nº 11, foram determinadas as regras do jogo. O futebol seria um desporto de equipa jogado entre duas equipas de 11 jogadores cada e quatro árbitros para que as normas fossem cumpridas.

O campo de relva seria rectangular, natural ou artificial, com um arco em cada lado do campo. O objectivo seria mover uma bola com qualquer parte do corpo que não as mãos ou braços, e principalmente com os pés, tentando entrar no arco oponente. Este objectivo seria chamado de “acção”. A equipa que marcasse mais golos, em 90 minutos, seria a vencedora. Entre os principais promotores do novo desporto estavam maçons escolhidos para esta reunião na “Freemason’s Tavern, Queen Elizabeth nº 11”.

Os maçons fundadores das bases do futebol aplicaram o espírito de igualdade e fraternidade, sem distinção de nacionalidade, raça, ideologia, religião ou sexo. A bancada é o “ponto de encontro”, onde admiradores aplaudem ou criticam os jogadores, sem considerar se são socialistas, capitalistas, social-democratas, ou originários do terceiro mundo.

Não deve ser considerado se o jogador vem das classes mais baixas ou se nasceu numa família rica.

O jogo evoluiu mantendo o espírito maçónico da sua fundação; hoje não faz escolha de sexo (a partir do campeonato do mundo de mulheres na China em 1991) e não discrimina, porque existem campeonatos mundiais de futebol organizados pela “Associação Internacional de Futebol de Gays e Lésbicas (IGLFA)” a partir de 1992. Independentemente do resultado, os jogadores trocavam camisolas no final da partida, uma expressão que enfatiza o valor da tolerância, outro princípio maçónico.

A maçonaria levou o futebol para muitos países, fundando clubes e incentivando o desporto. Um grande exemplo desta influência maçónica pode ser visto na Argentina, onde o futebol chegou através de viajantes ingleses, muitos dos quais eram maçons. A 20 de Junho, 1867 o primeiro jogo foi disputado no

Buenos Aires Cricket Club.

Um grupo de parceiros liderado pelos irmãos Thomas e James Hogg publicou um anúncio no jornal “The Standard” convocando uma reunião para promover a prática do futebol. Este grupo imediatamente fundou o Buenos Aires Football Club, a partir do encontro entre os vermelhos e os brancos, organizado com estas duas cores para corresponder aos atributos do Mestre Maçon, em que os primeiros ganharam por 4 a 0.

No início dos anos 1880, o Mestre Maçon da Excelsior Lodge, nº 617, Alexander Watson Hutton, foi para a Argentina carregando bolas e bombas de encher entre os seus pertences. Vinha da Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade de Edimburgo e assumiu a escola de Saint Andrew onde implementou o desporto e cultura física. Logo depois fundou a Alumni English High School.

Em 1887 nasceu o Athletic Club de Quilmes, o mais velho dos clubes que formam a Associação Argentina de Futebol. A 1 de Dezembro de 1899, um grupo local fundou o Argentinos de Quilmes. *“E mudaram um costume: no Inglês os jogadores bebiam chá no intervalo e os jogadores argentinos tomavam chá mate”*.

Sucessivamente, Gimnasia y Esgrima de La Plata, Banfield, Estudiantes de Buenos Aires, Argentina Central Railway Athletic (Rosario Central) e Alumni, dos irmãos Brown, foram participantes no primeiro campeonato. O Alumni antecedeu o Racing Club de Avellaneda, onde todos os membros eram maçons. Entre 1901 e 1910 foram criadas 32 instituições. Estações ferroviárias, lojas maçónicas e clubes de futebol constituíam, na época, um conjunto intimamente relacionado. Aconteceu o mesmo com os imigrantes italianos que se estabeleceram no bairro de La Boca, nas margens do Riachuelo, em Buenos Aires.

Também o River Plate Club foi fundado por maçons e as cores que carrega na sua camisa correspondem ao avental e à faixa vermelha. A camisola fazia parte da vestimenta do Mestre Maçon da época.

Na sede do Suarez 465 (Figli d'Italia, Liberi Pensatori, entre outros), nasceu o River Plate, a 25 de Maio de 1901, através da fusão das colectividades La Santa Rosa e La Rosales. O seu primeiro campo foi em Sarandj, coincidindo com a linha ferroviária sul de Buenos Aires.

A presença de funcionários e empregados britânicos no desenvolvimento ferroviário argentino favoreceu a criação de lojas maçónicas nas imediações das estações, como revelado pelo mapa Maçónico argentino do início do século XX. Os nomes repetiam-se em estações, pousadas e clubes de futebol.

A exemplo da Argentina, muitos outros países tiveram os seus clubes de futebol fundados pela maçonaria.

O futebol leva para dentro do campo o espírito maçónico de igualdade e fraternidade.

Continuam a ser alvo de estudo os significados das geometrias maçónicas dentro do campo como o círculo central, a meia-lua, as grandes e pequenas áreas, o tamanho e as dimensões da baliza, as linhas circulares nas quinas dos campos, etc, etc.

Senão só a título de exemplo atentemos... (E os conhecimentos) como esperais encontrá-los? Com o Centro. O que é um Centro? Um ponto no interior de um círculo, do qual todos os pontos da circunferência são equidistantes. Porquê com o Centro? Porque esse é um ponto a partir do qual um Mestre Maçom não pode errar.

7 (SETE) são os centros de circunferências. Nos 4 cantos extremos da superfície do campo ( $\frac{1}{4}$  de círculo) formam-se ângulos rectos que determinam os locais para as cobranças

dos pontapés de canto; nas grandes áreas a marca do penálti é o centro da circunferência da qual faz parte a chamada *meia-lua* (que tem o mesmo raio do grande círculo central).

E no meio do rectângulo formado pelo campo inteiro, na metade da linha que separa os lados de cada equipe, há um ponto (centro da circunferência chamada *grande círculo*), local onde as partidas são iniciadas ou reiniciadas (após cada golo ou no início do 2º tempo). O que foi preciso para demarcar? Compasso!!!

Um ângulo recto tem 90 graus e cada jogo tem 90 minutos... Um jogo inteiro com tempo de descanso e compensações tem cerca de duas horas, o nosso tempo aproximado de uma sessão em Loja.

Porquê a reposição de bola pela linha lateral se lança com a mão? Todas aquelas marcações não foram criadas ao acaso, elas terão um significado e um simbolismo.

Se foram os maçons daquela época quem criou as regras, também foram eles quem definiram as linhas e seus significados. Essas informações não se conseguiram ainda descortinar.

E agora como remate final, para reflexão, 3 notas em forma de finta...

1 E o que é um esquadro? Um ângulo de 90 graus ou  $\frac{1}{4}$  de um círculo?

2 Um prumo para ajustar a verticalidade das traves e um nível para garantir a horizontalidade do campo de jogo e da trave das balizas são também importantes?

3 Numa partida de futebol, se uma das equipas estiver com menos de 7 jogadores, o jogo não pode continuar... Uma sessão maçónica não pode ser aberta se não estiverem presentes pelo menos 7 Irmãos Mestres para preencher o Quadro de Loja...

Serão apenas coincidências?!?!?!?

# Esforças-te por alcançar o Real Segredo na tua vida e dentro de ti próprio?

Dá, pois, ao teu servo, um coração compreensivo,  
capaz de governar o teu povo  
e de discernir entre o bem e o mal.

.....  
Já que pediste estes dons ...  
Sabedoria para praticar a justiça ...  
dou-te um coração sábio e inteligente ...

(Reis 3, 7-12)

Este *motto* poderá ser à primeira vista algo surpreendente, pois seria mais adequado a balaústres de outros Graus, (p. ex. 31); contudo, espero ser capaz de explicar o seu significado no decurso do trabalho, nomeadamente a relação da sabedoria Salomónica com o Real Segredo.

Antes de tudo, vamos definir o Real Segredo como o Equilíbrio Universal, que se manifesta, conforme Albert Pike no seu *Moral e Dogma*, de várias maneiras:

- \* Entre a Sabedoria Divina Infinita e o Poder Divino Infinito, resultando na Estabilidade do Universo,
- \* Entre a Justiça Divina Infinita e a Misericórdia Divina Infinita, resultando na Equidade Divina Infinita e na Beleza do Universo,
- \* Entre a Necessidade e a Liberdade, quer dizer, entre a ação da Onnipotência Divina e o Livre-Arbítrio do homem,
- \* Entre o Bem / Luz e o Mal / Trevas, que nos garante a existência da Sabedoria e do Amor Infinitos,
- \* Entre a Autoridade e a Ação Individual, bases da vida social,
- \* Entre Espiritual / Divino e o Material / Humano, existentes no homem, simbolizados pelo Triângulo rectângulo, no qual um cateo representa a Divindade, o outro o Huma-

no e a hipotenusa a união entre o Divino e Humano, entre a alma e o corpo.

Se os dois primeiros aspectos mencionados dizem respeito somente ao G.:A.:D.:U.: e ao Seu governo do Universo, sendo assim insondáveis e imutáveis, os outros necessitam de alguma análise, por implicar o Homem e a sua relação com a Divindade, com o universo e com a sociedade na qual vive.

O mesmo Pike indica que o Templo que simboliza o Universo é sustentado por 3 colunas:

- \* A Necessidade, isto é, a Vontade de Deus, que é onipotente,
- \* A Liberdade, quer dizer, o livre arbítrio das Suas criaturas,
- \* A Harmonia, que resulta do equilíbrio entre a Necessidade e a Liberdade.

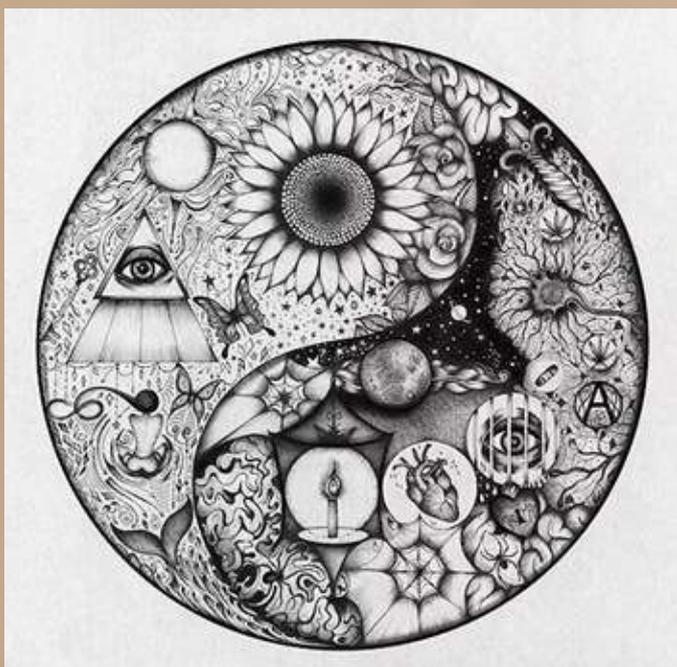
A razão humana não consegue perceber este equilíbrio, pois as primeiras duas colunas parecem antagónicas.

Assim, poderíamos ter uma de duas atitudes: deixar de tomar opções, por estar tudo já pré definido, ou tentar contrariar a vontade divina. Contudo, nenhuma poderá ser concretizada (o que nos mostra desde logo a nossa limitação): a primeira não se pode pôr em prática, até por necessidades básicas de sobrevivência, a segunda porque simplesmente não fazemos a mínima ideia qual seja a Vontade de

Deus.

A única solução possível é tomar decisões conforme a consciência de cada um, escolher entre o Bem e o Mal, ser um agente da Luz ou das Trevas. Aqui, o *motto* começa a fazer sentido, pois um dos elementos que condicionam a consciência humana é a Sabedoria. O texto do *Livro dos Reis* está cheio de significados e de ensinamentos. Primeiro, Salomão, ao pedir sabedoria em vez de outros dons mais fúteis, mostra que já a detém claramente. Também significa que a Sabedoria pode existir em maior ou menor quantidade; ele queria de facto mais, para ser um digno líder do povo eleito, discernir entre o bem e o mal e praticar a justiça. Recebeu um “coração sábio e inteligente”, o que mostra que a consciência humana se baseia no cérebro e no coração, no intelecto e nos sentidos.

Relativamente à visão dualista sobre o bem e o mal, o nosso Ritual de A.: afirma que “a razão humana divide e confina artificialmente o que é Um e não tem limites; assim, a unidade é repartida entre dois extremos aos quais só as palavras prestam uma aparência de realidade”. Quer dizer que o bem e o mal fazem parte de uma entidade única e indivisível.



A visão dualista e estática representa o mundo por um círculo dividido em duas partes, metade iluminada, a outra na sombra, um mundo branco e preto, positivo e negativo.

Esta visão exotérica concede ao princípio positivo o valor exclusivo de bem e ao princípio negativo de mau; Deus e diabo.

Este entendimento da dualidade cria atitudes apaixonadas, intransigentes, dogmáticas, que desaguam na intolerância, no ódio, no racismo e na guerra.



O entendimento esotérico do binário implica a constatação de que o que é negro e negativo pode ser visto como branco e positivo, conforme o nível da compreensão. Na figura simbólica de Yin / Yang, o ponto negro na parte branca e o ponto branco na metade preta indicam que cada elemento do binário contém o seu contrário: a vida na morte, a morte na vida; a vitória na derrota, a derrota na vitória; a força na fraqueza, a fraqueza na força, etc.

Falando do Anjo Tentador, ou do Mal, a Cabala afirma a variabilidade da noção de bem e de mal.

Satanás foi criado por Deus e o *Genesis* (1 – 31) diz: *Deus viu tudo que tinha feito e tudo estava muito bom*; desta maneira, Satanás é bom. Em hebreu, a palavra *Satan* significa obstáculo; ele não foi criado para vencer, mas para confrontar o homem com dificuldades a serem vencidas; assim, a vocação de Satanás é a de ser derrotado pelo homem, utilizando as qualidades que recebeu de Deus e a própria vontade de procurar e de fazer o bem.

A nossa I.: Irène Mainguy, cuja obra muito aprecio, afirma no seu livro *O Simbolismo Maçónico*: “perante uma visão relativa do bem e do mal, o maçom, guiado pelo amor fraternal, tenta transcender a dualidade aparente das coisas, para se aproximar da Unidade, princípio e fim de todas as coisas e em todas as coisas”.

Esta afirmação revela um dos ideais fundamentais maçónicos, que serve ao mesmo tempo como ferramenta para alcançar uma visão esotérica sobre a Unidade que engloba a dualidade bem / mal em todos os seus aspectos; reparem que, novamente perante as limitações do pensamento, do intelecto, a autora recorre ao coração, invocando o “amor fraternal”.

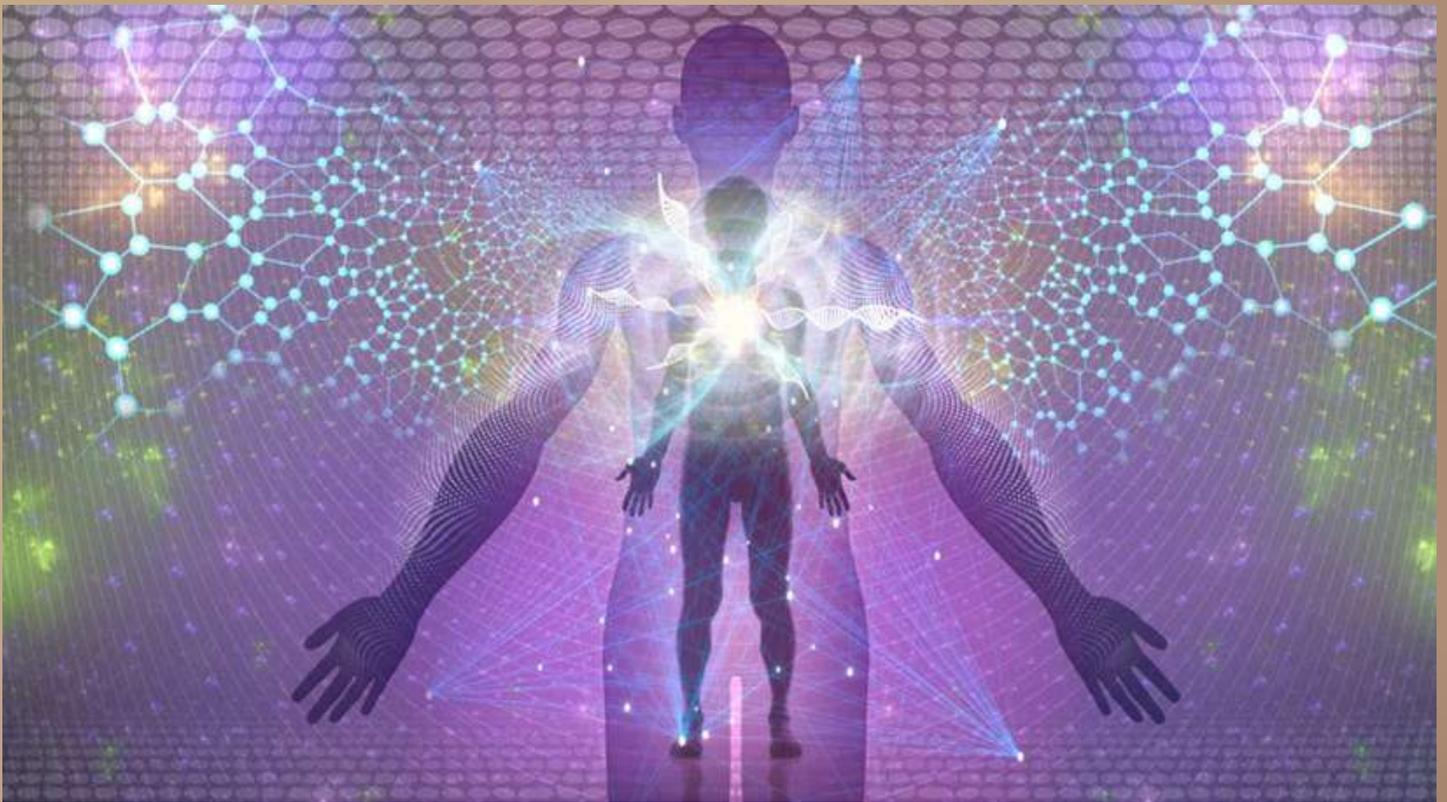
*de de outro ser humano ou grupo.*

A dificuldade surge na avaliação desta fronteira e a resolução depende da nossa experiência e ensinamento adquiridos tanto na vida profana como na vivência maçónica.

Novamente lembro os ensinamentos básicos, expressos desta vez no catecismo do A.:  
*exalta-se a virtude e combate-se o vício; vencer as paixões, submeter a minha vontade e realizar novos progressos na maçonaria.*

Trata-se de um processo de aprofundamento do entendimento da vida e de apuramento da consciência, cada vez mais capaz de um auto escrutínio com o intuito de criar as próprias regras e limitações.

E chegamos ao Equilíbrio entre o Divino e o



Transferindo estes princípios para as relações sociais, encontramos o Equilíbrio entre a Autoridade e a Acção Individual, levantando-se a questão: qual é a fronteira entre a liberdade individual e as limitações impostas pela sociedade, quer se trate de leis, quer de simples hábitos e costumes adquiridos durante séculos de vivência em comum?

No nosso percurso maçónico, aprendemos, desde o início, um princípio reforçado várias vezes no R.:E.:A.:A.:  
*a nossa liberdade acaba no momento em que ofusca a liberda-*

Humano, entre o Espiritual e o Material que se encontram em cada um de nós, sendo aqui o nosso corpo a Unidade que engloba os dois lados que podem ser vistos também como o bem e o mal, a luz e a escuridão, o positivo e o negativo, a essência do Yin e a substância do Yang.

As personagens encontradas na Cripta da nossa Iniciação – Confúcio, Zoroastro, Buda, Moisés, Hermes Trismegisto, Platão, Jesus e Maomé – foram fundadores de religiões, filósofos ou organizadores de civilizações, cujos

ensinamentos parecem coordenados, falando a mesma língua, porque a substância manifestada vem ao encontro das necessidades universais e das aspirações da natureza humana.

O *Amanhã*, que encabeça a nona coluna, representa o que cada crente aguarda - a nova mensagem divina concretizada na vinda do seu emissário, que nos ajude a edificar o último Templo Universal. Para contribuir neste sentido, o Ritual ensina-nos que devemos procurar a Verdade, praticar a Justiça e amar o próximo como a nós mesmos. Desta maneira, poderemos aproximar-nos da centelha divina que se encontra em nós e pode ser encontrada na nossa parte imaterial – no espírito, na alma e na consciência.

A Cabala ensina que Deus se serviu de quatro elementos para conceber o Homem - a Bondade, a Verdade, a Justiça e a Paz, sendo cada elemento representado por um anjo. Estes quatro elementos definem a nossa alma, o nosso espírito. Sendo os anjos a emanção da vontade divina, eles só podem obedecer a Deus; por outro lado, o ser humano tem a possibilidade de se insurgir e tomar decisões próprias. Assim, o Homem constrói o mundo em colaboração com Deus e não como simples executante. É uma visão prometeica, presente em vários textos antigos. E alguns momentos do Antigo Testamento (por exemplo, *Jonas*) mostram que, se a desobediência for alimentada pelo amor pelos outros, pela humanidade, então Deus encontra uma forma de grandeza na atitude e perdoa o insurgente, porque o que Ele espera de nós é o amor pelo outro.

Chegando à abordagem prática destas ideias, tentarei responder à pergunta do título sem aprofundar pormenores, para o texto não parecer a confissão de uma vida até ao presente, já que a maçonaria não se quer uma religião e também não oferece o perdão que porventura seja inerente a tal empreendimento.

Bastante tempo antes de minha iniciação, embora ainda jovem, cristalizou-se em mim a crença de um destino perante o qual somos simples piões. Pelo menos nos momentos

cruciais da vida, o caminho que se abriu à minha frente não era na altura o mais desejado; bastante mais tarde, realizei que era o caminho certo, embora seja impossível verificar as alternativas para poder comparar. Até no caso da minha iniciação, a vontade do G.:.A.:D.:U.: foi de ingressar na G.:.L.:R.:P.:, quando a alternativa G.:.O.:L.: surgiu uma semana mais tarde, tudo isto após anos de espera; também na altura não percebia bem qual fosse a via certa (quer dizer a Obediência) e mais tarde compreendi que estava no caminho que mais se relaciona com a minha maneira de sentir e pensar.

Contudo, este fatalismo não me transformou num espectador passivo; tentei fazer o que me parecia melhor para mim, mas com o cuidado de não prejudicar os outros, pois nunca senti nenhuma tendência neste sentido. Claro que não fiz sempre o bem, mas quando surgiu o mal, foi sem qualquer intenção.

Uma vez iniciado, comecei o trabalho de *desbastar a pedra bruta*, que se traduziu numa perseverante preocupação consciente de procurar o bem dentro de mim e de afastar o mal quando aparece, elementos essenciais na edificação do Templo interior desejado por todo o maçom.

O acampamento dos PPrínc.: do R.: S.: representa em detalhe os degraus ascendidos e os princípios e elementos trabalhados no nosso percurso no R.:E.:A.:A.:, na caminhada da construção do Templo, recordando, tal como afirma o Ritual, “o que é a Maçonaria e o que ela quer”.

Assim sendo, para responder finalmente à pergunta inicial, vou recorrer novamente ao *motto* do trabalho, dizendo: peço ao G.:.A.:D.:.U.: que me dê sabedoria para praticar a justiça e um coração sábio e inteligente, de modo a conseguir esforçar-me para alcançar o Real Segredo. Sei que ele poderá ser atingido somente e eventualmente na Iniciação Suprema nos Mistérios do Oriente Eterno, mas o esforço para o alcançar é fundamental para realçar a centelha divina dentro de nós e progredir no nosso caminho em direcção à Luz.

## Da Justiça e do Direito

*A JUSTIÇA considera-se justa e perfeita quando, esclarecidos os factos, as circunstâncias e o momento da sua ocorrência, se aplica a lei com equidade para que, além de expedita, célere e eficaz, seja humana e misericordiosa.*

### A justiça e o direito são os pilares básicos da segurança do Templo Social

A Maçonaria é uma Instituição de fins filantrópicos, filosóficos e educativos, dotada de poderes iniciáticos, o que a torna diferente de todas as outras, por ter competência e legitimidade para conferir iniciação aos seus membros, que associada à formação e educação destes integra um sistema de aperfeiçoamento, ético e gradual, da personalidade humana e de desenvolvimento social rumo à perfeição, a fim de combater o fanatismo e promover a união dos homens pela prática da solidariedade e da tolerância, desfazer preconceitos de distinções de raça, origem, opinião e nacionalidade.

A formação dos seus membros tem por referência a existência de um princípio superior, uma força superior, o G.:A.:D.:U.:, que preside aos trabalhos sob a forma da letra hebraica **Y Yod** ou **G** de God, e o objectivo de construir, pela ciência e pelo trabalho, uma sociedade mais justa, igualitária e solidária, dotada de uma justiça universal, que permita a que cada pessoa possa desenvolver-se livremente e às suas faculdades, formação que opera por meio de símbolos, ritos, alegorias e lendas. Lendas que têm a virtualidade de introduzir os iniciados na interpretação histórica do passado, ao aludir e comentar factos históricos de determinada época, de os guiarem na compreensão do presente com ensinamentos morais e éticos, e na construção de uma sociedade futura mais justa, harmónica e solidária.

Uma sociedade mais justa e solidária que só é possível construir combatendo as paixões e dando consistência à virtude individual e social, excluindo o fútil como se cultiva nos graus preparatórios da pedra filosofal e que contêm a história sintética do homem: os graus simbólicos que os Altos Graus desenvolvem harmonicamente numa cultura de valores que aprofundam. Valores da virtude, lealdade, da verdade, da liberdade e da justiça.

**A Virtude e a Lealdade** são valores e sentimentos éticos que integram o carácter e o estado de consciência do ser humano concretizados na forma de se ser e de se estar em sociedade, forma de se ser construída com princípios um modelo de conduta, síntese de valores diversos, ideais e convicções fortes; de se estar com humildade e sentido ético perante a sociedade em geral, as Instituições e o semelhante em particular.



A **Liberdade** é, além de um valor, um Ideal,

essência do Ser humano e de busca de sentido para a vida, sempre teve, e tem, um sentido polissémico: liberdade de passar e de movimentos; de pensar, no sentido de liberdade de consciência, de pensamento e de criação artística; de religião, crença, culto e de fé; de ideologia e de expressão.

Por ser um ideal, essência do ser humano, muitos foram, e são, os que fizeram e fazem o caminho, caminhando rumo à Liberdade. Foram e são judeus, escravos, independentemente da cor da pele e condição social, intelectuais, pensadores e escolas de pensamento e reflexão que fizeram da Liberdade assunto de eleição e tema de reflexão e de acção cívica.

A **Justiça** é de origem sagrada por ser patrocinada por um deus ou deusa e de essência divina por se considerar a continuação do poder divino de alguns deuses na terra; assenta em valores ético-sociais, mas está para além deles, ao garantir a liberdade de consciência e a intangibilidade da dignidade da pessoa humana; é o pilar da harmonia e da paz social numa comunidade dotada de ideais colectivos ao garantir, pelo direito, a cada um dos seus membros o que é seu, o que lhe pertence e o que lhe é devido, em diminuir as desigualdades sociais pelo instituto da equidade, uma das formas de dizer ou proclamar o direito: o direito é regulação de situações ambíguas e de relação delimitador e concretizador de direitos.



Inicialmente, a justiça, tinha por base um direito natural de base teológica, concepção que tudo justifica através da expressão da recta vontade de Deus ou dos deuses: o eixo de estruturação e de vinculação da socieda-

de efectuava-se numa só direcção sob os designios transcendentais do divino. Desta forma a História estava escrita nos livros sagrados e só tinha sentido como pedagogia.

Evoluiu para um Direito de base racionalista passando a ser compreendido como a expressão do recto entendimento do ser humano sobre o devir do mundo de acordo com as leis da razão, cada vez mais autonomizadas frente ao querer do divino ou do Rei soberano.

Aqui se destaca o recurso à ideia de um contracto social hipoteticamente firmado por cidadãos que se presumem iguais na posse de racionalidade: é o contracto social surgido da Revolução Francesa com a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789, que, no seu artigo 3.º, proclama o princípio de que toda a soberania reside essencialmente na nação. Duas compreensões do Direito e da Justiça que não tardariam a enfrentar dificuldades, quer pela necessidade de positivação do direito, quer pela explicação da relação entre a universalidade, a atemporalidade e a imutabilidade dos critérios teológicos ou racionais conduzindo ao juspositivismo e estruturando a ordem jurídica de forma piramidal dependendo de uma grande norma: a Constituição.

Verdade e Justiça andam associadas. Ilustremos com uma cena evangélica:

Quando Jesus de Nazaré em interrogatório perante o Governador de Romano admitiu que era Rei disse: “nasci e vim ao mundo para dar testemunho da Verdade!” Então Pilatos perguntou-lhe: “o que é a verdade?” Era evidente que o céptico romano não esperava resposta alguma à sua pergunta, e o justo Nazareno também não lha deu, porque o essencial da sua missão não era dar testemunho da verdade. Ele havia nascido para dar testemunho da Justiça.

**A JUSTIÇA**, como pedra da fundação e pilar de segurança do templo social, considera-se justa e perfeita quando, apurada a verdade, esclarecidos os factos, as circunstâncias e o momento da sua ocorrência, se aplica a lei com equidade para que, além de expedita, célere e eficaz, seja humana e misericordiosa.

# Mau é o Bem ou o Bem é o Mau?

Muitas são as tradições orais, os ensaios, as obras literárias e os postulados que, ao longo da História das diferentes culturas tem ilustrado as diferentes concepções sobre o bem e o mal, o certo e o errado! Por vezes contraditórias, relativistas ou maniqueístas, estas “verdades” vão-se arvorando como arquétipos de perfeição ética ou de justiça moral; em verdade, muitos dos princípios decorrentes das vastíssimas cogitações filosóficas, postulados religiosos ou das infundáveis “constatações” empíricas ou são fruto da mais profunda honestidade intelectual ou então parecem correr próximo do pensamento dominante, da velocidade dos dias ou da incerteza das coisas num mundo convulso, complexo e sempre relativizado nas muitas ambiguidades.

Muitas são as parábolas, os ditames e os ditados que reflectem sobre o “autêntico bem” – o filho pródigo, o trigo e o joio, o ensinar a pescar ... Mas o que diriam aqueles “idealistas”, aqueles profetas salvíficos que, em nome de Deus, acenderam fogueiras; ou, aqueles outros, que numa determinada leitura extática do caos, sonhavam com uma ordem, um Reich de mil anos? Que argumentos, que não o alcance do bem comum, sairiam da boca dos que

no decurso de revoluções, arvoravam a necessidade de purgas (até mesmo fraticidas) em nome das luzes iluministas ou do Socialismo escatológico?

Certo é, e Platão retracta-o, que os excessos do ofuscante sol não iluminam o interior sendo talvez preferível o brilho revelador da Lua; o homem mais sábio, dizem, remete-se à meditação e a um cauteloso silêncio sobre o que é considerado socialmente, ou murmurado secretamente, nunca afirmando, ou sequer pensando – o Bem reside em mim! Mau é o outro!

Quem é o outro, pergunta Tomáš Halík?

O outro, és tu; o outro, sou eu!

Em Maçonaria, nomeadamente no R.:E.: A.:A.:, elege-se a Virtude, entre os mundanos vícios como caminho para o Bem - ecuménica e insofismavelmente, sem exclusões doutrinárias. Mas também aqui, o Bem entendido como Belo, Racional e Sábio, em contraponto com o desarmonioso, irracional ou insensato, coloca-nos, rumo à Luz, pasme-se, entre Companheiros que se revelam assassinos de Hiram... Dever-se-á concluir que a linearidade do justo caminho tropeça no preconceito (que resiste),

na inconsciência (que persiste), na ganância que sobrevive às iniciações e que irá conviver todos os dias connosco? Quem são esses Companheiros?

És tu?

Sou eu!

É possível a redenção?

O Grau de Mestre, mostra-nos o Adepto como Companheiro redimido, Exaltado e, por isso, sempre vigilante, desassossegado porque os assassinos de Hiram e os viciosos comportamentos renascem vezes sem conta, exigindo perseguição audaz até à fogueira de Jaques de Molay, até que se realize, em si mesmo, Justiça - em verdade, até ao fim da vida.

É espinhoso o caminho, aparentemente contraditório, mas sem dúvida de perseveração: como afirmou Lutero, a propósito da sua demanda *“a vida cristã não consiste em sermos piedosos, mas em nos tornarmos piedosos. Não em sermos saudáveis, mas em sermos curados. Não importa o ser, mas o tornar-se. A vida (...) não é descanso, mas é um constante exercitar-se. Ainda não somos o que devemos ser, mas em tal seremos transformados. Nem tudo já aconteceu e nem tudo já foi feito, mas está em andamento. A via da virtude não é o fim, mas o caminho.*

Na Iniciação, a luz revelada não é efectivamente um fim; ou sequer um meio. A luz, é o vislumbre para um despertar na Verdadeira Luz, para uma revolução íntima, ora solitária, ora partilhada numa demanda –

obrigatoriamente altruísta - de surpreendentes descobertas, sem meio, sem fim, mas claramente para além das “pequenas verdades absolutas”.

Em muitas das situações da vida, a dinâmica da acção individual e colectiva, decorre das circunstâncias - da luta pelo livre pensamento e direitos consignados (...) ou na defesa de legítimos interesses e ambições - num meio de ferozes intolerâncias e certezas relativizadas que, nada tendo a ver com a Verdade Sagrada e intangível, se mascaram de autênticas e adequadas às necessidades do momento e do “bem comum”. Exemplo disso, foram os *pogroms*, a arvorada supremacia racial sobre o ignaro “outro”, a pretensa legitimidade do espaço vital (*Lebensraum*). Exemplo disto, são os muros que regressam, os conflitos comerciais que se estremam, os genocídios “defensivos” que ferem a mais elementar humanidade em nome...de um bem maior.

Na tardia reacção das comunidades, vão-se abafando oposições, tecendo finíssimas teias de envolvimento da consciência social pela alienação das turbas, que não pensam e, pior, dos livres-pensadores que não reagem – tudo isto, em nome do Bem.

Neste enquadramento, e no processo escatológico, o século XX é, sem dúvida, o do apogeu dos acontecimentos civilizacionais – da ciência, mas também da *ausência* de Deus! É o êxtase da capacidade humana, que salva vidas, mas também da tecnologia que erradica Hiroxima e Nagasaki. Quais seriam, pergunta-se, as consequências de uma derrota dos Aliados na segunda Guerra Mundial? A mera vitória das for-

ças do Eixo? Quem seria exposto, e condenado por crimes contra a humanidade, depois das bombas de urânio e plutônio e da aniquilação de milhões de russos às mãos de Stalin?

larmente legitimado de progressão.

E todo o processo é visível, descarado, elegendo-se de novo as “meias-verdades”, ou mesmo a “mentira estratégica” como caminho para um determinado objectivo na



Rudolf Höss, Comandante de Auschwitz, no seu seio familiar. Ao fundo, imperceptíveis, as câmaras de gás em (quase) total silêncio

Por uma ou outra razão, a mudança profunda de paradigmas e as escorregadelas do sistema democrático apresentam o século XX com uma narrativa “surrealizada”, quase romanesca, de autoritarismos que epicamente vingaram até ao fim de uma guerra (ou se quisermos, mesmo até à queda do muro), e que hoje reaparecem rejuvenescidos, com novas roupagens para apelar aos mais básicos instintos e espreitar o nosso presente e o futuro dos nossos filhos – o controle das liberdades, em troca de segurança, a banalização do sofrimento e da crueldade, numa “luta contra o mal”, a relativização do valor da vida, num processo de desumanização, de ganância, de sede de poder cada vez mais egoísta e vaidoso tem tido, infelizmente, espaço popu-

consideração que o sofrimento de inocentes crianças é efeito colateral da luta e, a fria dureza expressão de firmeza, de coragem, banalidades familiarizadas pelos *media*.

Neste exercício, eventualmente polémico, sobre a fragilização dos conceitos e valores humanos, socorro-me agora de uma autoridade decerto bem mais esclarecida - uma extraordinária mulher, filósofa, judia, que nos apresenta em plenos anos 60, o conceito de “Banalidade do Mal”. Este controverso pensamento, aprofundado por Hannah Arendt no livro “Eichmann em Jerusalém”, trouxe-lhe críticas atroz e a condenação ao ostracismo pela comunidade rabínica, numa polémica que ainda hoje se mantém.

O livro surgiu na sequência do julgamento, em Jerusalém, de Adolf Eichmann, capturado pelos serviços secretos israelitas (Mossad) na Argentina em 1960, e que a erudita acompanhou para a revista “The New Yorker”.

Nesta obra, a eminente pensadora defende que, em resultado da massificação da sociedade, dos ilusórios discursos salvíficos de uma qualquer vontade hegemónica, se criou uma multidão incapaz de fazer julgamentos morais, razão por que aceitaram e cumpriram ordens sem questionar. Mais, afirma que Eichmann, um dos responsáveis pela Solução Final, decidida na tristemente célebre Wannsee Konferenz, não é olhado como um monstro, mas apenas como um regular chefe de família, funcionário zeloso que foi incapaz de resistir às ordens que recebeu.



Rudof Hoess, zeloso alto funcionário recebendo instruções actualizadas

### O mal é, de algum modo, “justificado”.

Mas deixo-vos um outro testemunho, de um outro “monstro” do aparelho Nazi - Rudof Hoess, Comandante de Auschwitz e introdutor do infame pesticida Zyklon-B nas câmaras de gás.

Após o seu julgamento pelo Supremo Tribunal Polaco, condenado à morte por enforcamento, Hoess envia duas pungentes cartas aos filhos e, de seguida uma outra à mulher, Hedwig. E rezam, respectivamente, assim:

*Com base no meu conhecimento actual, posso ver hoje de forma clara, severa e amarga para mim, que toda a ideologia sobre o mundo, na qual eu acreditava tão firme e inabalavelmente, baseava-se em premissas completamente erradas e que um dia teriam de desmoronar totalmente. Assim, sei firmemente agora que as minhas acções ao serviço desta ideologia foram completamente erradas, embora eu acreditasse fielmente que a ideia estava correcta. Agora (e depois dos argumentos justamente exibidos em tribunal) é muito lógico que fortes dúvidas crescessem dentro de mim, e que*

*o meu afastamento da minha crença em Deus se baseava em premissas completamente erradas. Foi uma luta difícil. Mas encontrei novamente minha fé em meu Deus.*

*(Hedwig), mantenha seu bom coração. Torne-se uma pessoa que se deixa guiar principalmente pelo calor fraterno e pela humanidade. Aprenda a pensar e julgar por si mesma, com responsabilidade não aceitando tudo sem críticas e como absolutamente verdadeiro... O maior erro da minha vida foi credi-*

*tar fielmente em tudo que vinha de cima, e não ousei ter a menor dúvida sobre a verdade do que me foi apresentado (...). Em todos os seus empreendimentos, não deixe apenas a sua mente falar, mas ouça sobretudo a voz do seu coração.*

### **O mal, torna-se, de algum modo, justificado.**

Por seu lado, Eichmann, condenado pelo Tribunal de Nuremberga, nos últimos momentos da vida exclama, sem qualquer arrependimento ou amargor: *Vida longa à Alemanha. Viva a Argentina. Viva a Áustria. Estes são os três países com os quais estive mais ligado e dos quais não me esquecerei. Saúdo a minha esposa, a minha família e os meus amigos. Estou pronto. Nós nos encontraremos novamente em breve, como é o destino de todos os homens. Morro acreditando em Deus.*

### **O mal torna-se, assim, legitimado!**



A partilha desta reflexão, inspirada pelo brilhante livro de Annah Arendt (e pelo revelador filme, *Zona de Interesse*), e pela necessidade de manter viva a chama da consciência, tem como fito lembrar a juramentada obrigação de reflectirmos sobre os nosso propósitos e as nossas acções - ou a falta delas! Justificações espúrias, complacências comodistas ou menos altruistas, à luz dos nossos valores éticos e morais, em nada glorificam o Grande Arquitecto. Neste momento histórico, ameaçador da nossa própria existência física e ética, a evolução (..?) bate-nos à porta com tendências “moralizantes” e conflitos “inevitáveis” fazendo soar alarmes – as guerras do mundo, os discursos de intolerância, os apelos às armas, não contagiarão porventura os nossos próprios comportamentos tornando-os pouco maçónicos? Será que estamos a pensar pelas nossas próprias cabeças, a deixar brilhar o coração ou, simplesmente, somos espectadores, impassíveis “zelosos funcionários”?

Os momentos difíceis podem dar-nos lições de filosofia (como dizia o Aleixo), se estivermos atentos e activos. Neste caso, temo-nos uns aos outros, o nosso conhecimento, os nossos rituais plenos de estímulos e, acima de tudo, um Deus de Amor, um Divino Arquitecto que nos impele “apenas” a que cumpramos aqui, em

Baixo, a justiça que está no Alto - a Mensagem mais íntima da nossa obrigação para a construção cósmica, a evolução da Grande Obra, para o bem de TODA a humanidade.

Termino lembrando as sábias palavras de Dante – *Os lugares mais sombrios do Inferno são reservados àqueles que se mantêm neutros em tempos de crise moral.*

Em nome do G.:A.:D.:U.:, não aceitemos que se mate o futuro, que se aniquilem almas em nome do Bem.

## Não banalizemos, em nós, o Mal

P.S. Imagens do filme *Zona de Interesse* de Jonathan Glazer

*Paulo CB, 33º*





## A Academia de Estudos Maçónicos do Supremo Conselho para Portugal é já uma realidade.

A sede do Supremo Conselho para Portugal tornou-se pequena para receber os muitos convidados que, no passado dia 11 de Janeiro, quiseram assistir à primeira sessão da Academia de Estudos Maçónicos do Supremo Conselho para Portugal.

O ambiente festivo, congregador de distintas práticas e orientações maçónicas, garantiu a atmosfera fraterna que caracterizou o evento, onde a cultura serviu de pretexto para o encontro de Irmãos e amigos.

A Grande Loja Legal de Portugal/GLRP distinguiu-se, naturalmente, pela forte e re-

presentativa presença que muito contribuiu para o êxito da iniciativa.

Foi, de facto, com imensa alegria que acolhemos o M.:R.: Grão-Mestre, Ir.: Paulo Rola acompanhado pelos Antigos Grão-Mestres, Iir.: Armindo Azevedo, Júlio Meirinhos, José Manuel Anes e José Pereira da Silva e pelos membros do seu colégio de Grão-Mestrado.

Alberto Trovão do Rosário, para além de Antigo Grão-Mestre, era, em si mesmo, autêntica representação da Academia, enquanto seu membro titular e fundador.

"Significativa foi, também, a presença de representantes de corpos rituais da Grande Loja, nomeadamente do Grande Priorado Independente da Lusitânia da Ordem dos C.B.C.S., com o Ir.: João Oliveira e Silva, do Supremo Grande Capítulo do Arco Real de Portugal, com o Ir.: Armando Anacleto, do Grande Conselho de Mestres Reais e Escolhidos de Portugal, com o Ir.: Joaquim Cardoso Martins e da Grande Comenda de Cavaleiros Templários de Portugal, com o Ir.: Nuno Lopes.

Mas foi sobretudo um momento especial de convívio com Irmãos de outras obediências, cientes da importância da partilha de ideias, fundamental na defesa da Maçonaria Universal.

O GOL distinguiu-nos com a presença do seu M.:R.: Grão-Mestre, Ir.: Fernando Cabecinha e do Soberano Grande Comendador, Ir.: João Alves Dias.



Prestigiante foi também a representação da Grande Loja Feminina de Portugal, com a presença da sua M.:R.: Grã-Mestre, Ir.: Anabela Valente, da Past Grã-Mestre, Ir.: Odete Isabel e da Past Soberana Grande Comendadora, Ir.: Monique Esteves.

Estimulante foi, ainda a presença de muitos convidados não maçons, atentos ao que se passa na maçonaria portuguesa.

No que nos diz respeito, estaremos sempre abertos e receptivos a novos contactos e participações, seguros de que, onde outros constroem muros, nós ergueremos pontes de diálogo e partilha.



A sessão atingiu um elevado nível cultural, reconhecido por todos os presentes, servindo de incentivo às futuras realizações da Academia.

Após a dissertação de apresentação da Academia pelo seu Presidente, o M.: P.: Soberano Grande Comendador, Ill.: Ir.: Manuel Alves de Almeida, os trabalhos prosseguiram com a intervenção do



Presidente do Conselho Coordenador da Academia, Prof. Doutor João Pissarra, que fez a apresentação do académico fundador e titular, Professor Doutor Leopoldo Gui-



marães, que nos iria brindar com uma oração de sapiência subordinada ao tema “A Religião e a Igreja nas vertentes do antropocentrismo versus transhumanismo”.

A eloquência transbordante do orador iluminou a tarde desse 14 de Janeiro, aquecendo o espírito e o coração de todos os presentes, facto manifestamente reconhecido pelo arguente, Prof. Doutor José Augusto Felício, membro fundador e titular da Academia, que apreciou e comentou a oração de sapiência.

Estava criado o ambiente perfeito para que as Musas interviessem, contribuindo para a harmonia criadora de que a Academia pretende ser o cadinho, qual *mater generatrix*.



# Alocação do Presidente da Academia

“A Academia de Estudos Maçónicos do Supremo Conselho para Portugal

Uma realidade em permanente construção”.

Reunimo-nos hoje com a informalidade que este acto solene permite para marcar o início dos trabalhos da Academia de Estudos Maçónicos do Supremo Conselho para Portugal.

Ainda que pomposo na aparência, este momento reveste-se, na realidade, da singularidade que caracterizou o surgimento das academias setecentistas, resultantes da necessidade de “perceber as articulações entre a institucionalidade do saber e as realidades do poder que o enquadravam”<sup>1</sup>.

Realidades e estruturas de poder e de saber que, no universo católico, se tinham organizado a partir das directrizes emanadas de Trento, em 1564.

A primeira metade do século XVII fora marcada pelo desejo das elites urbanas (burguesia e nobreza) de aceder ao conhecimento e diversificar o seu conteúdo. Estas elites aspiravam a um modo de divulgação de conhecimento que imitasse o academismo italiano, ao mesmo tempo que desejam criar novos espaços de comunicação académica.

De facto, as primeiras reuniões de amigos das *Belles Lettres* inspiraram-se nas academias que durante o Renascimento haviam florescido em Itália, com destaque para Florença, onde, ainda durante o século XV, tinha sido criada uma Academia de inspira-

ção platónica, com a protecção de Cosimo de Medici, il Vecchio, de seu filho Pietro, il Gottoso e de Lorenzo, il Magnifico.

Academia que, surgindo tanto da tradição local das confrarias laicas e dos círculos literários do *Quattrocento* como da influência da Academia que funcionava anexa à Universidade de Pádua, por elitista, deixava de fora muitas famílias da média burguesia.

Foi para dar “uma segunda oportunidade aos comerciantes que não tinham acesso à cultura clássica”<sup>2</sup> que um grupo de jovens comerciantes florentinos fundou, em Novembro de 1540 e sob a égide ducal, *L’Accademia degli Humidi* consagrada à poesia, à filosofia e mais tarde às ciências.

No ano seguinte adoptaria o nome de *Accademia Fiorentina*, acompanhando a sua história as vicissitudes da Família Medici. Exemplo da sua vitalidade é a publicação do *Decameron* de Boccaccio, fundamento da língua toscana e base do italiano moderno, apesar das reticências e oposição das autoridades religiosas.

É este ambiente cultural que Francisco I vai encontrar na sua incursão italiana, a partir da qual se tornou um adepto fervoroso do Humanismo italiano e o grande impulsor do Renascimento em França. Funda-

dor do Collège Royal, futuro Collège de France, despertou nas elites francesas o grande interesse pelo conhecimento, fazendo dele um dos instrumentos da centralização do poder.

Na França do século XVII, a criação das academias fez parte de um movimento de regulamentação da vida cultural e artística, desejado pela monarquia absoluta que pretendia reunir os mais notáveis estudiosos, cientistas e criadores, estabelecendo uma ligação entre o conhecimento e o poder, um diálogo entre os académicos e o poder real que se manteria até à Revolução.

Movimento que apenas pode ser compreendido pelo ambiente criado a partir de Francisco I e que despertara na burguesia comercial e na nobreza de corte um desejo, tornado moda, de aceder ao conhecimento nos moldes das academias italianas.

Entre as primeiras academias, algumas limitavam-se a divulgar o conhecimento estabelecido, enquanto outras favoreciam os esforços de investigação e reuniam académicos que desejavam fazer avançar o conhecimento, como Descartes e Pascal.

É certo que, secretamente, já, em 1570, reunia a *Académie de musique et de poésie* que, em 1574, adoptaria o nome de *Académie du palais*, no âmbito do universo calvinista.

Richelieu rapidamente se apercebeu das suas virtualidades para apoio da política de consolidação do poder régio e da necessidade de controlar as discussões que nelas se realizavam.

A primeira a surgir, sob a influência do cardeal, com o claro objectivo de servir de

instrumento régio para um maior controlo do país, foi a Academia Francesa, em 1635. Resultou da institucionalização das reuniões literárias que se realizavam já, desde 1629, em casa de Valentin Conrart, Secretário de Luís XIII e tornar-se-á na principal garante da beleza da Língua francesa, enquanto instrumento unificador da monarquia absoluta. Para além de embelezar a Língua francesa, devia “la nettoyer des ordures qu'elle a contractées ou dans la bouche du peuple, ou dans la foule du Palais et dans les impuretés de la chicane, ou par les mauvais usages des courtisans ignorants». Da sua actividade resultou a publicação do primeiro *Dictionnaire de l'Académie française*, em 1694<sup>3</sup>.

Rapidamente outras se lhe seguiram abrangendo todas as áreas do conhecimento, por influência de Colbert. *L'Académie de Peinture et de Sculpture*, em 1648, *L'Académie des Inscriptions*, em 1663, transformada em *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, em 1666, ano em que foi fundada a *Académie des Sciences* sob o modelo da Royal Society que fora fundada em 1662, a *Académie royale de Musique*, em 1669 e a *Académie royale d'architecture*, em 1671.

Pouco a pouco, com maior incidência no século XVIII, as academias provinciais vão surgir um pouco por todo o lado.

Primeiro nas cidades do Sul, como em Arles e Toulouse, gerando um ambiente que poderíamos designar como pré-enciclopédico, pelo carácter científico que desempenham.

Diferente, como diferente foi a evolução política, foi a aparição das academias no Reino Unido. O livre pensamento e a autonomia individual perante o poder régio

exerceram uma oposição de tal forma exacerbada que, nenhuma das muitas sugestões para a constituição de academias, idênticas às italianas e francesas, obteve o mínimo êxito.

Exceptua-se, naturalmente, a Royal Society que podemos enquadrar no âmbito das Academias e que a si própria se define como a mais antiga academia científica em existência contínua.

Não deixa de ser um interessante paradoxo constatar que, no país onde o Iluminismo dera os primeiros passos com Thomas Hobbes e John Locke, acabasse por haver dificuldades acrescidas na constituição das Academias que, de alguma forma caracterizam essa época histórica.

Portugal, apesar de isolado neste extremo ocidental europeu e virado para o Atlântico, não deixava de receber as influências iluministas que varriam a Europa a partir de Paris. Embora, aliado preferencial de Inglaterra, com a qual estabeleceu as mais próximas relações políticas, económicas e militares, dando origem ao que se revelaria uma insidiosa dependência da pérfida Albion, era em França que encontrava o modelo a seguir para a política de um crescente centralismo de poder que se pretendia o mais absoluto possível.

E, com as ideias políticas, vinham as que se manifestavam nos diversos movimentos culturais. A relação de amor-ódio que se estabeleceu no final de seiscentos com os “estrangeirados garantiu que em Portugal se reproduzissem as academias segundo o modelo francês que, entretanto, haviam espalhado até aos confins da Rússia com a Academia das Ciências de S. Petersburgo criada em 1724.

D. Luís da Cunha e Ribeiro Sanches são

exemplos do borbulhar que se verificava no cadinho cultural deste Portugal de setecentos e que, a partir de 1759 e até 1772, com o Marquês de Pombal conduziu à expulsão dos Jesuítas, à fundação do Real Colégio dos Nobres e à reforma dos Estudos Menores e da Universidade d Coimbra.

As elites portuguesas estavam receptivas e prontas para receber as novas ideias, como fica evidente pela discussão e contra-argumentação em resultado do racionalismo e reforma enciclopédica desenhados no *Verdadeiro Método de Estudar*<sup>4</sup> de Luís António Verney, em 1746.

Foi neste contexto que D. Francisco Xavier de Meneses, 4.º Conde da Ericeira fundou no seu palácio, em 1717, a Academia Portuguesa onde os debates sobre temas literários alternavam com os que abordavam Filosofia, Matemática e Física. O Conde da Ericeira fora frequentador e presidente da Academia dos Generosos que funcionou em Lisboa de 1647 a 1667 dedicada quase exclusivamente ao debate sobre temas literários, como o haviam sido a Academia Bracarense fundada na segunda metade do século XVI<sup>5</sup> por Frei Bartolomeu dos Mártires e que funcionava como academia eclesiástica e casa de ensino religioso e as eborenses Academia Sertória, Academia dos Ambientes e Academia Eborense, sob a protecção cultural do mecenas eborense Manuel Severim de Faria, chantre da Sé de Évora, fazendo lembrar a *Corte na Aldeia*<sup>6</sup> de Francisco Manuel de Melo<sup>7</sup>.

Será, no entanto, com D. João V que este movimento assumirá a verdadeira dimensão que o Estado lhe pretendia atribuir, enquanto instrumento da política centralizadora do poder. A criação, em 1720 de uma Academia Real com o objectivo de “recriar



## ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

a História de Portugal, eclesiástica e civil, dentro de um ponto de vista erudito e monumental”<sup>8</sup> enquadra-se claramente neste objectivo, também perseguido pelo abade Correia da Serra e pelo duque de Lafões ao proporem, à rainha, “a criação e o patrocínio de uma Academia das Ciências dividida em duas classes, a de Letras e a de Ciências. Nos dois casos, a proximidade do Poder e a aristocratização dos seus membros e dos saberes divulgados ou recuperados andam em paralelo”<sup>9</sup>. Fundada em 1179, mantém, segundo a sua própria descrição, *atividades ininterruptas de promoção, divulgação e partilha de conhecimento nos domínios das ciências e humanidades. Conserva e valoriza o riquíssimo património à sua guarda, disponibilizando as suas coleções em acesso aberto. Inscreve na sua missão o aconselhamento científico independente em matérias cruciais para o desenvolvimento do país*<sup>10</sup>.

Ao apresentarmos hoje esta Academia, não deixamos de nos rever no carácter enciclopédico que presidiu ao aparecimento das que nos precederam. Profanas ou de

inspiração maçónica. Entendemo-lo, no entanto, dentro do espírito universalista actual, sem esquecer a máxima de Publius Terentius: *Sou um Homem, nada do que é humano me é estranho*.

Por isso a pretendemos aberta à investigação e divulgação dos saberes que, no espírito de Terêncio, digam respeito à Maçonaria, sem distinções de género ou de religião, aberta a iniciados e a profanos.

### Notas:

1. António Camões Gouveia, Estratégias de interiorização da disciplina”, in *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*, dir. José Mattoso, Quarto Volume, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p.420.
2. Michel Plaisance, *L'Accademia e il suo Principe. Cultura e politica a Firenze al tempo di Cosimo I e di Francesco de' Medici. L'Académie et le Prince. Culture et politique à Florence au temps de Côme I<sup>er</sup> et de François de Médicis*, Mandiana: Vecchiarelli Editore, 2004, p. 54.
3. Pellisson & D'Olivet, *Histoire de l'Académie française*, éd. par Ch.-L. Livet, Paris, Didier, 1858, p. 23.
4. Luís António Verney, (1713-1792) *Verdadeiro método de estudar: para ser útil à Republica e à Igreja : proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal / Exposto em várias cartas, escritas polo R. P. Barbadinho da Congregação de Italia, ao R. P. Doutor na Universidade de Coimbra*; Tomo primeiro e segundo, Valença [Nápoles]: na oficina de Antonio Balle [Genaro e Vincenzo Muzio], 1746. - 2 vol.
5. Elze Maria Vonk MATIAS, *As academias literárias portuguesas dos séculos XVII e XVIII*, dissertação de Doutoramento, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1988. p. 258, nota 1.
6. Francisco Rodrigues Lobo, (1580-1622) *Côrte na aldeia e noites de inverno*, Lisboa: por Antonio Alvarez Impr. DelRey, 1619.
7. Elze Maria Vonk MATIAS, *op. cit.* p. 200. O academismo eborense manter-se-á durante o século XVIII como se percebe pela referência à Academia Retórico-Poética da Universidade de Évora que a *Gazeta de Lisboa* indica estar a funcionar entre Agosto e Outubro de 1741.
8. António Camões Gouveia, *op. cit.* p. 444.
9. *Ibid.*
10. <https://www.acad-ciencias.pt/> 11/01/2025

*Manuel Alves de Almeida, 33º*

Soberano Grande Comendador  
Presidente da Academia de Estudos Maçónicos

*Sou um Homem, nada  
do que é humano me é  
estranho...*

*Publius Terentius*



*Sapientiam autem non vincit  
malitia*

*Sabedoria, 7:30*

# Rito Escocês

## Desafios, Oportunidades e Possíveis Soluções

\*

### Introdução

A História da Maçonaria tem-se caracterizado por um conjunto de ideais e princípios, nos quais a busca do conhecimento e a afirmação da fraternidade são uma constante. Deixaram já a sua marca nas Constituições de York que, segundo a tradição, terão sido adoptadas no ano de 926, em Assembleia convocada pelo Príncipe Edwin, filho do Rei Athelstan que a História regista como o unificador dos vários reinos ingleses e que a Crónica Anglo-Saxónica descreve como preferindo a diplomacia à guerra, embora nunca se furtando a esta quando a primeira não obtinha resultados.<sup>1</sup>

No Artigo nº 4, as Constituições de York são claras ao defenderem que *os Irmãos devem ser fiéis uns com os outros e comunicar as descobertas que fizerem na arte e ajudar-se mutuamente uns aos outros; Acrescenta que não devem caluniar-se e se acontecer um irmão falhar nos seus deveres para com outro irmão ou qualquer pessoa, ou se tornar culpado de qualquer outra falha, todos devem ajudá-lo a reparar o erro e a corrigir-se para o futuro.*<sup>2</sup>

Os mesmos princípios podem ser encontrados nos Estatutos dos Canteiros de Bolonha de 1248<sup>3</sup>, no Manuscrito Regius de 1390<sup>4</sup>, nas Constituições dos Maçons de Estrasburgo de 1459<sup>5</sup> e nos Estatutos de Ratisbona de 1498<sup>6</sup>, o que nos permite concluir que entre os maçons operativos do período medieval a partilha de conhecimento e a fraternidade eram princípios fundamen-

tais que garantiam a coesão interna e a independência da corporação, fundamentais para o seu prestígio perante a comunidade.

Senhoras de um conhecimento que consideravam reservado apenas aos iniciados como aprendizes na corporação, a importância das corporações de pedreiros foi decaindo a partir do Renascimento quando uma maior erudição, de alguma forma, vulgarizou muitos dos conhecimentos de arquitectura que vinham desde o período clássico. Estão neste caso os *De Architectura Libri Decem* de Marco Vitruvius<sup>7</sup>.

A obra de Vitruvius foi objecto de algumas cópias durante os séculos VIII e IX, garantindo conhecimentos de Geometria, Matemática, Astronomia, Música e Hidrologia que contribuíram para o apogeu do Renascimento Carolíngio. O seu conhecimento, contudo, permaneceria seriamente reservado, apenas tendo uma mais ampla divulgação nos finais do século XV, durante o Renascimento italiano.

Os desafios que, até então, se colocavam às corporações limitavam-se à defesa dos interesses dos seus membros, estruturados hierarquicamente, num quadro em que a grande maioria das obras de construção eram iniciativa da Igreja, o que, naturalmente também contribuía para o seu carácter profundamente religioso.

A corporação tornava-se um mundo fechado, onde tanto a assistência como a formação eram garantidas<sup>8</sup>. Sem, contudo, conseguir manter-se totalmente alheada das con-

vulsões sociais e religiosas de inspiração milenarista que ao longo dos séculos XV e XVI agitaram a Europa central, contribuindo para que muitos dos estaleiros de obras catedralícias tivessem, durante anos, ficado desertos<sup>9</sup>.

### Período Iluminista

Mas a roda da História não parava e quer a revolução científica associada ao trabalho de Johannes Kepler, Galileu Galilei, Francis Bacon, Pierre Gassendi e Isaac Newton quer o avanço do pensamento filosófico racionalista com Descartes, Hobbes, Spinoza, Leibniz e John Locke ameaçavam subverter toda a estrutura social, política e mental até então conhecida. E se a Maçonaria operativa não podia ficar indiferente a esta Revolução que hoje designamos como Iluminismo, o mundo da intelectualidade começou a interessar-se com especial cuidado por aquela gente a quem se devia a concepção e construção dos mais belos edifícios conhecidos. E a miscigenação cultural foi acontecendo.

Quando, em 2 de Setembro de 1666, um grande incêndio deflagrou em Londres destruindo grande parte da cidade medieval, não haviam, ainda, decorrido seis anos desde que um grupo de intelectuais se reunira pela primeira vez, para, sob o *motto* “Nullius in verba” constituir a Royal Society. Era a clara assumpção da dúvida metódica e, entre eles, distinguiam-se Robert Boyle, John Evelyn e John Locke. Seis anos mais tarde juntar-se-lhes-ia Isaac Newton.

Se os dois primeiros nunca franquearam os umbrais do Templo, é praticamente certo que Locke e Newton foram iniciados quando as confrarias de pedreiros não tinham mãos a medir para reconstruir a cidade, apesar de o projecto vitruviano do maçom Christopher Wren ter sido rejeitado.



Sir Christopher Wren (1632-1723)

A par dos desafios técnicos associados à realização da obra de reconstrução da cidade, certamente debatidos nas reuniões das várias lojas associadas aos canteiros da pedra (St. Paul Minster stoneyard Lodges), outros se colocavam aos maçons especulativos que cada vez mais se interessavam pelas corporações de pedreiros operativos, frequentando e sendo admitidos nas suas lojas.

Londres transformava-se num imenso estaleiro com as obras do Hospital de Chelsea, de Somerset Hall, do Palácio Real, do palácio Episcopal de Winchester, mas especialmente da catedral de S. Paulo, a mais grandiosa obra que a cidade já vira e que pretendia rivalizar com a grandiosidade de S. Pedro em Roma.

Mas, para além dos problemas inerentes à realização de obra tão gigantesca e da especulação filosófica inerente a homens cultos

influenciados pelo pensamento iluminista dos empiristas britânicos como Francis Bacon, Thomas Hobbes, John Locke e David Hume, entre outros, à Maçonaria impunha-se a resolução de um problema que, sendo político, permanecia como uma latente e permanente ameaça à paz na sociedade britânica, a questão da intolerância religiosa associada à luta entre dois modelos de definição política do poder.

A luta entre católicos, defensores de um modelo político de monarquia absoluta de direito divino, e protestantes, genericamente apoiantes de um modelo constitucional parlamentar, continuava a ser o grande ponto da discórdia, que havia já provocado uma brutal guerra civil e levado ao cadafalso o rei Carlos I.

A defesa da Liberdade, nas suas mais amplas perspectivas, tornou-se o maior desafio da Maçonaria especulativa nascente. Liberdade de pensamento, liberdade de consciência, liberdade de expressão e liberdade de comércio associadas à defesa de um regime político parlamentar passaram a ser os grandes desafios da maçonaria inglesa, ainda que, mesmo após a criação da Grande Loja de Londres, em 1717, não se envolvesse institucionalmente em questões políticas.

Foram, no entanto, os ideais libertários de tolerância que inspiraram os apoiantes da Revolução Gloriosa que, em 1619, puseram, definitivamente, fim à monarquia de direito divino e permitiu a emancipação das múltiplas correntes religiosas minoritárias da sociedade britânica.

As Lojas maçônicas, ao contrário dos elitistas e aristocráticos clubes ingleses, abriam as suas portas aos membros da classe média burguesa, comerciantes, artesãos e militares de baixa patente.

As tensões sociais existentes na sociedade

britânica esbatiam-se no interior da Loja, onde se cruzavam membros da aristocracia rural com os da burguesia que vivia do comércio e da finança, onde luteranos, calvinistas e anglicanos conviviam com papistas católicos, num ambiente de fraterna e sã convivência.

Estavam criadas as condições para que Andersen inscrevesse a tolerância religiosa nas suas Constituições e dela se fizesse uma das principais bandeiras da maçonaria especulativa. Princípio inadmissível para a Igreja Católica, incapaz de aceitar a fraterna convivência entre fiéis de distintas religiões, o que provocaria a publicação da primeira condenação pública da Maçonaria, através da Bula *In eminenti apostolatus specula* de Clemente XII, em 1738.

Tolerância e Liberdade. Eis os dois grandes desafios que, ainda hoje, se mantêm válidos.

Foram eles que, a partir de 27 de Dezembro de 1813, acabaram por reunir, numa única instituição, os maçons da Grande Loja de Londres e os da Grande Loja dos Antigos que naquela não haviam sido aceites, talvez por se tratar maioritariamente de imigrantes escoceses e irlandeses, de meio social mais humilde.

Ultrapassado o sobressalto provocado pela Revolução Francesa e com Napoleão confinado em Santa Helena, os desafios colocados à maçonaria britânica passavam a ficar enquadrados dentro da serena cumplicidade entre a Grande Loja de Inglaterra e a Coroa.

Diferente foi o processo da instalação da Maçonaria especulativa na Europa continental e os desafios colocados aos seus maçons, apesar de os principais impulsionadores do Iluminismo continental terem sofrido grande influência dos pensadores empiristas britânicos<sup>10</sup>.

A manutenção férrea de uma monarquia de direito divino e a perseguição desencadeada pela coroa francesa aos huguenotes<sup>11</sup>, fizeram com que a Maçonaria gaulesa, apesar de filha da britânica, seguisse um rumo distinto que a levou a apoiar os ímpetus revolucionários de 1789<sup>12</sup>. Nunca mais perderia o ímpeto revolucionário que a levava, já, a apoiar os maçons americanos na sua luta contra a coroa britânica e que culminaria com a independência dos Estados Unidos da América, em 4 de Julho de 1776.

Espírito revolucionário que se disseminou ao longo dos impérios coloniais, cujas comunidades viam na Maçonaria o amparo ideológico que fortalecia a sua ânsia de independência em relação às metrópoles.

da ao que viria a ser a criação, em 1801, do primeiro Supremo Conselho, em Charleston<sup>13</sup>.

### Período Liberal

À onda autonómica que percorreu toda a América Latina, a partir da independência do Paraguai em 1811 e que culminaria com a independência de Cuba em 1898, correspondeu, na Europa, ao desmanchar da teia urdida por Metternich na Conferência de Viena.

Nos dois processos, teve toda a Maçonaria um papel fundamental, correspondendo aos seus desígnios de libertação dos povos, num caso do jugo colonial e noutra da tirania de monarcas ansiosos pela vingança



Não surpreende, assim, que a primeira independência colonial se registasse no Haiti, onde a economia dependia fundamentalmente do trabalho escravo, apesar de uma forte presença maçónica, intimamente liga-

contra a libertinagem revolucionária e jacobina.

Tratou-se de um processo em que o liberalismo e o nacionalismo desfraldaram as suas bandeiras, dando origem a monarquias

constitucionais e à reunificação da Itália e da Alemanha. Processo lento que culminaria com a extinção dos impérios em território europeu em 1918.

Simultaneamente, também a luta contra os mais desprotegidos, aqueles a quem nem uma réstia de liberdade era concedida se tornou um dos objectivos da maçonaria, sobretudo pela acção directa de muitos maçons influentes na sociedade.

Entre eles destaca-se, de imediato, o papel proeminente de August Frederick, Duque de Sussex, filho de Jorge III e Grão-Mestre da Grande Loja Unida de Inglaterra de 1813 a 1843<sup>15</sup>. Em 1806 tornou-se um forte apoiante do Projecto de Lei de Restrição à Importação de Escravos e, nas décadas seguintes, um forte apoiante dos pontos de vista anti-esclavagistas.

Outro maçon ligado à Casa Real e que desempenhou um relevante papel na luta contra a escravatura foi William Frederick, Duque de Gloucester, bisneto de Jorge II e sobrinho e genro de Jorge III.

O espaço do Freemasons' Hall tornou-se um dos locais onde frequentemente se realizavam reuniões patrocinadas por organizações anti-esclavagistas, nas décadas que se seguiram à abolição.

Não faltam mesmo referências ao envolvimento de Lojas nesta campanha, como sucedeu em Kent onde algumas Lojas se preocuparam em saber da legitimidade para contribuir para os custos de financiamento de um projecto de lei anti-esclavagista, mas também com a Loja de Gravesend cuja mudança de nome para “Lodge of Freedom” pode ter sido influenciada pela publicidade dada à campanha abolicionista.

Também, no outro lado do Atlântico, a luta anti-esclavagista despertou o interesse, ainda que, por vezes tardio, de algumas individualidades como sucedeu com Benjamin

Franklin que, na fase mais tardia da vida assumiu um vigoroso compromisso anti-esclavagista<sup>16</sup>.



A luta contra a escravatura não foi um processo bonito e nem sempre encontrou todos os maçons no lado certo da barricada. A Society for Effecting the Abolition of the Slave Trade, surgida em 1833, não teve um início de vida fácil, pois colocava em causa um dos comércios mais rendáveis da época, o tráfico negreiro. Cite-se, como exemplo, a Loja Merchants de Liverpool onde alguns membros, como Thomas Golightly, eram proprietários e investidores no comércio negreiro, enquanto outros apoiavam o parlamentar abolicionista da cidade, William Roscoe<sup>17</sup>, à semelhança do que sucedeu nos Estados Unidos da América onde o problema da escravatura colocou maçons americanos em campos opostos durante a sangrenta Guerra da Secessão, entre 1861 e 1865.

Mas como as lojas maçónicas estavam impedidas, pelas suas constituições, de manter ou participar em controvérsias políticas ou religiosas, as fontes maçónicas contribuem relativamente pouco para o nosso conhecimento sobre as batalhas políticas que se travavam em torno da escravatura ou da organização política de campanhas a favor ou contra ela. O punhado de lojas maçónicas que, mais tarde, adoptariam o nome de Wilberforce em sua homenagem estariam a forjar uma associação mental entre causas



*o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.*

Nela se baseou o novo processo de libertação dos povos com as independências das colónias africanas e asiáticas. Nem sempre pacífica quando a maçonaria e o escocismo estiveram à margem do processo como sucedeu com a Maçonaria Francesa durante a guerra da Argélia e com a independência das colónias portuguesas, só possível após a reintrodução da democracia e o fim da perseguição à Maçonaria.

### **Conclusão**

Com o fim da Guerra Fria houve quem julgasse termos atingido o fim da História<sup>19</sup>, talvez pensando que os pequenos conflitos regionais apenas serviriam para nos recordar que a perfeição absoluta é um ideal nunca plenamente alcançável. Mas a globalização crescente com o fomento dos contactos pacíficos entre os povos, o crescimento económico dos países menos desenvolvidos e a massificação dos produtos num mercado cada vez mais global, acabaram por criar novos problemas que hoje se colocam também à Maçonaria.

À frente de todos eles, surge a questão da crise ecológica em resultado das alterações climáticas provocadas e ou ampliadas pelo modelo de crescimento económico que temos vindo a adoptar.

As questões levantadas por este problema mereceram a reflexão dos Supremos Conselhos presentes na XVIII Conferência Mundial, realizada em Lisboa, em 2015.

Aí afirmava, então, o Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho para Portugal, P.: Irmão Agostinho Garcia, 33º, que se “impõe uma reflexão sobre o ambiente e sobre a exploração irresponsável de recursos finitos de modo a garantirmos aos vindouros e às outras espécies um planeta

habitável”.

Como muitas vezes é referido pelas Nações Unidas, o tempo em que vivemos é a Idade do Desenvolvimento Sustentável. Uma idade que teve um momento inicial em Setembro de 2015, quando em Nova York foi aprovada a Agenda 2030 pelos 193 Estados representados na Assembleia Geral da ONU. Compromisso que seria renovado, três meses depois em Paris, quando os mesmos Estados se comprometem com o Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas, onde ficaram estabelecidos os princípios que devem ser seguidos para inverter, ou conter o Aquecimento Global do Planeta até 2 ° C, até 2050.

Todos sabemos como as boas intenções manifestadas em Paris, e reforçadas em 2021 em Glasgow, pouco reflexo tiveram no mundo real, o que nos coloca um desafio existencial, quase esquecido perante a tragédia das guerras que devastam a Europa Oriental e o Médio Oriente.

A insanidade mental que varreu o mundo dos anos trinta e quarenta do século XX e julgáramos definitivamente enterrada, subitamente passou a entrar-nos porta adentro, num ritual de violência que não aceitamos, mas, na prática, nos deixa apáticos.

No entanto, já em 2015, Agostinho Garcia acrescentava pressentido a gravidade que alguns factos viriam a assumir nos anos seguintes: “Nestes tempos algo conturbados, em que o descontentamento dos povos parece roçar já os limites da revolta – mais ou menos patente - é missão dos Obreiros Escoceses, enquanto iniciados nos mistérios da condição humana, um papel preponderante na tarefa de lhes devolver a esperança.”<sup>20</sup>.

Esperança que parece faltar à avalanche de imigrantes que, impossibilitados de aceder a uma vida com um mínimo de dignidade,

se apresentam nas fronteiras do mundo desenvolvido, contribuindo para o acentuar do medo do diferente, potenciador dos populismos que ameaçam fazer-nos retroceder a tempos negros que julgávamos esquecidos.

Esperança perante os novos desafios como os colocados pelo desenvolvimento da Inteligência artificial e que as questões associadas ao transhumanismo, já abordado na Conferência Mundial de Assunção, faziam pressentir.

Estamos, pois, confrontados com um conjunto de desafios a que, como escocistas temos de responder. E sendo um desafio, é simultaneamente uma oportunidade para nos desembaraçarmos da indiferença a que, talvez tenhamos sucumbido.

Indiferença quando julgávamos não existirem mais batalhas a serem vencidas. Indiferença resultante da acomodação à rotina dos dias, quando as grandes causas a vencer se resumem a encontros sociais.

Estaremos nós, meus Irmãos, no lugar dos mornos que o Livro da Revelação afirma serem vomitados da boca do Senhor?

Temos, porém, o poder nas nossas mãos. O poder de afirmar alto os nossos valores, fazendo alinhar os nossos princípios históricos com os objetivos da ciência aberta e do desenvolvimento sustentável. Estabelecendo um compromisso com a educação e a divulgação do conhecimento, o mais poderoso catalisador para a adoção ética das tecnologias emergentes que, com a inteligência artificial e o *blockchain*, podem oferecer oportunidades únicas de promoção de sustentabilidade e paz global, numa estrutura de ciência aberta, alinhadas com os valores maçónicos da igualdade, fraternidade e busca do conhecimento.

Ousemos.

## NOTAS:

\* - Texto apresentado à XXI Conferência Mundial de Supremos Conselhos, realizada em Bucareste entre os dias 7 e 11 de Maio de 2025.

1. The Anglo-Saxon Chronicle, Online Medieval and Classical Library Release #17, <http://mcclibrary.org/Anglo/>, consultada em 9/04/2025.
2. Antiguos documentos de la masonería: los antiguos deberes, <https://cibeles.org/documentos-antiguos/>, consultado em 09/04/2025.
3. *Statuta et Ordinamenta Societatis Magistrorum Tapia et Lignamiis*.  
<https://www.freemasonryresearchforumqsa.com/carta-di-bologna.php>, consultado em 14/04/2025
4. <https://www.gpsdf.org/documents/Regius%20Halliwell%20Manuscript.pdf> consultado em 14/04/2025.
5. <http://www.freemasons-freemasonry.com/strasb.html> consultado em 14/04/2025.
6. <https://gle.org/estatutos-de-ratisbona-1498/> consultado em 14/04/2025.
7. <https://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Vitruvius/home.html> consultado em 14/04/2025.
8. A este propósito, atente-se no artigo nº 44 dos Estatutos de Ratisbona: “Nenhum Mestre ou Companheiro que não pertença à corporação deve receber o menor tipo de ensinamento.”
9. Norman Cohn, *The Pursuit of the Millennium: Revolutionary Millenarians And Mystical Anarchists Of The Middle Ages*, London: Vintage Publishing, 1993.
10. Montesquieu foi um claro discípulo das ideias de John Locke e Jean Jacques Rousseau, perseguido pela coroa francesa, em 1765 refugiou-se em Inglaterra a convite de David Hume. Também Voltaire se refugiou em Inglaterra, onde tomou contacto com as ideias de John Locke, passando a defender os princípios da tolerância religiosa e de uma monarquia constitucional. Nas “Cartas Inglesas ou Cartas Filosóficas”, publicadas em 1734, Voltaire comparava o atrasado absolutismo francês com a liberdade inglesa. Curiosamente, nenhum deles viveu tempo bastante para assistir ao eclodir da Revolução Francesa para poder avaliar os efeitos práticos das suas ideias.
11. Entre os principais episódios de perseguição religiosa salienta-se o massacre da noite de S. Bartolomeu, em 1572, durante a qual foram assassinados vários milhares de protestantes franceses e a publicação do Édito de Fontainebleau de Luís XIV, em 1685, anulava todos os direitos que o pacificador Édito Nantes lhes havia concedido em 1598.
12. O dia 14 de Julho de 1789 ficará para a História como a data fundadora da Revolução francesa, associado à tomada da Bastilha, símbolo da opressão régia

13. Jean-Baptiste Marie de La Hogue, um dos responsáveis pela criação do Supremo Conselho em Charleston surge registado como Grande Inspector Geral da Ordem de Príncipe do Real Segredo das Antilhas Francesas, <https://gw.geneanet.org/samlap?lang=pt&n=de+la+hogue&p=jean+baptiste+marie> e o seu genro Alexandre François Auguste, Conde de Grasse, Marquês de Tilly, acompanha-o, em 1793, na sua fuga para Charleston, após a revolta dos escravos no Haiti.
14. Se a Maçonaria britânica via, naturalmente, com simpatia o surgimento de monarquias constitucionais na Europa, tinha nas independências da América Latina um especial interesse, porquanto os mercados coloniais eram de importância fundamental para a sua economia.
15. Foi sob o seu patrocínio que se estabeleceu em Portugal a primeira Grande Loja com a designação de Grande Oriente Lusitano, em 1802
16. Geoffrey Cubitt, *Squaring the Triangle: Freemasonry and Anti-Slavery*, University of York <https://archives.history.ac.uk/1807commemorated/exhibitions/museums/squaring.html> consultado em 15-04-2025.
17. <https://archives.history.ac.uk/1807commemorated/exhibitions/museums/squaring.html> consultado em 15-04-2025.
18. William Wilberforce destacou-se no movimento abolicionista, liderando uma campanha contra o tráfico de escravos no parlamento inglês que resultou, em 1807, na aprovação do *Act for the Abolition of the Slave Trade*.
19. Francis Fukuyama, *The End of History and the Last Man*, 1992.
20. *Proceedings XIX World Conference of the Supreme Councils 33°*, Lisbon, May 13 - 17, 2015, p. 110.

*António M. Balcão Vicente, 33°*



# Eventos

Em 8 de Fevereiro de 2025, em Atenas, foi formal e ritualmente consagrado o Supremo Conselho para



a Jurisdição Helénica do R.:E.:A.: A.:.

A magnífica cerimónia foi presidida pelo Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho da Alemanha, o M.: P.: Soberano Grande Comendador,

Ill.: Ir.: Alexander Ludwig, 33º, oficiado pelos Soberanos Grandes Comendadores de Espanha, Brasil, Turquia, Áustria, Alemanha, Portugal e Chipre.

Presentes estiveram, ainda, delegações representando os Supremos Conselhos da Suíça, Roménia, República Checa, Polónia, Andorra, França, Ilhas Maurícias, Sérvia, Hungria, Bulgária, Rússia e Eslováquia.

O novo Supremo Conselho recebeu, também, as felicitações dos Supremos Conselhos da Croácia, da Finlândia, do Azerbaijão e do México que, embora não podendo estar fisicamente presentes, não deixaram de manifestar o apoio ao seu M.: P.: Soberano Grande Comendador, o Ill.: Ir.: Irmão Leandros Lefakis, 33º.

A Delegação Portuguesa esteve representada pelo M.: P.: Soberano Grande Comendador, Ill.: Ir.: Manuel Alves de Almeida, 33º e pelo Grande Secretário Geral, Ill.: Ir.: António Balcão Vicente, 33º.







# XXI WORLD 2025 CONFERENCE

7-11 MAY BUCHAREST ROMANIA



# XXI CONFERÊNCIA MUNDIAL 2025

A XXI Conferência Mundial de Supremos Conselhos, evento que, de cinco em cinco anos, reúne os Soberanos Grandes Comendadores dos Supremos Conselhos Regulares devidamente acreditados, teve lugar em Bucareste, entre os dias 7 e 11 do passado mês de Maio.

As Conferências Mundiais, para além da troca de experiências e do convívio que proporcionam aos seus participantes, são a oportunidade para a tomada de decisões que vinculem todos os Supremos Conselhos regulares.

Para obter esses objectivos, a Conferência Mundial estrutura os seus trabalhos em diversas Comissões, onde são analisadas as propostas apresentadas pelos Supremos Conselhos, delas resultando a elaboração de um Relatório/Parecer a enviar ao Plenário, ao qual cabe a decisão final sobre todos eles.

Momento alto de reflexão sobre a prática do Rito Escocês Antigo e Aceite e sobre os desafios que lhe são colocados pela conjuntura mundial, a XXI Conferência Mundial teve como tema: .

**“O Rito Escocês: Desafios, Oportunidades e Possíveis Soluções!”.**



**Opening Ceremony – XXI World Conference 2025  
Romanian Senate, Bucharest – May 8, 2025**

# Comissões da XXI Conferência Mundial

**Comissão de Acreditação** – Presidida pelo SGC do Supreme Council, 33º, Southern Jurisdiction, M.: P.: & Ill.: Ir.: James D. Cole, 33º;

**Comissão de Obituário** – Presidida pelo SGC do Supremo Conselho para a República Checa, M.: P.: & Ill.: Ir.: Lukáš Horčíčka, 33º;

**Comissão de Propostas** - Presidida pelo SGC do Supremo Conselho da Suíça, M.: P.: & Ill.: Ir.: Urs Weber, 33º;

**Comissão de História** - Presidida pelo SGC do Supremo Conselho para a Turquia, M.: P.: & Ill.: Ir.: Harun Kuzgun, 33º;

**Comissão de Lugares e Datas** - Presidida pelo SGC do Supremo Conselho Nacional de França, M.: P.: & Ill.: Ir.: Christian Hervé, 33º;

A **Comissão de Acreditação** estudou e apreciou a inscrição e participação dos Supremos Conselhos na Conferência Mundial;

A **Comissão de Obituário** propôs uma homenagem em memória de todos os membros dos Supremos Conselhos presentes que haviam passado ao Oriente eterno, desde a última Conferência Mundial;

A **Comissão de Propostas** analisou e deu parecer favorável à proposta de reconhecimento dos Supremos Conselhos da Prince Hall Freemasonry, Jurisdições Norte e Sul dos Estados Unidos da América;

A **Comissão de História** analisou e deu parecer favorável ao Relatório elaborado pela Comissão de História da XX Conferência Mundial, que se havia mantido em funções até ao início da XXI Conferência Mundial, pelo qual se reconhece ao Supremo Conselho para Portugal como data fundacional o dia 9 de Novembro de 1841.

A **Comissão de de Lugares e Datas** propôs que a XXII Conferência Mundial tivesse lugar em 2025 e fosse organizada pelo Supremo Conselho do Perú, na cidade de Lima.

**Todos os Pareceres e Relatórios das Comissões foram aprovados nas Sessões Plenárias**





Recepção na Câmara dos Deputados



Recepção no Banco Nacional da Roménia

**XXI World Conference 2025, Bucharest-May 8,2025**



Recepção no Senado



Sessão Plenária





Sessão de Encerramento



O M.: P.: Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho da Roménia,  
III.: Ir.: Stelian Nistor, 33º, encerra a XXI Conferência Mundial.



UNIVERSI TERRARUM ORBIS ARCHITECTONIS AD GLORIAM INGENTIS

ANCIENT AND ACCEPTED SCOTTISH RITE OF FREEMASONRY  
SUPREME COUNCILS FOR THE 33<sup>RD</sup> DEGREE

- 1807  BELGIUM
- 1812  USA
- 1822  SWITZERLAND
- 1828  FRANCE
- 1835  BELGIUM
- 1838  USA
- 1868  CUBA
- 1881  USA
- 1887  BELGIUM
- 1879  COLOMBIA
- 1875  USA
- 1880  FRANCE
- 1886  USA
- 1890  MEXICO
- 1896  SWITZERLAND
- 2000  BRAZIL
- 2006  AUSTRALIA
- 2010  CANADA
- 2015  PORTUGAL
- 2022  PARAGUAY



ROMANIA  2026

WORLD  
CONFERENCE

# QUINTA-FEIRA DE ENDOENÇAS





Uma vez mais, a Quinta-Feira de Endoenças foi a oportunidade de todos os Rosacruz do Supremo Conselho lembrarem a sua missão de peregrinos, reunidos em torno da ceia mística que congrega os mais profundos sentimentos de solidariedade e união entre todos os Irmãos, recordando a mensagem do Soberano Grande Comendador:.

Ao pegarmos o cajado do peregrino, temos consciência de que, ao longo do caminho encontraremos perigos para os quais nem sempre estaremos preparados. Em cada curva podemos ser surpreendidos e, nem sempre esses perigos são de fácil identificação. Quantas vezes surgem camuflados por invólucros de uma beleza irrecusável, tentando os nossos sentimentos mais generosos...

Hoje, peregrinos que somos, reunidos em torno da mesa da partilha do pão e do vinho, comemorando o velho sonho rosacruz da harmonia

universal, poderemos garantir que tudo fizemos para resistir às seduções dos perigos do caminho?

Estas são as reflexões que vos deixo, cientes de que, como o nosso Irmão António Machado Ruiz, podemos afirmar que *no hay camino, se hace camino al andar*. Mas que, com a humildade maçónica que nos deve caracterizar, seremos capazes de nos manter como a luz da candeia que brilha sobre o alqueire, iluminando as colunas da Fé e da Caridade.

Para que possamos continuar em união e, com serena tranquilidade, dizer a cada um dos nossos Irmãos:

- *Tomai e comei e dai de comer a quem tem fome. Amai e frutificai.*

- *Tomai e bebei e dai de beber a quem tem sede. Aprendei e ensinai.*

Porque desgraçado é o que deixar apagar a luz da Esperança.



*Leituras*

A edição da obra *Esoterika: The Symbolism of the Blue Degrees of Freemasonry* que hoje divulgamos apenas foi possível pelo trabalho erudito de Arturo de Hoyos, Grande Arquivista e Grande Historiador do Supreme Council, 33º, Southern Jurisdiction, USA.

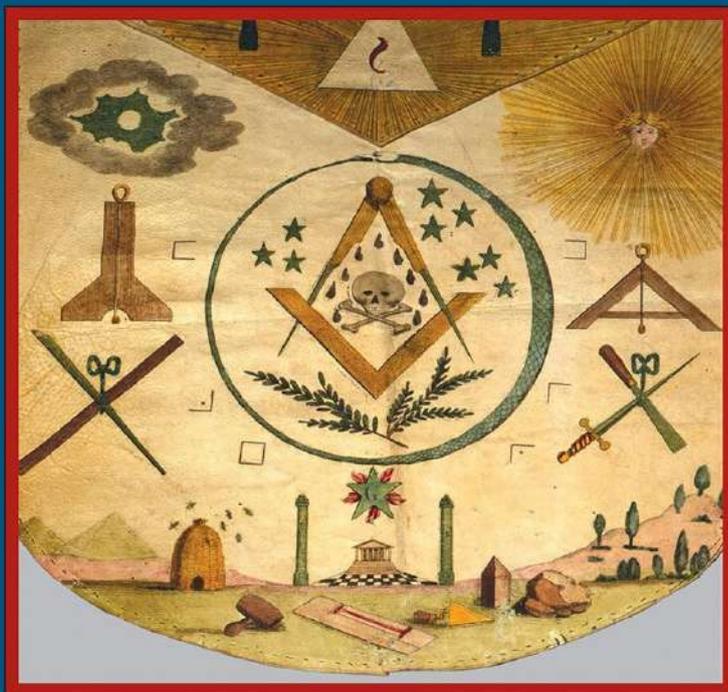
Para a sua apresentação, recorreremos às palavras que publicou, em 2016, num artigo do *The Scottish Rite Journal*.

(...) Durante muitos anos, Albert Pike foi sobretudo conhecido como autor/compilador de *Moral e Dogma*, ou como autor dos rituais do Supremo Conselho, 33º, Southern Jurisdiction, USA.

Poucos sabiam sobre o seu *Book of the Words* ou que ele era o editor do *Boletim do Supremo Conselho*, em 10 volumes, e menos ainda sabiam que ele era, literalmente, o autor de centenas de outras obras, catalogadas na *Bibliography of the Writings of Albert Pike*, de Ray Baker Harris (1957).

Há cerca de 30 anos, depois de obter a *Bibliography* de Harris, fiquei intrigado com a sua última entrada: um manuscrito não publicado intitulado "The Symbolism of the Blue Degrees of Freemasonry". Na lombada do manuscrito estava a palavra *Esoterika*, curiosamente escrita com k. Escrito em 1888, havia apenas duas cópias manuscritas: uma nos arquivos da House of the Temple, a outra enviada por Pike a Londres. Pela descrição, eu sabia que tinha que lê-lo. (...). Ao ler o texto, concluí que *Esoterika* era a exposição mais convincente e inteligente do simbolismo da Loja Azul que eu já havia encontrado. E não era o único a ter essa opinião.

Dois dos maiores estudiosos maçônicos da Inglaterra, Robert F. Gould e George W. Speth (membros fundadores da Lodge Quatuor Coronati, nº 2076, em Londres, a principal loja de pesquisa) haviam informado Pike que o seu "Symbolism of the Blue Degrees of Freemasonry"



## Albert Pike's ESOTERIKA *The Symbolism of the Blue Degrees of Freemasonry*

Transcribed and Annotated by Arturo de Hoyos

também era a obra mais importante do tipo que eles já haviam estudado.

Nas suas observações introdutórias, Pike desencorajou a distribuição de cópias por "qualquer pessoa que não fosse apta e qualificada para ensinar e instruir os seus Irmãos...".

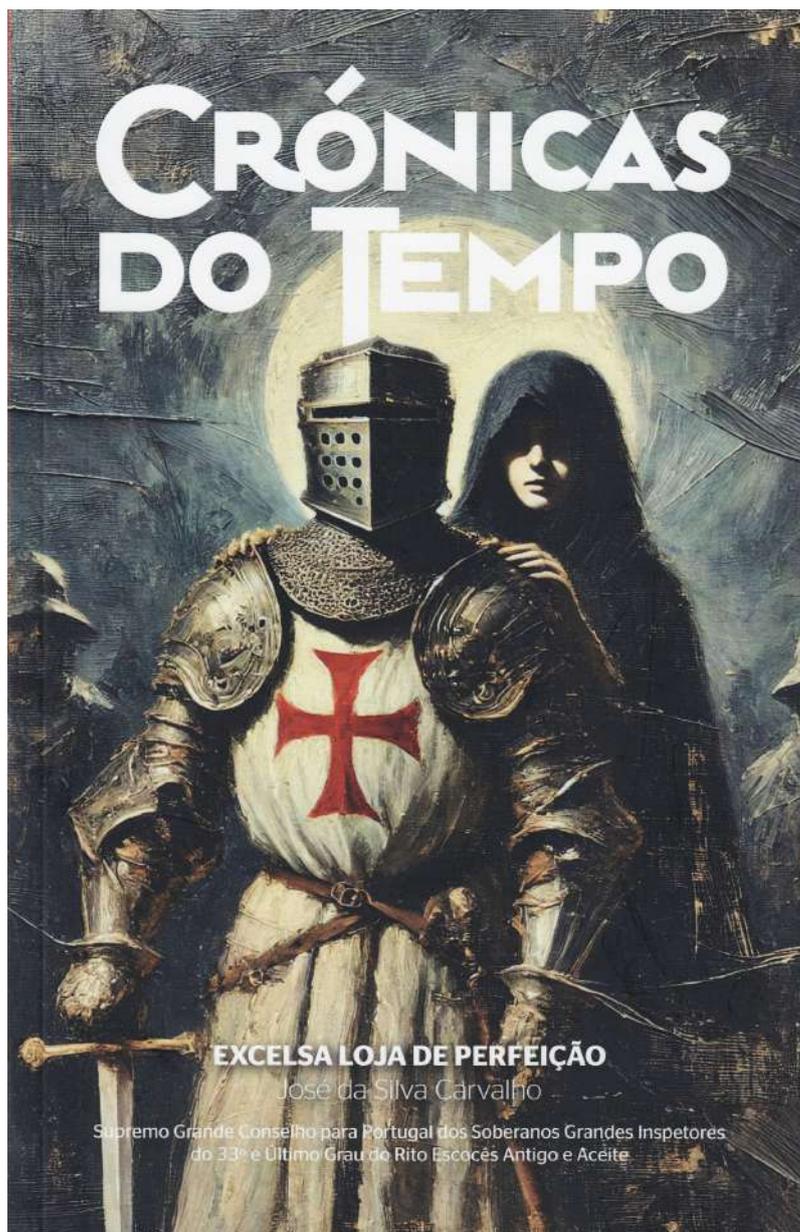
Isso deu-me a ideia de que, com a preparação adequada, introdução, anotações, notas e apêndices, o livro poderia ser disponibilizado. E, após discutir o assunto com o Soberano Grande Comendador Seale, a Scottish Rite Research Society publicou o livro em 2005.

Albert Pike: *Esoterika: The Symbolism of the Blue Degrees of Freemasonry*

Scottish Rite Research Society Ed. 2008

501 páginas

ISBN: 9780970874948 (ISBN10: 0970874944)



## **Crónicas do Tempo: O livro impossível**

Excelsa Loja de Perfeição José da Silva Carvalho: *Crónicas do Tempo*

Supremo Conselho para Portugal dos SGIG do 33º e Último Grau do REAA. Ed. 2025

138 páginas

ISBN: 9789893373095 (ISBN10: 0970874944)

Livro inédito na forma e na sua concepção, na escrita e no seu conteúdo. Quase um romance histórico, eivado de algum suspense, igual ao que se reira dos livros de Dan Brown.

A Leitura de um capítulo leva-nos, de imediato, a iniciar o seguinte.

Conhecíamos livros a 2 e a 3 mãos, não a vinte e três mãos.

As *Crónicas do Tempo* fazem-nos re-uar no passado, na História, nos fundadores da Ordem do Templo. No perscrutar das lendas à volta do tema.

No aprofundar da filosofia de alguns graus do Rito Escocês Antigo e Aceite (mormente do 4º ao 9º).

As alegorias empregues (v.g.) A Máquina do tempo, a Cápsula. O quadro das Borboletas Hydaspe, a Numerologia, o Triângulo Sagrado...

Os locais referenciados:

Uns de raiz histórica: Tomar, Dornes, Ourém, Fátima...

E outros... o Cemitério dos Prazeres, Sintra (Regaleira), Chiado (a Brasileira) e um Templo lá para os lados de Alvalade... fazendo ressaltar a associação esotérica com o significado que eles encerram.

A simbologia : *Ordo ab Chao*.

As personagens “inventadas”: Manuel Silva Carvalho, filho do patrono da Loja de Perfeição José da Silva Carvalho, o Dr. Amaro Valério, a Fátima, a moura, a convertida...

Excerto da apresentação das *Crónicas do Tempo* pelo pelo M.: P.: SGC, III.: Ir.: Manuel Alves de Almeida, 33º.

Sócrates foi condenado à morte pelos seus concidadãos: o acontecimento é tão famoso que ofusca as outras tragédias que atingiram os filósofos gregos. Fazer do pensamento uma profissão, questionar a ordem da cidade e do mundo, significava expor-se a perigos extremos. Para além da morte de Sócrates, devemos referir o exílio de Xenofonte, a venda de Platão como escravo, as ameaças que pairavam sobre Aristóteles e as desgraças de Lucrecio: estes são outros exemplos deste destino. No final da Antiguidade, no Egipto helenístico, a neoplatónica Hipácia foi brutalmente assassinada por uma multidão de fanáticos liderada pelo Bispo de Alexandria: a cidade cristã não era menos hostil aos pensadores do que a cidade pagã.

Estas difíceis relações entre filosofia e política na sociedade antiga prefiguram todos os conflitos subsequentes na civilização ocidental. Conflitos que encontramos estudados num ensaio que expõe, entre muitas outras histórias, os mistérios da transmissão das obras de Aristóteles ou da doutrina de Epicuro. Tudo isto com extremo rigor histórico, aliado à difícil arte de restituir uma presença intensa ao passado.

"Um dos espíritos mais originais da Itália culta" (Le Monde).

"Um helenista rigoroso e, felizmente, não desprovido de imaginação" (Lecture).

"Filósofo e politólogo, polemista e estudioso frequentemente incomodado pelo pensamento marxista" (Il resto del Carlino).

"Um dos principais especialistas no passado dos democratas e oligarcas de Atenas durante a Guerra do Peloponeso" (Panorama).

Luciano Canfora nasceu em 1942. É professor de filosofia clássica na Universidade de Bari e editor da revista *Quaderni di Storia*. As

Luciano Canfora



## Una profesión peligrosa

*La vida cotidiana de los filósofos griegos*



suas numerosas obras, sobretudo sobre Demóstenes e Tucídides, renovaram a compreensão de aspectos essenciais da literatura grega. Entre as suas obras traduzidas para espanhol contam-se: *Ideologias dos Estudos Clássicos*, *A Biblioteca Desaparecida* e *Júlio César: Um Ditador Democrático*.

Luciano Canfora: *Una Profesión peligrosa: La vida cotidiana de los filósofos griegos*

Ed. Anagrama, Barcelona. Ed. 2002

204 páginas

ISBN: 84-339-6167-5

<https://archive.org/details/canfora-luciano.-una-profesion-peligrosa.-la-vida-cotidiana-de-los-filosofos-griegos-ocr-2002/mode/1up>

Os textos herméticos apresentam um amplo corpo de conhecimento relacionado a Hermes Trismegisto, figura resultante do sincretismo entre o deus grego Hermes e o egípcio Tot. Tanto essa figura quanto os textos a ela associados emergiram no rico e complexo cenário fomentado pelos contactos culturais entre os mundos greco-romano e egípcio. O conteúdo desses textos deu origem ao movimento conhecido como "Hermetismo" e ao que chamarei nesta tese de "Tradição Hermética".

O objectivo desta tese de doutorado é analisar como Hermes Trismegisto e os textos herméticos foram fundamentais para a compreensão de certas obras pertencentes aos géneros de fantasia e ficção científica dos séculos XIX, XX e XXI. Para essa análise, utilizei a metodologia da recepção clássica, que me permitiu analisar como o Hermetismo da Antiguidade foi reinterpretado e reelaborado ao longo do tempo.

Esta tese está dividida em duas partes principais: a primeira, partindo da Anti-

Carlos Sánchez Pérez: *Hermes Trismegisto: de la mística a la fantasía. Pervivencia de los textos herméticos de la antigüedad a nuestros días*

Universidad Autónoma de Madrid, Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de Filología Clásica, 2019

581 páginas

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE MADRID  
FACULTAD DE FILOSOFÍA Y LETRAS  
Departamento de Filología Clásica

UAM

Universidad Autónoma  
de Madrid

TESIS DOCTORAL

**HERMES TRISMEGISTO: DE LA MÍSTICA A LA FANTASÍA.  
PERVIVENCIA DE LOS TEXTOS HERMÉTICOS  
DE LA ANTIGÜEDAD A NUESTROS DÍAS**

TESIS PRESENTADA PARA OPTAR AL GRADO DE DOCTOR POR

**Carlos Sánchez Pérez**

DIRECTOR

**Luis Unceta Gómez**

Madrid, 2019

guidade, descreve a história da "Tradição Hermética", o que explica como entendemos o Hermetismo hoje e o facto de o Hermetismo estar presente na génese de várias obras literárias analisadas nesta tese. Na segunda parte, concentro-me nessas obras posteriores, que abordo considerando três arquétipos principais: personagens herméticos, lugares herméticos e conceitos herméticos.

Extraído do resumo do autor

